



INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

***Estudo do Caso:***

***E-Procurement no Município de Figueira de Castelo Rodrigo***

Pedro Miguel Marques Teixeira

Projeto aplicado apresentado para a  
obtenção do grau de Mestre em Gestão,  
na especialização de Administração  
Pública.

Guarda, outubro de 2010



INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

***Estudo do Caso:***

***E-Procurement no Município de Figueira de Castelo Rodrigo***

Pedro Miguel Marques Teixeira

Projeto aplicado apresentado para a  
obtenção do grau de Mestre em Gestão,  
na especialização de Administração  
Pública.

Orientador: Prof. Doutor Constantino Mendes Rei

Guarda, outubro de 2010

Este trabalho foi redigido considerando o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

# Resumo

---

Com a introdução do CCP, gerou-se todo um novo paradigma no âmbito dos contratos públicos, assente na desmaterialização, na desburocratização, e que atende à transparência e simplificação procedimental, recorrendo às novas tecnologias de informação e de comunicação. Isto levou à massificação da utilização de plataformas eletrónicas de compras públicas, fomentando em larga escala o aprovisionamento público eletrónico e implementando assim novas formas de governação. Um dos objetivos desta investigação versou nessa nova realidade, criando condições para a introdução do CCP, através de uma reestruturação procedimental nos serviços Técnicos do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, mais concretamente no setor de compras públicas. Outro objetivo, também concretizado, passou pela aquisição de uma plataforma eletrónica de compras públicas adequada às características do Município. Utilizando o estudo de caso, como método para recolha de dados, através do estudo documental e da observação participante, analisaram-se os procedimentos realizados pelo Município nos últimos 4 anos, ou seja antes e depois do CCP, para aferir que com a utilização deste, os procedimentos ficaram mais céleres entre 40 % a 60%.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública, Governação, Governo Eletrónico, Compras Públicas Eletrónicas, e-Procurement.

# Abstract

---

With the introduction of CCP, a whole new paradigm in public procurement has been created, reducing bureaucracy, using means of transparency and simplifying procedures throughout dematerialization, due to new information and communication technologies. This led to a wide-ranging use of electronic platforms, fostering large-scale public procurement, implementing new forms of governance. One of the goals of the current investigation consisted in looking towards this new reality, managing the necessary conditions to the introduction of the CCP, through a restructuring process in the technical services of the Municipality of Figueira de Castelo Rodrigo, more specifically in the public purchase sector. Another goal, also achieved, went through the acquisition of an electronic platform of public procurement, suitable to the characteristics of the Municipality. Using the case study, as a method for data compilation, with participant observation and document study, there has been an analysis to the procedures carried out by the Municipality in the last 4 years, before and after the CCP, in order to ascertain that using this new regulation law, CCP, the procedures are more rapid between 40% to 60%.

**KEY-WORDS:** Public Administration, Governance, Electronic Government, Electronic Public Procurement, E-Procurement.

À minha esposa, Sandra  
e à minha filha Íris

# Agradecimentos

---

Agradeço a todos os que me permitiram iniciar, realizar, e concretizar este trabalho. A todos um muito BEM HAJAM.

Começo por agradecer aos meus pais e ao meu irmão, pelo seu amor e dedicação incondicionais.

Aos meus colegas do Mestrado que partilharam comigo esta tarefa árdua de empreender um caminho difícil e hipoteticamente sem luz ao fundo do túnel. Com o tempo e a força da união, tornou-se mais fácil percorrê-lo. Aos professores, aos colaboradores, funcionários e auxiliares do IPG, especialmente da ESTG, que sempre me recebem com um sorriso e me fazem sentir em casa, tal é a sua simpatia e acolhimento sem nunca esquecer o seu profissionalismo.

Um agradecimento especial ao meu orientador pela disponibilidade demonstrada.

Aos meus colegas de trabalho e superiores hierárquicos do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Um agradecimento muito especial à minha esposa, pois o seu apoio e colaboração foram determinantes no terminus deste projeto, o qual implicou longas horas de trabalho e consequentemente de abdicação familiar.

Não obstante, foi um trabalho que me deu muita satisfação e muito gozo executar. Sinto um regozijo enorme em tê-lo terminado. Gostei muito desta experiência e tenciono repeti-la.

# Índice Geral

---

<b>RESUMO .....</b>	<b>IV</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IV</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>IV</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>V</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS .....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS .....</b>	<b>IX</b>
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. OBJETIVOS.....	1
1.2. CONDICIONANTES .....	2
1.3. ESTRUTURA .....	2
1.4. METODOLOGIA.....	3
<b>II. EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL .....</b>	<b>4</b>
2.1. EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL .....	10
2.2. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS .....	11
2.3. FONTES DE FINANCIAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS.....	14
2.4. GOVERNAÇÃO E AUTONOMIA DAS AUTARQUIAS LOCAIS .....	20
2.4.1. <i>Setor Empresarial Local e Associações de Municípios</i> .....	22
<b>III. GOVERNO ELETRÓNICO – “E-GOVERNMENT” .....</b>	<b>27</b>
3.1. GOVERNO ELETRÓNICO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL .....	35
<b>IV. COMPRAS PÚBLICAS.....</b>	<b>40</b>
4.1. COMPRAS PÚBLICAS AO NÍVEL LOCAL.....	55
<b>V. E-PROCUREMENT NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>58</b>
5.1. MODELO CENTRADO NO COMPRADOR.....	60
5.2. MODELO CENTRADO NO FORNECEDOR.....	60
5.3. MODELO FACILITADO POR TERCEIROS (E-MARKETPLACE) .....	61
5.3.1. <i>Comércio eletrónico</i> .....	62
5.4. INICIATIVAS E-PROCUREMENT NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	67
5.5. E-PROCUREMENT NAS AUTARQUIAS LOCAIS .....	69
5.5.1. <i>Plataformas eletrónicas de compras públicas</i> .....	71
5.5.2. <i>Certificados Digitais Qualificados</i> .....	73
<b>VI. ENQUADRAMENTO EMPÍRICO .....</b>	<b>75</b>
6.1. METODOLOGIA DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO .....	76
6.1.1. <i>Objetivo geral</i> .....	77
6.1.2. <i>Objetivos específicos</i> .....	77
6.1.3. <i>Planeamento</i> .....	77
6.2. RECOLHA DE INFORMAÇÃO.....	78
6.3. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS.....	79

<b>VII. ESTUDO DE CASO: “E-PROCUREMENT NO MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO” .....</b>	<b>80</b>
7.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE F.C.R.....	80
7.2. O LOCAL DE CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	87
7.3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA A RECOLHA DE DADOS .....	89
7.4. RECOLHA DE EVIDÊNCIAS .....	90
7.4.1. Caracterização Organizacional do Setor de Compras Públicas.....	91
7.4.2. Reorganização Procedimental.....	94
7.4.3. Ajuste Direto.....	99
7.4.4. Concurso Público .....	102
7.4.5. Aquisição de Plataforma Eletrónica de Compras Públicas .....	103
7.4.6. Assinaturas Digitais .....	105
<b>VIII. ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>106</b>
8.1. REESTRUTURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO .....	106
8.2. IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA .....	107
8.3. ANÁLISE.....	118
8.3.1. Dados para a análise .....	119
8.3.2. Análise de dados .....	126
8.3.3. Análise de Dados nas Empreitadas de Obras Públicas .....	128
8.3.4. Análise de Dados na Aquisição de Bens e Serviços.....	129
8.3.5. Análise Global .....	131
8.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
8.4.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	133
8.4.2. Celeridade dos Procedimentos .....	134
8.4.3. Procedimento Mais Adotado .....	134
8.4.4. Plataforma Vs Papel .....	134
8.4.5. Limitações e Recomendações .....	135
<b>IX. CONCLUSÃO .....</b>	<b>137</b>
<b>X. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>140</b>
<b>XI. ANEXOS .....</b>	<b>149</b>



# Índice de Figuras

---

Figura 1: Ênfase nas Reformas da Administração Pública Portuguesa desde 1990 .....	9
Figura 2: Exemplos de Associativismo Municipal.....	23
Figura 3: Compras públicas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo em 2007 .....	57
Figura 4: Transações de negócio eletrónico.....	64
Figura 5: Esquema de procedimento de uma plataforma eletrónica.....	72
Figura 6: Fluxograma de atividades.....	78
Figura 7: Mapa de Localização do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo ..	81
Figura 8: Organograma da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	85
Figura 9: Planta do Rés do chão do edifício onde se encontram os Serviços Técnicos: .....	88
Figura 10: Primeiro andar do edifício dos Serviços Técnicos: .....	89
Figura 11: Linha cronológica de acontecimentos.....	90
Figura 12: Período em que decorre a investigação .....	90
Figura 13: Quadro resumo exemplificativo da decisão de contratar .....	94
Figura 14: Exemplo de códigos CPV .....	98
Figura 15: Fluxograma do ajuste direto normal .....	100
Figura 16: Fluxograma do concurso público normal e sem anúncio no JOUE..	102
Figura 17: Matriz de utilizadores .....	109
Figura 18: Entrada no sítio de internet da plataforma, com escolha do certificado.....	110
Figura 19: Plataforma com lista de procedimentos em curso .....	111
Figura 20: Fluxo de informação de um procedimento.....	111
Figura 21: Contratos anunciados no "BASE" .....	117

# Índice de Tabelas

---

Tabela 1: Tipo de informação disponível no sítio da internet nas Câmaras Municipais entre 2003-2008 (%) .....	39
Tabela 2: Estrutura geral do CCP .....	42
Tabela 3: Portarias e legislação inerente ao CCP .....	51
Tabela 4: Indicadores para o Negócio Eletrónico.....	63
Tabela 5: Legislação relevante no âmbito do comércio eletrónico:.....	65
Tabela 6: Técnicos no processo de aprovisionamento .....	91
Tabela 7: Limiares de competência para autorizar despesa .....	93
Tabela 8: Proposta de reorganização documental.....	95
Tabela 9: tipologia de procedimentos.....	97
Tabela 10: Limiares de contratação por procedimento CCP .....	97
Tabela 11: Resumo das principais diferenças entre as plataformas.....	104
Tabela 12: Documentação originada .....	106
Tabela 13: Utilizadores da plataforma.....	108
Tabela 14: Canais e sub-canais na plataforma .....	114
Tabela 15: Assinaturas digitais.....	117
Tabela 16: Comparação de Tipos de Procedimento .....	118
Tabela 17: limites para contratar.....	119
Tabela 18: Lista de procedimentos entre 2007 e 2008 ao abrigo do DL 197/99 (Prestação de bens e serviços): .....	119

Tabela 19: Lista de procedimentos entre 2007 e 2008 ao abrigo do DL 59/99 (empreitadas de obras públicas):.....	121
Tabela 20: Lista dos procedimentos ao abrigo do CCP no caso de Empreitadas de Obras Públicas: .....	123
Tabela 21: Lista de procedimentos para Aquisição de bens ou serviços através do CCP, quer na fase de transição, quer através da plataforma eletrónica:..	124
Tabela 22: Procedimentos mais utilizados com a legislação anterior (DL 59/99, DL 197/99) .....	126
Tabela 23: Procedimentos mais utilizados ao abrigo do CCP .....	127
Tabela 24: Tempo médio de duração de procedimentos: .....	132
Tabela 25: Registos no BASE – Administração Pública Central, Regional e Local: .....	133

## Índice de Gráficos

---

Gráfico 1: Volume de receitas e despesas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo.....	18
Gráfico 2: Receitas Fiscais Municipais em 2007 no Município de Figueira de Castelo Rodrigo (€) .....	19
Gráfico 3: Declarações de IRS Submetidas pela Internet (Milhões) .....	34
Gráfico 4: Ranking de disponibilização completa online de serviços públicos básicos 2009 (%).....	35
Gráfico 5: Evolução da utilização e velocidade de ligação à Internet nas Câmaras Municipais de 2003-2008 (%) .....	37
Gráfico 6: Atividades mais desenvolvidas na Internet pelas Câmaras Municipais entre 2003-2008 (%) .....	38
Gráfico 7: Evolução das Compras eletrónicas com a introdução do PNCE.....	69
Gráfico 8: Câmaras Municipais que efetuam encomendas através da Internet 2004 a 2008, (%).....	69
Gráfico 9: Tipo de bens e/ou serviços encomendados através da Internet pelas Câmaras Municipais de 2004 a 2008, (%) .....	70
Gráfico 10: Plataformas utilizadas na realização de encomendas de bens e/ou serviços através da Internet de 2004 a 2008, (%) .....	71
Gráfico 11: Tempo médio de duração dos procedimentos .....	128
Gráfico 12: Comparação do tempo médio de duração dos procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do DL 59/99 entre 2007-2008 e os procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do CCP em 2009 .....	129
Gráfico 13: Tempo médio de duração de procedimentos ao abrigo do DL 197/99 entre 2007-2008 (dias seguidos).....	130
Gráfico 14: Tempo médio de duração dos procedimentos por Consulta Prévia ao abrigo do DL 197/99 entre 2007-2008 e os procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do CCP entre 2008 e 2009, e 2009-2010 .....	130
Gráfico 15: Resumo comparativo .....	131

# Lista de Acrónimos

---

<b>ADSE</b>	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado)	<b>DGP</b>	Direção Geral do Património
		<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>AMA</b>	Agência para a Modernização Administrativa	<b>EEIM</b>	Entidades Empresariais de natureza intermunicipal
<b>ANCP</b>	Agência Nacional de Compras Públicas	<b>EEM</b>	Entidades Empresariais de natureza municipal
<b>ANMP</b>	Associação Nacional de Municípios Portugueses	<b>EEMT</b>	Entidades Empresariais de natureza metropolitana
<b>Art.º</b>	Artigo		
<b>CCP</b>	Código dos Contratos Públicos	<b>EIM</b>	Empresas intermunicipais
<b>CEAL</b>	Carta Europeia da Autonomia Local	<b>EM</b>	Empresas Municipais
<b>CEFA</b>	Centro de Estudos e Formação Autárquica	<b>EMT</b>	Empresas metropolitanas
<b>CEGER</b>	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	<b>FCM</b>	Fundo de Coesão Municipal
<b>Cfr.</b>	Conforme		
<b>CIM</b>	Comunidades Intermunicipais	<b>FEF</b>	Fundo de Equilíbrio Financeiro
<b>CPA</b>	Código do Procedimento Administrativo	<b>FGM</b>	Fundo Geral Municipal
<b>CPV</b>	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos	<b>FSM</b>	Fundo de Equilíbrio Financeiro
<b>CREAP</b>	Comissão de Reforma do Estado e da Administração Pública	<b>GAT</b>	Gabinetes de Apoio Técnico
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa	<b>GATT</b>	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>

<b>DGFP</b>	Direção Geral de Finanças e Património	<b>GERA</b>	Gabinete de Estudos da Reforma Administrativa
<b>IGAP</b>	Instituto de Gestão e Administração Pública	<b>NIPC</b>	Número de Identificação de Pessoa Coletiva
<b>IMI</b>	Imposto municipal sobre imóveis	<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>IMT</b>	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	<b>PEC</b>	Plano de Estabilidade e Crescimento
<b>IMV</b>	Imposto municipal sobre veículos	<b>PNCE</b>	Programa Nacional de Compras Eletrónicas
<b>INA</b>	Instituto Nacional de Administração	<b>POCAL</b>	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
<b>INCI</b>	Instituto da Construção e do Imobiliário	<b>PPI</b>	Plano plurianual de investimentos
<b>INCM</b>	Imprensa Nacional Casa da Moeda	<b>PRACE</b>	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
<b>IRC</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas	<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	<b>SCE</b>	Sistema de Controlo de Empreitadas
<b>IVA</b>	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	<b>SEAP</b>	Secretaria de Estado da Administração Pública
<b>JOUE</b>	Jornal Oficial da União Europeia	<b>SEL</b>	Setor Empresarial Local
<b>LFL</b>	Lei das Finanças Locais	<b>SIADAP</b>	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna	<b>SIMPLEX</b>	Programa de simplificação Administrativa e Legislativa
<b>MOTC</b>	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	<b>SMA</b>	Secretariado para a Modernização Administrativa
<b>MRA</b>	Ministério da Reforma Administrativa	<b>SNCP</b>	Sistema Nacional de Compras Públicas

<b>NGP</b>	Nova Gestão Pública
<b>TAP</b>	Catálogo Telemático de Aprovisionamento Público
<b>TCE</b>	Tratado Comissão Europeia
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UMIC</b>	Unidade de Missão Inovação e Conhecimento,
<b>UT</b>	Unidades Territoriais





# I. Introdução

---

O tema da presente investigação, efetuada para a aquisição do Grau de Mestre, no âmbito do curso de Mestrado em Gestão – Administração Pública, promovido pelo Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tem por título, “*e-Procurement* no Município de Figueira de Castelo Rodrigo”.

Este trabalho académico, transversalmente científico e empírico, visa abordar, através do método descritivo, a temática das compras públicas eletrónicas na Administração Local. A recolha de dados é feita através do estudo de caso do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, usando como fontes de evidência, a análise documental e a observação direta e participante.

Esta investigação ocorre como consequência da necessidade de cumprir novos diplomas legais, numa era em que predominam as tecnologias de informação e de comunicação, em que se adotam métodos e se utilizam recursos informáticos para potenciar a celeridade, economia e desmaterialização dos procedimentos concernentes às compras públicas.

## **1.1. Objetivos**

O objetivo geral deste estudo prende-se com a implementação do Código dos Contratos Públicos (CCP) no Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Os objetivos específicos traduzem-se na necessidade de aquisição de uma plataforma eletrónica de compras públicas, atendendo às características da organização, bem como, na aquisição de certificados digitais qualificados.

Uma das questões mais importantes será a de aferir de que forma os procedimentos são mais céleres, quantificando essa celeridade comparativamente com a legislação que precedeu a entrada em vigor do CCP, e se essa rapidez também é notória através da utilização de uma plataforma eletrónica de compras públicas.

Colocam-se desta forma as seguintes questões que serão analisadas:  
De que forma os procedimentos são mais céleres e quais os prazos médios por tipologia de procedimento?  
Quais os procedimentos mais utilizados e por quê?  
O que mudou com o novo CCP?

## 1.2. Condicionantes

A principal condicionante decorreu do próprio Código dos Contratos Públicos, uma vez que, em diversas matérias, remeteu para legislação regulamentar, a qual só foi aprovada passados meses. Foi o caso, por exemplo, da matéria respeitante às plataformas eletrónicas, cuja certificação foi demorada por parte das entidades governamentais competentes.

## 1.3. Estrutura

Este trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos dos quais se salientam os principais: **Capítulo II** – Evolução da Administração Pública em Portugal; **Capítulo III** – Governo Eletrónico – “e-Government”; **Capítulo IV** – Compras Públicas; **Capítulo V** – E-Procurement na Administração Pública; **Capítulo VI** – Enquadramento Empírico; **Capítulo VII** – Estudo de Caso: “E-Procurement no Município de Figueira de Castelo Rodrigo”; **Capítulo VIII** – Análise de Resultados.

O capítulo II faz referência a uma abordagem geral aos modelos de Administração Pública, nomeadamente, a evolução das medidas e das



reformas administrativas realizadas em Portugal desde 1974 com maior ênfase nos últimos 20 anos. Também versa acerca da Administração Local, suas competências, atribuições, financiamento e autonomia.

O capítulo III aborda o processo do Governo Eletrónico em Portugal e as várias vertentes de governação utilizando as novas TIC.

No capítulo IV faz-se uma análise às compras públicas, nomeadamente, ao Código dos Contratos Públicos.

O Capítulo V versa sobre o E-Procurement na Administração Pública, ou seja, sobre o processo de aprovisionamento na Administração Pública usando as TIC.

O Capítulo VI faz o Enquadramento Empírico com uma breve resenha das técnicas de recolha de informação utilizadas nesta investigação.

O Capítulo VII refere-se ao Estudo de Caso. Procede à caracterização do Município e ao local de pesquisa. Trata da temática concernente à recolha de evidências.

O Capítulo VIII refere-se à Análise de Resultados em função da recolha de dados efetuada.

#### **1.4. Metodologia**

Trata-se de um trabalho académico que aborda a temática das compras públicas na Administração Local, através do método científico do estudo de caso. Serão usadas como fontes de evidência, a análise documental, a observação direta e a observação participante. Mais adiante, no capítulo VI, encontra-se explanada a metodologia.

## II. Evolução da Administração Pública em Portugal

---

Relativamente a este ponto, será efetuada uma abordagem geral aos modelos de Administração Pública, dado que uma análise demasiado exaustiva seria muito extensa, contrariando o objetivo principal deste capítulo, cuja pretensão é evidenciar, sinteticamente, a descrição e evolução das medidas e das reformas administrativas realizadas em Portugal desde 1974, com maior ênfase nos últimos 20 anos.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, o setor público sofreu grandes mudanças em todos os setores da sociedade: no económico; no social; na segurança; na saúde; na educação; na defesa e na justiça, entre outros. Em todos eles foi notório um contínuo crescimento que levou ao aumento da dívida pública, implicando alterações profundas, e a uma intervenção constante do Estado.

A forma como os Governos gerem e reformam a Administração Pública, e a maneira como as suas políticas se têm pautado quanto às mudanças sociais e económicas, tem evoluído no sentido de reagir a esses fenómenos.

São referidas por Mozzicafreddo (2001) as seguintes condições de mudança de reformas administrativas: o peso dos gastos sociais do Estado e consequente agravamento das despesas com agentes dos serviços públicos; a complexidade da máquina administrativa; o aumento das exigências dos cidadãos e as tendências de reestruturação do Estado.

Os modelos de Gestão Pública têm-se sucedido, estando geralmente associados às mudanças do modelo de Estado. A cada modelo de Estado corresponde um modelo de Administração Pública, o qual

procura refletir as preferências e os valores que aquele procura promover (Rocha, 2001).

Para ilustrar melhor o exposto, refira-se que de acordo com Corte Real (2008), as principais reformas após a Revolução de 25 de Abril de 1974, podem ser divididas em cinco períodos: o 1.º medeia entre os anos de 1974 e 1979; o 2.º período entre 1980 e 1985; o 3.º entre 1985 e 1995; o 4.º entre 1996 e 2001 e o último entre 2002 e 2004.

Para além destes períodos referidos pela Autora, poderá ainda acrescentar-se um sexto período, que se inicia em 2005 e vigora até aos dias de hoje, ou seja, 2010.

Para melhor se compreenderem as reformas ocorridas em Portugal, segue-se uma breve análise a cada um dos períodos anteriormente referidos.

Por um lado, o ciclo entre 1974 a 1979, caracterizou-se pela integração de cerca de 49.000 funcionários públicos oriundos das ex-colónias (Araújo, 2005; Ongaro, 2009). Esta medida teve como consequência o crescimento da dívida pública, e o aumento da dimensão da Administração Pública (Ongaro, 2009). A fim de integrar esse contingente foram criadas duas estruturas de formação de pessoal:

- a) A primeira, para a formação de pessoal da Administração Central, denominado de Instituto Nacional de Administração (INA) (Araújo, 2005);
- b) A segunda, para a formação de pessoal da Administração Local, o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) (Araújo, 2005).

Este foi um período que ficou também marcado pelas seguintes reformas: pela institucionalização do poder local, que passa a dispor de órgãos eleitos e de competências próprias; pela criação do estatuto de pessoal, que passa a contemplar um sistema transparente de

recrutamento; por um sistema de carreiras e pela definição de um estatuto para o pessoal dirigente.

Por outro lado, a fase que decorre entre 1980 a 1985 foi caracterizada por uma Administração em que Gomes (2001) ressalva como principais reformas: a criação da Direção Geral de Finanças e Património (DGFP); a integração das atribuições da Administração Pública no Ministério da Administração Interna (MAI); a criação do Instituto de Informática; a criação do Ministério da Reforma Administrativa (MRA); a criação da Comissão de Reforma do Estado e da Administração Pública (CREAP) e a criação do Gabinete de Estudos da Reforma Administrativa (GERA).

A partir de meados da década de 80, a Administração Pública em Portugal conhece o seu período mais fértil no que se refere a reformas públicas (Araújo, 2005), nomeadamente com a introdução do modelo gestor<sup>1</sup> de Administração, conducente à teoria da Nova Gestão Pública<sup>2</sup> (NGP). Diversos autores apontam teorias diferentes em redor da NGP. Ryan (2000) sustenta que a NGP se define pelos esforços levadas a cabo nos últimos vinte anos para modernizar e reformar o modelo de Gestão Pública. Por outro lado Hartley, Butler e Benington (2002), identificam-na na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre fornecedores de bens e serviços públicos, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão, bem como, no aumento da eficiência e da flexibilização da Gestão.

A teoria da Nova Gestão Pública, traduz-se na capacidade de produzir melhores soluções, na habilidade de ser mais eficiente com maior qualidade, na adoção e introdução de formas inovadoras e de técnicas de gestão do setor privado para o setor público.

---

<sup>1</sup> Na opinião de Araújo (2004), este modelo assenta em várias teorias. Por um lado, tem uma vertente gestora, uma visão da gestão privada aplicada ao setor público. Por outro lado, acolhe princípios de uma teoria económica, aclamada de Public Choice (Escolha pública), marcada pela racionalidade económica e privatizações.

<sup>2</sup> Sobre esta matéria vide Aucoin (1990); Hood (1991); Dunleavy e Hood (1994); Hood (1996); Pollitt e Bouckaert (2000).

Consequentemente, o período compreendido entre 1985-1995, marcado pela governação de Cavaco Silva pauta-se, relativamente a reformas de Administração Pública, pela introdução do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o qual estabelece o comportamento organizacional adequado para as organizações públicas. Em 1985 dá-se, portanto, uma Revolução na Administração Pública Portuguesa, cujo principal impulsionador foi o Secretariado para a Modernização Administrativa (SMA), encarregue de promover a modernização administrativa, de encorajar os serviços públicos, de desempenhar um papel de animador e fornecedor de conselhos técnicos, e de avaliador da implementação de medidas de modernização.

A orientação política que determinou este período foi conduzida por três objetivos principais: melhorar a relação entre a Administração e os cidadãos; reduzir os custos das obrigações e formalidades administrativas e melhorar a formação dos funcionários públicos (Corte Real, 1990).

Mais adiante, entre 1996 e 2001, aquando da governação de António Guterres, destaca-se uma reforma Administrativa inserida no modelo da Reinvenção<sup>3</sup> da Administração Pública (Araújo, 2005), pautada pela mudança na estrutura de modernização administrativa a cargo da Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP) que coordenava o Secretariado para a Modernização Administrativa.

Adota-se, em relação ao período anterior, uma abordagem política de reinventar ou renovar a administração com exigências de maior

---

<sup>3</sup> Nos Estados Unidos da América, a administração Clinton liderou um movimento conhecido por *reinventing government*. A expressão *reinventing government* deve-se a David Osborne e a Ted Gaebler, tendo sido tema central do livro que publicaram em 1992, sob o título, *Reinventing Government - How the entrepreneurial spirit is transforming the public sector from schoolhouse to statehouse, city hall to the pentagon*. Dentro da teoria gestionária as diferenças entre esta e a NGP é de que a Reinvenção rejeita a privatização dos serviços (Rocha, 1997; Carapeto e Fonseca, 2006) e privilegia a desregulação da Administração e o Empowerment (dar autonomia e responsabilidades aos funcionários) dos funcionários.

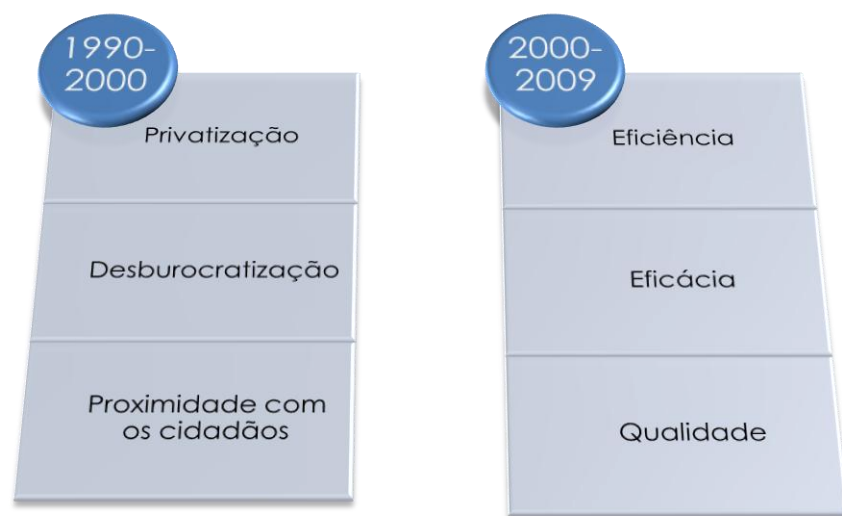
produtividade, de melhor qualidade de bens e serviços prestados aos cidadãos, com funcionários motivados e altamente qualificados e com o recurso às novas tecnologias de informação. No quadro das iniciativas de reforma neste período, são de realçar: a criação do Fórum Cidadão-Administração; a criação do Livro de Reclamações (atualmente obrigatório para todos os serviços públicos e privados), a definição das regras de elaboração do Relatório Anual de Atividades dos Organismos da Administração Pública; a Lei do Balanço Social; a Criação do Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP); as Lojas do Cidadão e a revisão do Estatuto do Pessoal Dirigente.

No período que dista entre 2002 a 2004, com a governação de Durão Barroso, sobressaem as seguintes medidas: o Plano de Ação para o Governo Eletrónico; o Plano de Ação para a Sociedade de Informação; o Estatuto do Pessoal Dirigente e Organismos da Administração Central Regional e Local (Lei n.º2/2004 de 15 de janeiro); a Lei-quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º3/2004 de 15 de janeiro); o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), (Lei n.º 10/2004); programa de Organização da Administração Direta do Estado (Lei n.º4/2004 de 15 de janeiro); a Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2004, - Reforma da Administração Pública, no sentido da qualidade da prestação do serviço público e o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública (Lei n.º 23/2004).

No que concerne ao período entre 2005 e 2010, na governação de José Sócrates, contam-se algumas medidas e reformas, designadamente: a Empresa na Hora; o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE); o Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX); o Plano Tecnológico; o Programa Novas Oportunidades; o Programa da Mobilidade Especial; o Novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas; a Reformulação do Sistema de Avaliação do Desempenho, entre outras.

De acordo com Bilhim (2003), Rocha (2001) e Corte Real (1990), podem ser identificados dois períodos diferentes de reformas nos últimos vinte anos, que dentro do Modelo Gestionário podem ser distinguidos pela ênfase predominante.

**Figura 1: Ênfase nas Reformas da Administração Pública Portuguesa desde 1990**



Fonte: Adaptado de Madureira e Ferraz (2009).

De 1990 a 2000 os princípios são predominantemente os de um Modelo Gestionário na vertente NGP (Bilhim, 1998), pese embora os modelos se entremistam (Rosenbloom, 1998). Contudo, os princípios por que se pauta a década seguinte é, sobretudo pelos do movimento *reinventing government* (Carapeto e Fonseca, 2006).

Em suma, tem-se assistido nas últimas décadas a várias iniciativas que visam reformar a Administração Pública, através de métodos que incidem sobre os serviços, as estruturas, estatutos, instrumentos de gestão e até, sobre a forma de organização da Administração, tendo como pano de fundo, sobretudo, os princípios da NGP com algumas

nuances de orientação para o cidadão, como a desburocratização e a qualidade (Ferraz e Alexandre, 2008).

## **2.1. Evolução e Caracterização da Administração Local**

Em toda a evolução da Administração local há ciclicamente movimentos que vão do centro para a periferia e desta para o centro. No Estado Novo, houve claramente a predominância do centro sobre a periferia, por isso, as diversas divisões a que o país foi sujeito passaram sempre por uma imposição centralista (Bilhim, 2004).

Se por um lado, as mudanças na estrutura de Administração Local foram influenciadas pelas mudanças na administração central, também é certo, que outros fatores motivacionais próprios, inerentes do contexto único deste tipo de administração, também estiveram envolvidos no processo. Nomeadamente, a mudança de legislação de enquadramento de atividades, as mudanças no financiamento, as alterações às finanças locais, entre outras mudanças políticas e sociais. Importa salientar, que desde a Revolução de 1974 se assiste ao aumento de competências dos Governos Locais, quer seja pelo esvaziamento das competências dos Governos Cívicos, quer pela descentralização de competências por parte da Administração Central. A evolução dos Governos Locais tem sido marcada sobretudo por os seguintes fatores:

- a) Transferência de competências;
- b) Reforma do sistema de financiamento das Autarquias Locais;
- c) Maior autonomia das Autarquias Locais;
- d) Novas formas de prestação de serviços públicos.

Todos estes fatores serão analisados em mais pormenor nos pontos que se seguem.



## **2.2. Atribuições e competências das Autarquias**

Bilhim (2004), sustenta que os Municípios remontam à dominação Romana e por conseguinte, anteriores à fundação de Portugal, porém, são produto das circunstâncias próprias das guerras e da reconquista. Na sua perspetiva, a instituição Municipal foi a única que persistiu até aos nossos dias, apresentando-se sempre como sinal de autonomia face ao poder central.

Apesar das vicissitudes por que passaram os Municípios ao longo do tempo, as Autarquias Locais têm dignidade constitucional. Segundo a Lei Fundamental<sup>4</sup>, a organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias Locais, sendo estas, pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações (Artigo 235.º da CRP).

Através de eleições são escolhidos os representantes das populações locais para exercerem a função de órgãos das Autarquias Locais. As Autarquias Locais dividem-se em Freguesias e Municípios compostos pelos seguintes órgãos:

- a) Na Freguesia: a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia;
- b) No Município: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

Atualmente existem em Portugal 308 Municípios, dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O País tem ainda 4.259 Freguesias, das quais, 4.050 no território continental e 209 nos territórios insulares.

---

<sup>4</sup> Constituição da República Portuguesa (CRP)

A Carta Europeia de Autonomia Local (CEAL), aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 de 23 de outubro, entrando em vigor na ordem jurídica portuguesa a 1 de abril de 1991, consagra no seu preâmbulo que "as Autarquias Locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático", bem como, no Artigo (art.º) 1.º, que o "princípio da autonomia local deve ser reconhecido pela legislação interna e, tanto quanto possível, pela Constituição". As atribuições das Autarquias Locais e a competência dos seus órgãos, estando associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, estão relacionadas com o desenvolvimento socioeconómico, com o ordenamento do território, com o abastecimento público, com o saneamento básico, a saúde, a educação, a cultura, o ambiente e o desporto.

A Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, estabelece o quadro de atribuições e competências para as Autarquias Locais, das quais, atendendo aos objetivos desta investigação apenas se salientam as seguintes, referentes às Câmaras Municipais:

- a) Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;
- b) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;
- c) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis;
- d) Fixar as tarifas e os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;
- e) Apoiar ou participar no apoio à ação social escolar e às atividades complementares no âmbito de projetos educativos;
- f) Organizar e gerir os transportes escolares;
- g) Aprovar os projetos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços;
- h) Executar as opções do plano e o orçamento aprovados;
- i) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e

recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal.

As Autarquias Locais têm pessoal, património e finanças próprias, competindo a sua gestão aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local.

Hoje em dia, as Autarquias Locais gozam de um poder reivindicativo junto do Governo e de capacidade de intervenção como nunca tiveram na história do municipalismo no nosso país. Na opinião de Bilhim, (2004) esta onda de descentralização de responsabilidades e financiamentos para as Autarquias é claramente um aspeto positivo que não pode deixar de ser realçado.

A legitimidade das decisões das Autarquias Locais decorre da eleição dos respetivos órgãos, sendo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, órgãos executivos e a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia, órgãos deliberativos. Excetuando a Junta de Freguesia, os demais órgãos referenciados são eleitos por sufrágio universal. Os Municípios e as Freguesias são, portanto, elementos constitutivos da democracia e da cidadania portuguesa.

Como argumenta Bilhim (2004), a democracia local foi inaugurada em 1977, com a realização das primeiras eleições autárquicas.

Em 1977 e 1979 foram publicados dois diplomas fundamentais para o poder local: a primeira lei das Autarquias Locais (em 1977) e a primeira Lei das Finanças Locais (em 1979). Em 1981, foi publicada a primeira Lei das Associações de Municípios de Direito Público. Em 1984, foram delimitadas as competências da Administração Central e da Administração Local em matéria de investimentos.

### **2.3. Fontes de financiamento das Autarquias Locais**

Como consta do art.º 3.º, n.º 1 da CEAL, a Autonomia Local é não só o direito, mas também a capacidade efetiva das Autarquias Locais regularem e gerirem uma parte importante dos assuntos públicos. Assim sendo, a relação política do Estado com os Municípios desenvolve-se não só no campo dos poderes que lhes são atribuídos, mas também nos meios financeiros que lhes são confiados para tais poderes poderem ser efetivos. Nos termos do n.º 2 do art.º 238.º da CRP, o regime das finanças locais, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias Locais e a necessária correção de desigualdades entre Autarquias do mesmo grau.

Em matéria de financiamento, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), encontra-se regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/02 de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/05, de 30 de dezembro, constituindo uma das principais reformas da administração financeira e das contas públicas nos últimos anos na Administração Local. O POCAL permite a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública, sendo a pedra de toque da eficiência e eficácia dos serviços públicos, bem como, do controlo e gestão do património autárquico.

O regime financeiro dos Municípios e das Freguesias encontra-se definido na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho e 67-A/2007, de 31 de dezembro - Lei das Finanças Locais (LFL).

Assim, no quadro da repartição dos recursos públicos, os Municípios beneficiam de receitas provenientes dos impostos do Estado, tais como:

- a) Uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) cujo valor é igual a 25,3% da média aritmética

simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA);

- b) Uma subvenção específica determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM) cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os Municípios;
- c) Uma participação variável de 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 20.º da LFL, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O FEF resulta da soma das parcelas referentes ao Fundo Geral Municipal (FGM) e ao Fundo de Coesão Municipal (FCM) sendo repartido da seguinte forma:

- a) 50% Fundo Geral Municipal (FGM);
- b) 50% Fundo de Coesão Municipal (FCM).

O FGM corresponde a uma transferência financeira do Estado, que visa dotar os Municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento.

O FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais, e corresponde à soma da compensação fiscal (CF) e da compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO) (art.º 23.º n.º 1 da LFL).

A compensação por desigualdade de oportunidades visa compensar, para certos municípios, a diferença de oportunidades decorrente da desigualdade de acesso a condições necessárias para poderem ter uma vida mais longa, com melhores níveis de saúde, de conforto, de

saneamento básico e de aquisição de conhecimentos (art.º 23.º n.º 2 da LFL). A metodologia para construção do índice de desenvolvimento social nacional e de cada Município consta do anexo à LFL (art.º 27.º n.º 10 da LFL)

O FSM constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social (art.º 24.º n.º 1 da LFL). As despesas elegíveis para financiamento através do FSM são, nomeadamente:

- a) As despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as despesas com prolongamento de horário e transporte escolar;
- b) As despesas de funcionamento corrente com os três ciclos de ensino básico público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as atividades de enriquecimento curricular e o transporte escolar;
- c) As despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de iniciação ao desporto e às artes, bem como de orientação escolar, de apoio à saúde escolar e de acompanhamento sócio-educativo do ensino básico público;
- d) As despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde, nomeadamente remunerações de pessoal, manutenção das instalações e equipamento e comparticipações nos custos de transporte dos doentes;
- e) As despesas de funcionamento dos programas municipais de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio, nomeadamente as remunerações do pessoal auxiliar e administrativo afeto a estes programas, transportes e interface com outros serviços municipais de saúde e de ação social;

- f) As despesas de funcionamento de programas de promoção da saúde desenvolvidos nos centros de saúde e nas escolas;
- g) As despesas de funcionamento de creches, jardins de infância e lares ou centros de dia para idosos, nomeadamente as remunerações do pessoal, os serviços de alimentação e atividades culturais, científicas e desportivas levadas a cabo no quadro de assistência aos utentes daqueles serviços;
- h) As despesas de funcionamento de programas de ação social de âmbito municipal no domínio do combate à toxicodependência e da inclusão social.

Por outro lado, constituem receitas próprias fiscais o produto dos seguintes impostos diretos, cuja cobrança reverte para os Municípios:

- a) O produto da cobrança dos impostos municipais a cuja receita têm direito, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre veículos (IMV);
- b) O produto da cobrança de derramas;
- c) O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município;
- d) O produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao município;
- e) O produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao município;
- f) O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;
- g) A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o município tome parte;
- h) O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do município;
- i) O produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;
- j) O produto de empréstimos, incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais.

Estas são as receitas mais expressivas, todavia, há outro tipo de receitas provenientes de taxas, designadamente da concessão de licenças e da prestação de serviços pelas Autarquias Locais, as multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções pecuniárias. Eis alguns exemplos, presentes no gráfico 1, do volume de receitas e de despesas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, relativamente aos anos de 2005 a 2007.

**Gráfico 1: Volume de receitas e despesas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo**

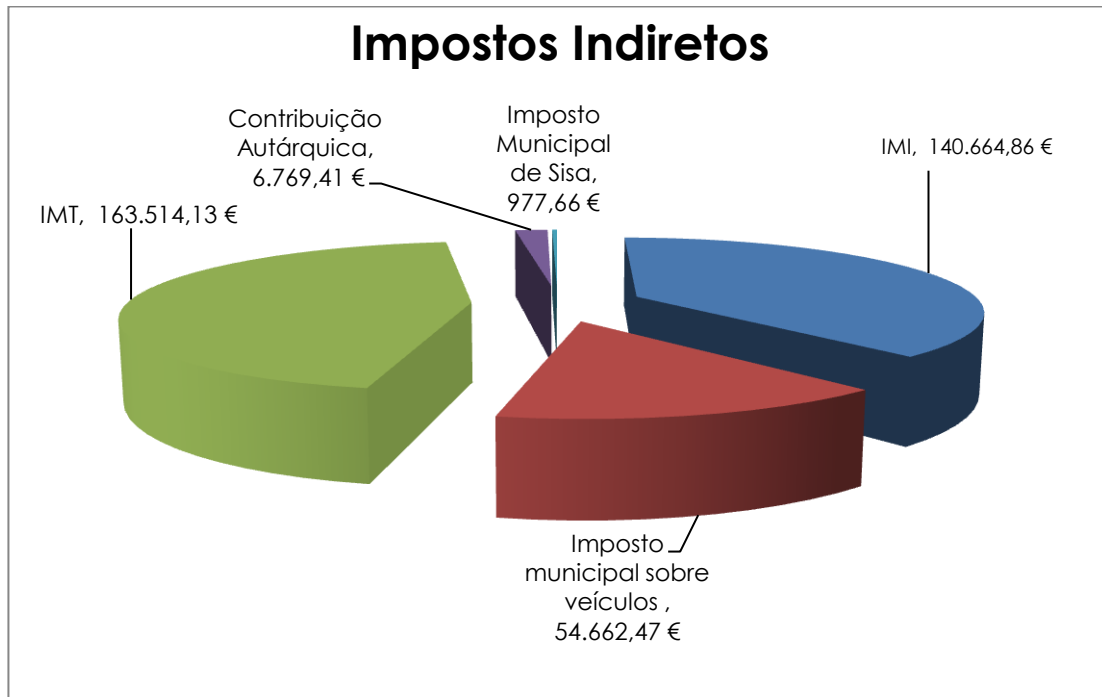


Fonte: Elaboração própria com dados da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) disponível em <http://www.dgaa.pt>, acedido em 14.07.2009.

Segue-se um gráfico exemplificativo do tipo de receitas fiscais que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo obteve em 2007, oriundas de impostos indiretos, as quais foram indiscutivelmente uma ótima fonte de receitas, nomeadamente o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, o imposto municipal sobre imóveis e o imposto municipal sobre veículos.



**Gráfico 2: Receitas Fiscais Municipais em 2007 no Município de Figueira de Castelo Rodrigo (€)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) disponível em <http://www.dgaa.pt>, acedido em 07.07.2009.

É irrefutável e pertinente realçar o papel preponderante que o poder local tem desempenhado com a sua frutífera gestão do território. Esse papel tem sido, sobretudo, mais visível ao nível do planeamento, do saneamento básico, da construção de equipamentos e infraestruturas, mas também é assaz relevante na ação social, na educação, no desporto, na proximidade com as populações.

Contudo, apesar das atribuições cada vez maiores que têm sido delegadas nos Municípios, designadamente no âmbito de funções sociais, como na educação, na saúde ou na ação social, o Estado vai diminuir as transferências para as Administrações Regionais e Locais ao abrigo da Lei de Estabilidade Orçamental inclusa nas medidas adicionais ao Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013.

## **2.4. Governação e Autonomia das Autarquias Locais**

Sustenta Corkery (1999) que Governação<sup>5</sup> é a expressão destinada a descrever o processo político no qual, o poder não está concentrado numa máquina administrativa governamental central, mas em instituições, regionais e locais, na sociedade civil e nos próprios cidadãos (Carapeto e Fonseca, 2006).

A Governação é um conceito que unifica a diversificada literatura sobre gestão pública e políticas públicas como defende Bilhim (2004). As novas formas de governação são impulsionadas pelas recentes mudanças nos tipos de interações entre o setor público e o setor privado, que por sua vez podem ser encaradas como causa e efeito da natureza, complexo, dinâmico e diverso, do mundo em que vivemos (Kooiman, 1994).

Na opinião de Putman (1993), a Governação erige a cidadania ativa como fator crítico, preocupa-se com o capital social e os fundamentos sociais necessários para um desempenho económico e social efetivo.

Ao nível Municipal, a Governação lida com os problemas inerentes à introdução de um novo regime de Administração Pública que acarreta: ao nível institucional, a criação de uma cultura organizacional adequada; ao nível organizacional ou de gestão, uma reestruturação para melhor responder à satisfação das necessidades dos munícipes e ao nível operacional ou técnico, novas técnicas de gestão de recursos humanos, financeiros e materiais (Bilhim, 2004).

Importa frisar, que a autonomia de governação local se deve em larga medida, a decisões do governo central, nomeadamente as anteriormente referidas no que toca quer ao quadro de atribuições e

---

<sup>5</sup> Sobre esta matéria vide Corkery (1999); Merrien (1998) e Stoker (1998).

competências, quer à implementação do POCAL, quer à Lei das Finanças Locais.

Algumas medidas do Poder Central para dotar de autonomia as Autarquias foram nomeadamente:

- a) A criação dos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) nos anos 70, para auxiliar as Autarquias Locais nas questões mais técnicas;
- b) Em 2001, através da DGAL, foram proporcionadas candidaturas aos Municípios para a celebração de protocolos de modernização administrativa nas áreas: da adoção e melhoria dos procedimentos administrativos internos, com vista à melhoria do serviço prestado ao cidadão; da aposta nas novas tecnologias; na integração dos cidadãos na gestão autárquica enriquecendo a cidadania; em novas formas e parcerias no fornecimento de bens e serviços públicos e na formação dos recursos humanos (Rodrigues, 2005).

Contudo, as Câmaras Municipais, no intuito de cumprir com as suas obrigações, organizam-se tradicionalmente, na maioria dos casos em serviços municipais, subdivididos em departamentos e divisões (Oliveira, 2001). Os serviços municipalizados, por sua vez, surgem como uma evolução dos serviços municipais, para desenvolver uma atividade de produção sob uma forte orientação industrial (Pereira e Almeida, 1985).

De facto, denota-se uma importante evolução nos Municípios, especialmente no âmbito da constituição de Empresas Municipais (EM) (Rodrigues e Araújo, 2005), e como tal, na forma de prestação de serviços públicos.

Outros meios de que os Municípios dispõem são: a possibilidade de fazer concessões de serviços públicos (Oliveira, 2001); de se organizarem através do associativismo ou através de parcerias público-privadas. A concessão de serviço público acontece quando um Município permite a um agente externo, a realização de determinada atividade que

inicialmente estava entregue ao seu cuidado. Esta faz-se normalmente através da atribuição da utilização privativa de bens públicos ou da atribuição do direito de exploração e gestão de atividades públicas.

Com efeito, os casos da concessão de serviço público e da constituição de empresas municipais revelam-se como as principais alternativas à produção de bens e serviço públicos protagonizados pelos serviços municipais. Constituem um passo na evolução das parcerias público/privadas (Rodrigues, 2005).

#### **2.4.1. Setor Empresarial Local e Associações de Municípios**

O Setor Empresarial Local (SEL) integra as empresas municipais (EM), intermunicipais (EIM) e metropolitanas (EMT), as quais têm obrigatoriamente como objeto, a exploração de atividades de interesse geral, a promoção do desenvolvimento local e regional e a gestão de concessões. É, no entanto, proibida a criação de empresas para o desenvolvimento de atividades de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil. As entidades empresariais locais têm autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

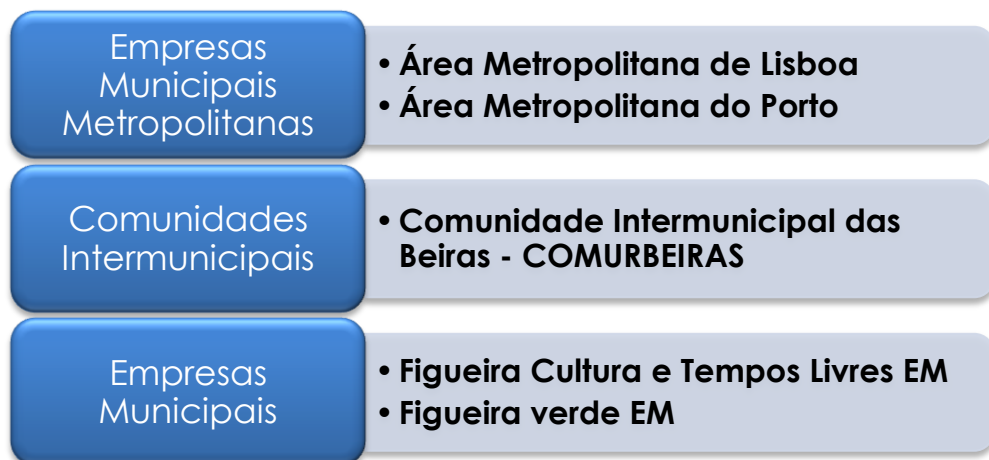
O Setor Empresarial Local rege-se pelo disposto na Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, pelos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do Setor Empresarial do Estado e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais. Esta Lei aplica-se a todas as entidades empresariais constituídas ao abrigo das normas aplicáveis às associações de municípios e às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. As Entidades Empresariais Locais são pessoas coletivas de direito público com natureza empresarial e incluem as empresas de natureza municipal e intermunicipal cuja denominação integra a indicação da natureza municipal (EEM), intermunicipal (EEIM) ou metropolitana (EEMT). Incluem-se neste grupo: os serviços municipalizados; as associações com personalidade jurídica (com ou sem utilidade pública)

e associações sem personalidade jurídica; as fundações e as cooperativas.

Por sua vez as Associações de Municípios revestem a natureza de pessoa coletiva de direito público, cujo regime jurídico consta da Lei n.º 46/2008, de 27 de agosto do qual são exemplos a Área Metropolitana de Lisboa, que integra os Municípios das Unidades Territoriais (UT) da Grande Lisboa e Península de Setúbal e a Área Metropolitana do Porto que inclui os Municípios da UT do Grande Porto e Entre-Douro e Vouga.

As Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais de fins gerais foram convertidas em Comunidades Intermunicipais (CIM), cujo regime jurídico consta da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto. Segue-se um esquema com alguns exemplos.

**Figura 2: Exemplos de Associativismo Municipal**



Fonte: Elaboração Própria com dados do sítio de Internet da Direção-Geral das Autarquias Locais em: <http://www.portautarquico.pt/portautarquico/Section.aspx>, acedido em 12.01.2010.

### **Áreas Metropolitanas**

Nos termos da Lei 46/2008 de 27 de agosto, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é uma pessoa coletiva de direito público que constitui uma

forma específica de Associação dos Municípios abrangidos pelas unidades territoriais definidas da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Os Municípios que a compõem são: Alcochete; Almada; Amadora; Barreiro; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Moita; Montijo; Odivelas; Oeiras; Palmela; Sesimbra; Setúbal; Seixal; Sintra e Vila Franca de Xira.

A outra Área Metropolitana, nos termos da mesma Lei, é a Grande Área Metropolitana do Porto composta pelos Municípios de: Arouca; Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Oliveira de Azeméis; Porto; Póvoa de Varzim; Santa Maria da Feira; Santo Tirso; São João da Madeira; Trofa; Vale de Cambra; Valongo; Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Entre os seus objetivos contam-se, entre outros: participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana a que digam respeito; promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articular os investimentos municipais de carácter metropolitano; participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e participar, nos termos da lei, na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano.

### **Comunidades Intermunicipais (CIM)**

Como exemplo de uma CIM regional refira-se a Comunidade Intermunicipal – COMURBEIRAS, CIM, constituída por 12 municípios inseridos na região Centro de Portugal: Almeida; Celorico da Beira; Guarda; Figueira de Castelo Rodrigo; Manteigas; Mêda; Pinhel; Sabugal; Trancoso; Belmonte, Covilhã e Fundão. A Comurbeiras pauta-se pelo móbil basilar de apresentar projetos de cariz supramunicipal e transfronteiriço, que visem criar sinergias entre os vários Municípios envolvidos.

## **Empresas Municipais**

Como EM locais destacam-se os exemplos da Figueira Cultura e Tempos Livres EM, e a Figueira verde EM, as quais visam a promoção do desporto, atividades culturais, e a exploração de equipamentos desportivos, no caso da primeira, e a promoção e venda de produtos regionais no caso da segunda. A EM Figueira Cultura e Tempos Livres foi constituída em 13.7.2000, enquanto a Figueira Verde EM, foi constituída em 24.04.2003.

## **Outro Tipo de Associações**

A Carta Europeia da Autonomia Local, no seu art.º 10.º n.º 1, estabelece também o direito de associação das Autarquias Locais, no exercício das suas atribuições, de cooperar e (nos termos da lei) de se associar com outras Autarquias Locais para a realização de tarefas de interesse comum. Seguem-se alguns exemplos de outro tipo de associações.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), constituída em 1985, é a associação mais importante e com mais expressão em Portugal, porque possui um carácter nacional e tem como finalidade a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local perante os órgãos de soberania.

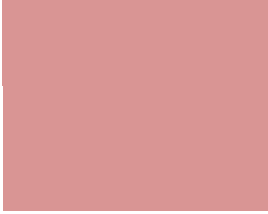
Por outro lado e de carácter regional, salienta-se a Associação de Municípios da Cova da Beira constituída em 1981 por quatro Municípios sendo atualmente composta por 13 associados: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso.

Por fim, evidencia-se uma concessão importante regional criada em julho de 2000. Trata-se das Águas do Zêzere e Côa, S.A., empresa que

resulta da parceria entre a empresa Águas de Portugal, a Associação de Municípios da Cova da Beira e os Municípios de Aguiar da Beira, Almeida, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Fornos de Algodres, Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia. Para além de acionistas, estes são também utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa. A concessão para a construção, exploração e gestão do Sistema foi atribuída, por um período de 30 anos, com o objetivo de satisfazer as necessidades da população da região, ao nível da quantidade e qualidade da água e de aumentar os níveis de tratamento de águas residuais. Trata-se de uma sociedade anónima de direito privado e capitais exclusivamente públicos.

Em síntese, procura-se a obtenção de um serviço público de qualidade com eficiência, eficácia e economia, que promova o aumento da qualidade e da redução de custos, com ou sem a aplicação de associativismo. A governação local tem de inovar e acompanhar o processo evolutivo das reformas administrativas, e fomentar fortemente os processos tecnológicos.





### III. Governo Eletrónico – “e-Government”

---

Vitor Bekkers (*et. al.*, 2002), citado por Santos (2006), considera que o Governo Eletrónico (*e-Government*), em termos académicos, pode ser definido como o uso das novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) por parte de uma organização pública, para servir de suporte ou para redefinir as relações existentes ou futuras com os cidadãos, empresas, organizações sociais e outras organizações governamentais com o objetivo de criar valor acrescentado.

Para Leonel dos Santos e Luís Amaral (2003), *e-Government* é a utilização que os organismos públicos, sejam eles centrais, regionais ou locais, fazem das TIC. Em sua opinião, trata-se, nomeadamente da utilização de tecnologias como: redes locais de computadores; Internet ou a computação móvel, as quais têm a capacidade de transformar as relações da Administração Pública com o cidadão, com as empresas, com os diferentes níveis de governo ou mesmo com outros governos. Os autores referem que estas tecnologias podem servir para uma grande variedade de fins: melhoria dos serviços ao cidadão, melhoria das relações com as empresas, melhoria da informação fornecida aos cidadãos ou melhoria da gestão.

O Conceito de Governo Eletrónico pode ser definido como uma prestação de serviços via eletrónica, ou seja, como os processos ou mecanismos para fazer evoluir a Administração Pública com recursos informáticos adequados e dedicados, de forma a agilizar processos de interação com o cidadão.

Pode também ser definido como a utilização das TIC no Governo e Administração Pública ou ainda como o potencial para reformar a Administração Pública pela utilização das TIC (Caldas, 2006). Segundo a

OCDE<sup>6</sup> trata-se da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, em particular da Internet, como uma ferramenta para atingir um melhor governo.

O *e-Government* ocupa lugar destacado nas políticas para a Sociedade da Informação. A difusão das tecnologias da informação e da comunicação encontram-se no epicentro dos processos de modernização dos sistemas políticos democráticos e dos setores públicos administrativos. Constituem as linhas orientadoras deste processo de modernização, o reforço da eficiência e da eficácia das administrações e o aumento da transparência e da democraticidade (UMIC, 2003).

O *e-Government* aponta, não só para a introdução de novos métodos e mudanças ao nível de processos nas políticas públicas, mas também, para a revisão das próprias organizações públicas, envolvendo as opiniões dos atores externos que têm interesse nessas organizações (Kudo, 2002). O *e-Government* recorre à entrega de informação e serviços via Internet ou outros meios digitais (West, 2000), podendo também incluir oportunidades para participação política *online*<sup>7</sup> (West; Norris, 2001).

Deste modo, o *e-Government* deverá ser entendido como uma estratégia que utiliza as novas tecnologias para impulsionar a reforma administrativa, promovendo, por um lado, o aumento da eficiência e transparência dos processos, e, por outro, diminuindo as distâncias e as barreiras que impedem a participação dos cidadãos nos processos políticos que influenciam as suas vidas (Santos, 2006).

O *e-Government* é, assim, o uso de tecnologias de informação e de comunicação nas administrações públicas combinada com a

---

<sup>6</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

<sup>7</sup> Online, significa em linha, ou seja, que um computador está ligado à Internet

mudança organizacional e o desenvolvimento de novas habilidades a fim de melhorar serviços públicos e processos democráticos para fortalecer a sustentação das políticas públicas.

A Administração Pública tem vindo, como se demonstrou nos pontos precedentes, a implementar medidas no âmbito da modernização administrativa pela implantação das TIC, indo ao encontro da simplificação de procedimentos, aproximando o cidadão da administração, alcançando primados de eficácia e eficiência dos serviços. Desta forma evita-se que os cidadãos percam tempo desnecessário em longas filas de espera. Em suma, as abordagens de uma Nova Gestão Pública culminam num amplo sistema de prestação de serviços públicos que pretendem incutir uma cidadania mais participativa, através da aplicação de novas tecnologias de informação e de comunicação, e portanto de *e-Government*.

Para essa realidade, o governo criou dispositivos legais a fim de tornar o acesso e a utilização das TIC mais abrangente regulamentando, designadamente, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002 de 20 de novembro, o enquadramento institucional da atividade do Governo em matéria de sociedade da informação, da inovação e do Governo Eletrónico. Um dos objetivos foi o de aumentar a adesão, a confiança e a motivação das populações no acesso à Internet de banda larga, combatendo a exclusão digital fornecendo novos serviços, aplicações e conteúdos que permitem criar novos mercados, reduzir custos e aumentar a produtividade. Este diploma veio criar, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de inovação, sociedade da informação e Governo Eletrónico. Neste seguimento, a UMIC apresenta o Plano de Ação para o Governo Eletrónico, o Plano de Ação para a Sociedade de Informação, o Programa Nacional para a participação dos cidadãos com necessidades especiais na Sociedade de Informação, e o Programa Nacional de Compras Eletrónicas (PNCE) (Carapeto e Fonseca, 2006). O

resultado foram iniciativas que estão concretizadas e a decorrer na área das TIC, através da UMIC, nomeadamente<sup>8</sup>:

- a) Cartão de Cidadão – é o documento de identificação eletrónica do cidadão que substitui o tradicional Bilhete de Identidade, e agrega outros cartões como o Número de Identificação Fiscal, Número de Identificação da Segurança social, Número de Utente do Serviço Nacional de Saúde;
- b) Portal do Cidadão, disponível no sítio de Internet em <http://www.portaldocidadao.pt> - trata-se do canal central de acesso eletrónico aos serviços públicos prestados aos cidadãos através da Internet, numa filosofia de balcão unificado de atendimento. Complementa as Lojas do Cidadão físicas e pode ser encontrado em: <http://www.lojadocidadao.pt>;
- c) Portal da Empresa, disponibilizado no sítio de Internet em <http://www.portaldaempresa.pt> – é o canal central de acesso eletrónico aos serviços públicos prestados às empresas através da Internet, numa filosofia de balcão unificado de atendimento;
- d) Plataforma de Interoperabilidade – é um sistema que facilita a interoperação de diferentes sistemas de informação, tendo por base princípios de interoperabilidade e segurança;
- e) Programa Nacional de Compras Eletrónicas - O PNCE foi aprovado em junho de 2003, com o objetivo de introduzir ferramentas eletrónicas como instrumentos correntes dos processos de compras públicas. Posteriormente foi criada a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), constituída pelo Decreto-Lei nº 37/2007, de 19 de fevereiro, para fazer a Gestão do Sistema Nacional de Compras Públicas através do sítio de internet em <http://www.ancp.gov.pt>.

Muito embora o PNCE tenha na sua génese, a agregação de ferramentas para os Ministérios, este permite também a inscrição de

---

<sup>8</sup> Fonte: Sítio de Internet da UMIC disponível em: <http://www.umic.pt>

entidades voluntárias, como as Autarquias Locais, Associações, entre outras<sup>9</sup>.

Por outro lado, é também importante salientar o Plano Tecnológico que, fazendo parte integrante do Programa do XVII Governo Constitucional, traduz a aplicação das prioridades da Estratégia de Lisboa, com vista ao crescimento e competitividade baseada em três eixos, no conhecimento, na tecnologia e na inovação. De entre as medidas do plano salientam-se, no âmbito da simplificação, desburocratização e desmaterialização,<sup>10</sup> as seguintes:

- a) ViaCTT (Caixa Eletrónica Postal Universal);
- b) Iniciativa Empresa na Hora;
- c) Documento Único Automóvel;
- d) Bolsa de Emprego Científico;
- e) Criação da Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas;
- f) Rede Telemática de Informação ao Consumidor;
- g) Cartão do Cidadão;
- h) Passaporte Eletrónico Português;
- i) Portal do Emprego e Formação – NetEmprego;
- j) Centro de atendimento para o público do SNS;
- k) Segurança Social Direta;
- l) Bibliotecas Digitais;
- m) Desmaterialização de Processos na Justiça;
- n) Digitalização e Disponibilização de Conteúdos Culturais;
- o) Divulgação Eletrónica do Património Cultural;
- p) Estimular a Democracia Eletrónica;
- q) Facilitar a Utilização de Computadores em Casa por Estudantes;
- r) Magalhães.

---

<sup>9</sup> Para mais informações vide Estatutos da ANCM no sítio de Internet em <http://www.ancp.gov.pt>.

<sup>10</sup> Fonte: sítio de Internet do Plano Tecnológico em: <http://www.planotecnologico.t/InnerPage.aspx?idCat=158&idMasterCat=30&idLang=1>

De facto, nesta ótica e considerando a importância fulcral das TIC, o Estado tem vindo a implementar medidas frutíferas que permitem uma maior aproximação de serviços públicos ao cidadão. A Administração tem enveredado por um esforço no sentido de acelerar os processos, combater a infoexclusão<sup>11</sup>, desenvolver a Banda Larga e o Governo Eletrónico, com vista a um maior entendimento e uma relação mais estreita para com o exercício de cidadania, numa sociedade de informação em constante mutação.

Em 2006, foi constituída a Agência para a Modernização Administrativa (AMA). Trata-se do Instituto Público integrado na Administração Indireta do Estado que tem a missão de operacionalizar as iniciativas de modernização e impulsionar a participação e o envolvimento dos diferentes atores, instituições e responsáveis. A AMA veio integrar e assumir naquelas matérias as atribuições do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão, dos Centros de Formalidades de Empresas, bem como, as atribuições nos domínios da modernização administrativa e do Governo Eletrónico cuja competência estava a cargo da UMIC (Carapeto e Fonseca, 2006). Das iniciativas da AMA destacam-se, embora surjam no seguimento das iniciativas implementadas pela UMIC: o Cartão de Cidadão, a promoção da autenticação e assinatura eletrónicas através do Cartão de Cidadão, e o Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX).

A iniciativa mais famigerada pelo governo tem sido o Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX). O SIMPLEX é um Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, que engloba um conjunto de atividades que visam a facilitação da vida dos Cidadãos e das Empresas. Está em execução desde 2006, e desde então conta

---

<sup>11</sup> Infoexclusão é o fenómeno de exclusão de pessoas sem acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

com cerca de 790 medidas aplicadas (AMA, 2010) das quais se destacam:

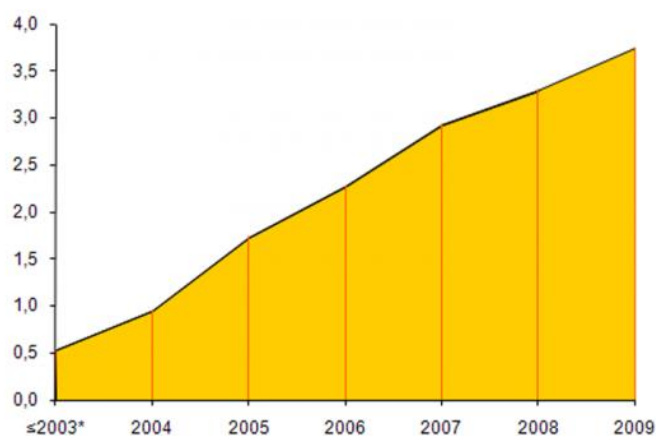
- a) Marcação de consultas médicas online;
- b) Desmaterialização completa do Diário da República;
- c) Emissão de Certidões Permanentes *online*;
- d) Portal Empresa na Hora;
- e) IES – Informação Empresarial Simplificada;
- f) Desmaterialização do boletim de vacinas;
- g) Monitorização da situação do utente inscrito para cirurgia;
- h) Simplificação do pagamento das taxas moderadoras;
- i) Subsídio Parental *online*;
- j) A Minha Rua;
- k) Casa Pronta;
- l) Agenda Eletrónica do Contribuinte;
- m) Entrega Simplificada do Modelo 1 do IMI;
- n) Liquidação do IMT *online*;
- o) Registo automóvel *online*;
- p) Pedido *online* de Certidões de veículos;
- q) Simplificação do licenciamento de pedreiras.

A experiência colhida do programa SIMPLEX e a resultante concretização de medidas de simplificação pelos Municípios, levaram à sua extensão às Autarquias Locais que de forma voluntária se envolveram no Simplex Autárquico, reunindo medidas propostas por 9 Autarquias: Águeda; Cascais; Guimarães; Lisboa; Pombal; Portalegre; Porto, Redondo e Seixal. O objetivo comum é o de facilitar a vida aos cidadãos, diminuir os custos de contexto que sobrecarregam as atividades económicas e modernizar a administração.

A fazer eco desta profícua aposta nas TIC com vista à promoção de uma cidadania ativa e progresso tecnológico, encontram-se os

relatórios publicados pela Comissão Europeia em agosto de 2009<sup>12</sup> (UMIC, 2010), onde é indicado que Portugal atinge posições elevadas de âmbito mundial, designadamente: na criação de empresas completamente *online*; nas declarações de IRS *online* que chegaram a cerca de 80% do total de declarações entregues em 2009; no tratamento de todo o IVA pela Internet desde 2005 e na disponibilização gratuita do Diário da República pela Internet economizando 27 toneladas de papel por dia desde julho de 2006.

**Gráfico 3: Declarações de IRS Submetidas pela Internet (Milhões)**



\*valor acumulado

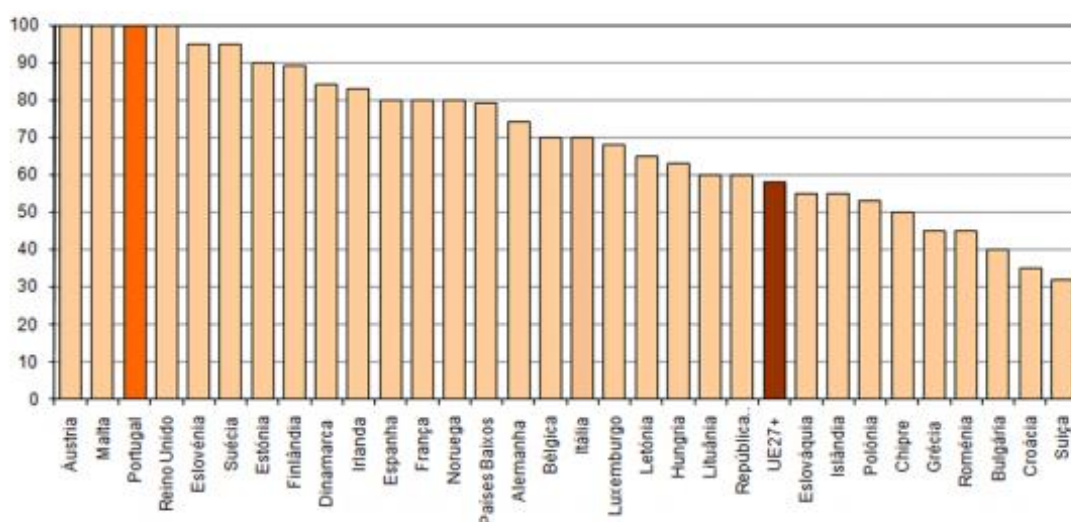
Fonte: [sitio de Internet disponível em http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3144&Itemid=121](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3144&Itemid=121),  
acedido a 03.06.2010.

Segundo a UMIC (2010), o mesmo relatório afirma que Portugal está no 1º lugar no *Ranking* de sofisticação da disponibilização *online* de serviços públicos (a partir do 4º lugar em 2007) e também no 1º lugar no *Ranking* de disponibilização completa *online* de serviços públicos (a partir do 3º lugar em 2007, considerando os 27 estados-membros incluindo, ainda, a Croácia, Islândia, Noruega e Suíça conforme se constata pelo Gráfico 4.

<sup>12</sup> Disponível no [sitio de Internet em: http://ec.europa.eu/information\\_society/policy/ecommerce/doc/implementation\\_enforcement/annualreports/15threport/comm\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/information_society/policy/ecommerce/doc/implementation_enforcement/annualreports/15threport/comm_pt.pdf)



**Gráfico 4: Ranking de disponibilização completa online de serviços públicos básicos 2009 (%).**



Fonte: Sítio de internet disponível em [http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3144&Itemid=121](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3144&Itemid=121), consultado em 03.06.2010.

### 3.1. Governo Eletrónico na Administração Local

Para além das medidas mencionadas no ponto anterior, levadas a cabo pela Administração Central, destacam-se outras igualmente importantes dirigidas à Administração Regional e Local, como é o caso das seguintes iniciativas<sup>13</sup>:

- a) A iniciativa Cidades e Regiões Digitais, que pretendeu financiar projetos integrados de promoção da Sociedade da Informação ao nível local e regional, para aumentar a competitividade, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas, promover a participação dos cidadãos e desenvolver a economia de uma área geográfica de forma sustentada;

<sup>13</sup> Fonte: Sítio de Internet da UMIC disponível em [http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=17&Itemid=12](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=12), acedido em 4.6.2010

- b) A massificação do acesso e utilização da Internet com a criação de Pontos Municipais de Banda Larga de acesso à Internet em espaços públicos.

A Primeira iniciativa envolve soluções de Administração Pública Eletrónica para as Administrações Locais, condições de reforço da concorrência de pequenas e médias empresas e um amplo leque de serviços centrados nos cidadãos, como por exemplo: serviços de informação; saúde; segurança; apoio social; educação e cultura. Um exemplo regional foi o da criação da "Guarda Cidade Digital"<sup>14</sup>.

A segunda iniciativa teve uma importância fulcral, nomeadamente porque os Espaços Internet são locais de acesso público gratuito, onde se disponibiliza regularmente a utilização de computadores com acesso à Internet, para facilitar o uso destas tecnologias pelas pessoas. Muitos destes espaços satisfazem condições de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais<sup>15</sup>.

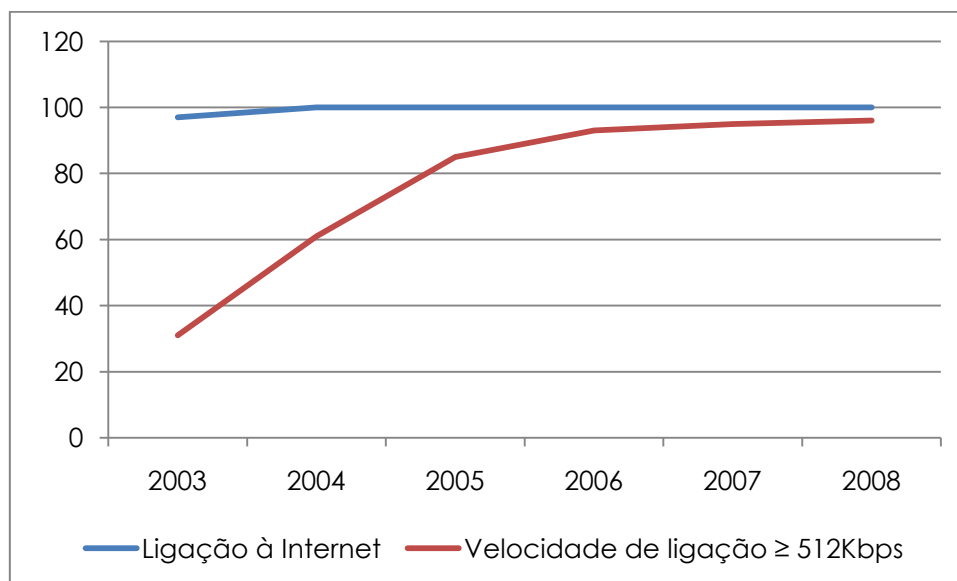
Esta renovação ao nível local das infraestruturas ligadas às TICs coloca o panorama da seguinte forma: todas as Câmaras Municipais dispõem de ligação à Internet, mormente 96% com velocidades superiores ou iguais a 512 Kilobytes por segundo (Kbps), e 84% com ligações superiores ou iguais a 2 Megabytes por segundo (Mbps), mais do dobro que em 2005.

---

<sup>14</sup> Foi criado um portal regional, com a inclusão de ligações aos portais das Autarquias do distrito, com informação, novidades, agenda, entre outras valências de carácter regional o qual pode ser consultado em: <http://www.guarda.pt>.

<sup>15</sup>Fonte: sítio de Internet da UMIC disponível em [http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=18&Itemid=37](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=37), acedido em 4.6.2010.

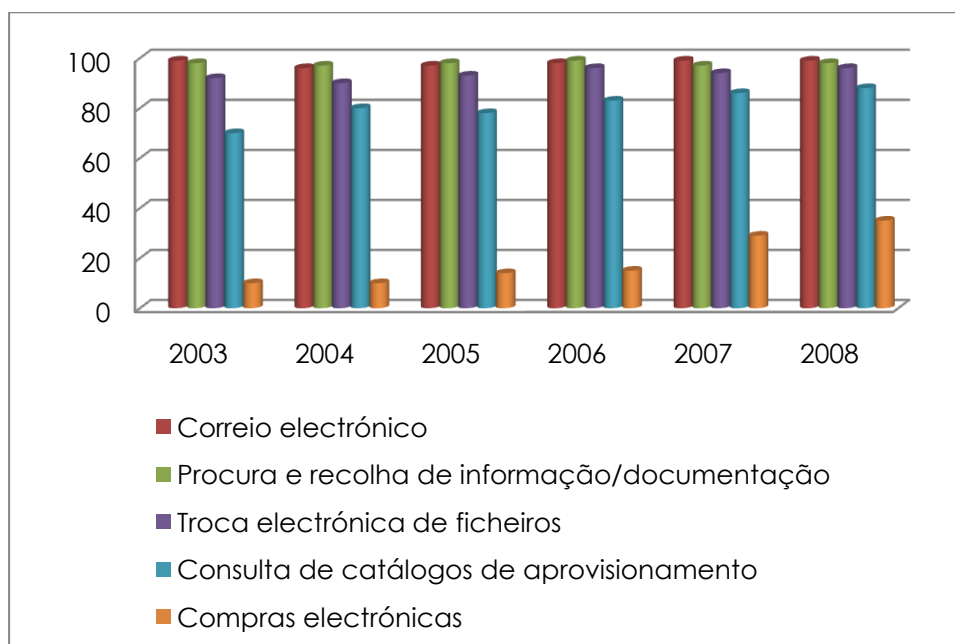
**Gráfico 5: Evolução da utilização e velocidade de ligação à Internet nas Câmaras Municipais de 2003-2008 (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados da UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.unic.pt/images/stories/osic/SI\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.unic.pt/images/stories/osic/SI_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

Nas Câmaras Municipais (UMIC, 2010), a Internet é fundamentalmente utilizada para atividades de pesquisa e de comunicação: correio eletrónico (97%); procura e recolha de informação/documentação (98%); troca eletrónica de ficheiros (96%); comunicação externa com outros municípios, juntas de freguesia e organismos da Administração Pública Central (83%) e interface com o cidadão (71%).

**Gráfico 6: Atividades mais desenvolvidas na Internet pelas Câmaras Municipais entre 2003-2008 (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados da UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.unic.pt/images/stories/osic/Sl\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.unic.pt/images/stories/osic/Sl_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

As atividades que mais cresceram nas Câmaras Municipais desde 2005 foram, segundo a UMIC (2010): As compras eletrónicas em 50% das Câmaras e a venda de bens e serviços que tiveram um aumento de 50%. Em 2009, cerca de 99% das Câmaras Municipais já dispunha de presença na Internet.

Os principais serviços disponibilizados em sítios de Câmaras Municipais na Internet são: o correio eletrónico (82%); *download*<sup>16</sup> e impressão de formulários (90%); a subscrição de *newsletters*<sup>17</sup> na Internet (com 60%, mais 88% que em 2005); a consulta pública pela Internet (cerca de 65%); inquéritos aos cidadãos pela Internet (39%); o preenchimento e

<sup>16</sup> Download significa descarregar, é o ato de transferir dados de um computador remoto, na internet, para um computador local.

<sup>17</sup> Newsletter é a subscrição de um jornal eletrónico que contém informações, sobre a entidade promotora, onde é subscrita online, chegando por correio eletrónico.

submissão de formulários *online* (37%); pedidos de recolha de lixo e limpeza de ruas (26%); acompanhamento de processos de obras particulares (29%); e fóruns de discussão entre o executivo camarário e os cidadãos (15%). Cerca de 28% das Câmaras Municipais efetuam encomendas através da Internet, mais do dobro que em 2005, utilizando nomeadamente o correio eletrónico. Estes dados podem ser verificados na Tabela 1.

**Tabela 1: Tipo de informação disponível no sítio da internet nas Câmaras Municipais entre 2003-2008 (%)**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Informação municipal e planos locais	80	75	80	81	85	90
Organograma da Câmara Municipal	70	77	78	83	82	88
Actas e resoluções tomadas em reuniões e sessões camarárias	51	60	65	75	78	85
Anúncio de reuniões e eventos camarários	68	70	72	79	79	84
Consulta de taxas municipais	x	x	x	x	73	81
Informação sobre serviços, direitos e deveres dos cidadãos	54	59	66	72	75	77
Planos de actividade e relatórios de actividade	x	35	39	49	58	77
Contactos e <i>curriculum</i> dos principais responsáveis camarários	x	57	63	73	67	72
Actos administrativos camarários (resoluções, despachos)	x	35	44	49	56	64

Fonte: UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

Em suma, o e-Government local exprime-se no uso de tecnologias de informação e de comunicação nas Administrações Públicas Locais que, combinadas com a mudança organizacional, permitem melhorar os serviços e aproximar as populações da Administração, garantindo uma participação de cidadania democrática mais ativa no panorama político local.

## IV. Compras Públicas

Segundo dados do sítio de Internet da União Europeia (UE)<sup>18</sup>, a compra e aquisição de bens e serviços por parte de entidades públicas nos Estados-Membros, atingiu em 2002 cerca de 1.500 biliões de euros, traduzindo-se em 16 % do Produto Interno Bruto da UE. De acordo com a mesma fonte, a sua consequente abertura aos mercados, aumentou a competitividade nos territórios fronteiriços.

A livre concorrência e a abertura dos mercados internacionais, são princípios previstos no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, assinado em 1980, designado de *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e no Acordo de Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio de 1994. Aqueles princípios, foram transpostos para as diretivas comunitárias 2004/18/CE e 2004/17/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, alteradas pela Diretiva n.º 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de setembro, e retificadas pela Diretiva n.º 2005/75/CE, do Parlamento Europeu e da Comissão, de 16 de novembro.

A diretiva 2004/18/CE, refere-se aos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de aquisição de bens e dos contratos públicos de aquisição de serviços. A diretiva 2004/17/CE concerne à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais.

De acordo com as diretivas supra mencionadas, o setor público tem o dever de manter a competitividade promovendo políticas de igualdade e de transparência, promovendo a harmonização dos

---

<sup>18</sup> Fonte: Sítio de Internet: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/publicprocurement/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/publicprocurement/index_en.htm)

procedimentos a fim de simplificar e modernizar o setor das compras públicas.

A UE adotou, com as diretivas 2004/18/CE e 2004/17/CE, normas de procedimentos de adjudicação de contratos com abertura à concorrência, que representam oportunidades de negócio significativas para as empresas no mercado interno, em particular para Pequenas e Médias Empresas. Simultaneamente, métodos abertos e concorrenciais de adjudicação atraem um rol mais alargado de potenciais concorrentes, permitindo obter propostas economicamente mais vantajosas, o que, face à conjuntura económica de muitos Estados-Membros, assegura uma gestão mais eficaz e eficiente dos dinheiros públicos.

Ao celebrarem contratos públicos, os Estados-Membros são obrigados a respeitar regras e princípios como o da livre circulação de mercadorias (art.º 28.º do Tratado da Comissão Europeia) (TCE), o direito de estabelecimento (art.º 43.º TCE), a livre prestação de serviços (art.º 49.º TCE) e os princípios da não discriminação e da igualdade de tratamento, da transparência, da proporcionalidade e do reconhecimento mútuo.

A título de exemplo, os princípios de igualdade de tratamento e de não discriminação em razão da nacionalidade implicam uma obrigação de transparência que consiste em garantir, a favor de todos os potenciais concorrentes, um grau de publicidade adequado para garantir a abertura do mercado dos contratos de serviços à concorrência, bem como o controlo da imparcialidade nos processos de adjudicação, tal como refere o *Considerando 2* da diretiva 2004/18/CE.

Surge assim, o novo Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado no Diário da República (DR) n.º 20, I série, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo do DL

n.º 278/2009 de 2 de outubro, e por a Lei n.º 3/2010 de 27 de abril. O CCP estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. O DL 18/2008 de 29 de janeiro, procede à transposição das Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, e entrou em vigor a 30 de julho de 2008.

O CCP é constituído por 473 artigos, organizados em 5 partes distintas com a seguinte estrutura:

**Tabela 2: Estrutura geral do CCP**

<b>Partes</b>	<b>Títulos</b>	<b>Artigos</b>
I Âmbito de aplicação	I – Disposições gerais	1.º - 6.º
	II – Setores da água, a energia, dos transportes e dos serviços postais	7.º - 15.º
II – Contratação Pública	I – Tipos de procedimentos	16.º - 33.º
	II – Fase de formação do contrato	34.º - 111.º
	III – Tramitação Procedimental	112.º - 218.º
	IV – Instrumentos procedimentais especiais	219.º - 250.º
	V – Acordos quadro	251.º - 259.º
	VI – Centrais de compras	260.º - 266.º
	VII – Garantias administrativas	267.º - 274.º
	VIII – Extensão do âmbito de aplicação	275.º - 277.º
III – Regime substantivo dos contratos administrativos	I – Contratos administrativos em geral	278.º - 342.º
	II – Contratos administrativos em especial	343.º - 454.º
IV – Regime contra ordenacional		455.º - 464.º
V – Disposições finais		465.º - 472.º

Elaboração Própria; Fonte: CCP.

O objetivo deste trabalho não é proceder a uma exaustiva e pormenorizada explanação do CCP. Pelo que, referir-se-ão apenas alguns aspetos considerados pertinentes para o estudo do caso, objeto do presente trabalho. Embora o CCP se aplique à fase de formação e à



fase de execução dos contratos públicos, esta investigação incidirá apenas sobre a fase de formação de contratos, ou seja, no que se refere aos procedimentos pré-contratuais até se iniciar a fase de execução, ou seja, até à celebração do contrato.

O CCP divide-se, efetivamente, em duas grandes fases:

- a) Fase de formação de contratos;
- b) Fase de execução de contratos.

A fase de formação refere-se à contratação pública, aos procedimentos administrativos que regulam a formação dos contratos públicos, desde a decisão de contratar e escolha do procedimento pré-contratual até à celebração do contrato, ao passo que a fase de execução do contrato se refere à execução dos contratos administrativos, tratando-se pois, do regime substantivo dos contratos administrativos, ou seja, no que concerne às obrigações das partes, ao incumprimento, aos poderes e prerrogativas de autoridade, à modificação e extinção dos contratos.

Quanto ao objeto de contrato a celebrar, o CCP aplica-se aos contratos de empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços (cfr. art.º 8.º).

Em relação aos contraentes públicos que estão abrangidos pelo Código, (cfr. o disposto no art.º 2.º e art.º 3.º do CCP) contam-se, o Estado, as Autarquias Locais, os Institutos Públicos, entre outras.

Relativamente ao tipo de procedimentos que as entidades adjudicantes podem adotar, assinalam-se os seguintes: ajuste direto, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação e o diálogo concorrencial.

O ajuste direto é definido no art.º 112.º do CCP, como o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente uma ou mais entidades à sua escolha a apresentar proposta, podendo com elas negociar aspetos da execução do contrato a celebrar. Reveste um regime geral (cfr. art.ºs 114.º a 127.º do CCP) e um regime simplificado (disposto nos art.ºs 128.º e 129.º do CCP). O regime geral será amplamente comentado no capítulo VII.

O concurso público reveste duas modalidades, normal (cfr. o disposto nos art.ºs 130.º a 154.º do CCP) e urgente (art.ºs 155.º a 161.º do CCP). A modalidade de concurso público urgente é apenas aplicável a contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços. O concurso público normal será à semelhança do ajuste direto, explanado mais aprofundadamente no capítulo VII.

O concurso limitado por prévia qualificação é um procedimento mais complexo, dividindo-se em 2 fases. Na primeira fase são avaliadas a capacidade técnica e económica dos candidatos. Na segunda fase são apresentadas e avaliadas as propostas dos concorrentes (art.ºs 162.º a 192.º do CCP).

O procedimento por negociação cuja tramitação consta dos art.ºs 193.º a 203.º do CCP, praticamente remetida na íntegra para a respeitante ao procedimento de concurso limitado por prévia qualificação, é um procedimento que integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação e análise das versões iniciais das propostas;
- c) Negociação das propostas;
- d) Análise das versões finais das propostas e adjudicação.

O diálogo concorrencial é um novo procedimento introduzido pelas diretivas atrás mencionadas, e deve ser adotado quando o contrato a celebrar, qualquer que seja o seu objeto, seja particularmente

complexo, impossibilitando a adoção do concurso público ou do concurso limitado por prévia qualificação.

Rege-se essencialmente pelas disposições para o procedimento de concurso limitado por prévia qualificação (cfr. art.ºs 204.º a 218.º), no entanto, a entidade adjudicante não pode recorrer a um leilão eletrónico, nem adotar uma fase de negociações. O procedimento de diálogo concorrencial integra as seguintes fases:

- a) Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b) Apresentação das soluções e diálogo com os candidatos qualificados;
- c) Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

O CCP contempla ainda figuras não autónomas que consubstanciam meras fases de procedimentos pré-contratuais típicos como é o caso do leilão eletrónico e as fases de negociação enxertadas no concurso público. Inclui também figuras que são instrumentos enquadradores de procedimentos e contratos subsequentes, tais como acordos-quadro e centrais de compras, bem como instrumentos procedimentais especiais, como é o caso dos concursos de conceção, sistemas de aquisição dinâmicos e sistemas de qualificação.

De uma forma geral, o CCP sistematiza, uniformiza e consolida num só texto legal todas as matérias respeitantes à formação e execução dos contratos públicos, assim revogando, entre outros, o DL 59/99 de 2 de março, o DL 197/99 de 8 de junho (com exceção dos artigos 16.º a 22.º e 29.º) e o DL 223/2001 de 9 de janeiro. Todavia, introduz algumas inovações nomeadamente, ao nível da desmaterialização, que a seguir se discriminam:

- a) Desaparece o ato público nos concursos públicos, uma vez que todo o procedimento passa a ser efetuado através de uma plataforma de compras públicas eletrónicas, a qual tem de obedecer às regras vertidas na Portaria 701-G/2008 de 29 de junho, em consequência da

desmaterialização procedimental. Consequentemente a publicitação em jornais deixa de ser obrigatória;

- b) A apresentação de candidaturas e de propostas pelos candidatos e pelos concorrentes é feita através de *upload*<sup>19</sup> na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante;
- c) O envio do relatório preliminar por parte da entidade adjudicante, bem como a apresentação pelos candidatos ou concorrentes da sua pronúncia em sede de audiência prévia, efetua-se através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
- d) Todas as comunicações e/ou notificações entre a entidade adjudicante e os candidatos ou concorrentes devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
- e) Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento são efetuados através de plataforma eletrónica, correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados;
- f) Os esclarecimentos prestados serão ainda disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante

Encontram-se igualmente previstas as seguintes inovações no que toca ao aspeto procedimental:

- a) Uniformização da nomenclatura e das regras aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais, na condensação do seu número;
- b) Desapareceram assim procedimentos que se revelam menos consentâneos com a concorrência ou cujas diferenças em face dos demais não justificariam, apesar disso, a respetiva autonomização (nomeadamente, o concurso limitado sem apresentação de candidaturas ou sem publicação de anúncio, a negociação sem publicação prévia de anúncio e a consulta prévia);

---

<sup>19</sup> Upload significa transferir ou carregar dados de um computador para outro que lhe está conectado através da Internet.

- c) Criação de um novo procedimento pré-contratual, mais concretamente do concurso público urgente, o qual pretende responder a situações de urgência, respeitando os princípios da concorrência e da transparência (cfr. artigos 155.º a 161.º do CCP);
- d) Introdução de mecanismos de defesa da concorrência que visam garantir a transparência, nomeadamente a obrigatoriedade de publicação dos ajustes diretos no sítio de Internet "BASE" (<http://www.base.gov.pt>) sob pena de ineficácia do contrato, e o envio para o Observatório de Obras Públicas do Relatório de contratação e do relatório final da obra. Relativamente a estes dois relatórios, a sua publicação prevista no Observatório passou a fazer-se também no sítio "BASE". De realçar a publicação obrigatória dos concursos públicos no Diário da República eletrónico;
- e) Elevação do montante máximo até ao qual é permitida a utilização do ajuste direto (cfr. artigos 19.º al. a), 20.º n.º 1 al. a) e 21.º n.º 1 al. a) do CCP). Esta alteração teve por finalidade pôr cobro à banalização dos procedimentos de tramitação mais pesada e complexa (mormente, o concurso público e o concurso limitado);
- f) Revisão em alta dos limites relativos ao valor do contrato em função do procedimento pré-contratual adotado (cfr. artigos 19.º a 21.º do CCP);
- g) Consagração de um novo sistema de determinação do valor do contrato e a afirmação do princípio da liberdade de escolha do procedimento, complementado com a regra que dita que essa escolha condiciona, conseqüentemente, o valor do contrato a celebrar. Sendo certo que, este valor do contrato representa o valor máximo que a entidade adjudicante poderá pagar, em função do procedimento adotado, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto contratual (cfr. artigos 17.º a 22.º do CCP);
- h) Novas regras para a determinação do preço base do procedimento, o qual passa a ser definido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar (cfr. artigo 47.º do CCP);

- i) Novas regras para a escolha dos procedimentos em função de critérios materiais, em função do tipo de contrato a celebrar ou da respetiva entidade adjudicante (cfr. artigos 23.º a 33.º do CCP);
- j) Implementação de novos métodos de contratação e desenvolvimento de boas práticas já existentes, mais concretamente: os leilões eletrónicos, os sistemas de aquisição dinâmicos, os acordos quadro e as centrais de compras (cfr. artigos 140.º a 145.º, 195.º, 204.º n.º 2, 237.º a 244.º, 251.º a 259.º e 260.º a 266.º do CCP);
- k) Estatuição da possibilidade de a entidade adjudicante recorrer, nos concursos públicos ou nos concursos limitados por prévia qualificação cujo anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, bem como nos procedimentos de formação de contratos de concessão de obras públicas ou de concessão de serviços públicos, a uma fase de negociações, após uma primeira avaliação das propostas;
- l) Dispensa, na fase de apresentação de propostas, da apresentação por todos os concorrentes da documentação de habilitação, recaindo essa obrigação apenas sobre o adjudicatário (cfr. artigos 77.º e 81.º a 87.º do CCP);
- m) Tratamento especial para as propostas com preços anormalmente baixos (cfr. artigos 57.º n.º 1 al. d), 70.º n.º 2 al. e), 71.º, 89.º n.º 2, 115.º n.º 3, 132.º n.º 2, 189.º n.º 3 do CCP);
- n) Fixação de critérios sociais e ambientais no âmbito das condições de execução dos contratos, quer para efeitos de admissão e exclusão de candidaturas e de propostas, quer para efeitos da sua avaliação e classificação. Ou seja, é desejável que os requisitos mínimos de qualificação dos candidatos, bem como os fatores que densificam o critério de adjudicação e ainda os aspetos vinculados do caderno de encargos dos procedimentos, reflitam, ponderem e valorizem preocupações sociais e ambientais relacionadas com o objeto do contrato a celebrar (cfr. artigos 42.º n.º 6, 43.º n.º 5 als. c) e d), 49.º n.º 2 al. c), 49.º n.ºs 7 e 8, 164.º n.ºs 2 e 3 e 246.º n.º 4 do CCP). A este propósito, refira-se que a Estratégia Nacional de Ação de Compras Públicas Ecológicas que estabelece igualmente metas e objetivos

- para a Administração, no que respeita à introdução de critérios ambientais no procedimento de aquisição de bens e serviços pelo Estado;
- o) Maior rigor na adjudicação de trabalhos a mais, estabelecendo, para tanto, um limite em termos de preço a pagar por esses trabalhos a mais e deixando de incluir no conceito de trabalhos a mais os trabalhos necessários ao suprimento de erros e omissões (cfr. artigos 370.º a 376.º do CCP);
  - p) Maior exigência ao nível da qualificação dos candidatos em sede de concurso limitado e de procedimento de negociação, criando dois modelos de qualificação: por um lado, o modelo simples, que corresponde à verificação do preenchimento de requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira fixados no programa do procedimento; por outro lado, o modelo complexo, que assenta num sistema de seleção de um número pré-definido de candidatos qualificados segundo o critério da maior capacidade técnica e financeira, através da utilização de um rigoroso modelo de avaliação das respetivas candidaturas (cfr. artigos 179.º e 181.º do CCP);
  - q) Ajustamento do regime da contratação e da execução dos contratos abrangidos pelo CCP às técnicas de financiamento correntes nos dias de hoje, sobretudo no domínio dos contratos de concessão, avultando, naturalmente, as de *projet finance*, *acquisition finance* e *asset finance* (artigos 322.º, 323.º e 421.º n.º 4 do CCP);
  - r) Imposição de regras com vista a que os critérios de avaliação das propostas sejam total e claramente definidos e divulgados no início do procedimento (artigos 75.º, 115.º n.º 2 al. b), 132.º n.º 1 al. n), 139.º, 164.º n.º 1 als. i) e q), 181.º n.º 2, 217.º n.º 2, 240.º n.º 2, 243.º n.º 2 al. b), 244.º e 259.º n.º 2 do CCP);
  - s) Maior responsabilização de todos os intervenientes no processo de contratação, tendo sido criadas para o efeito regras de incentivo à boa gestão de recursos financeiros públicos e privados (como as normas referentes aos adiantamentos de preço, à revisão de preços

e à liberação da caução (cfr. artigos 292.º a 301.º do CCP), regras relativas à repartição de responsabilidade durante a fase de execução (onde se distingue o regime do incumprimento contratual, da cessão e da subcontratação cfr. artigos 316.º a 329.º, 332.º e 333.º do CCP), regras que instituem a exclusão do processo os agentes reiteradamente incumpridores (cfr. artigo 55.º do CCP), ou que penalizam o concorrente vencedor que não comprove possuir os requisitos, o alvará ou os rácios que alegadamente dizia possuir (cfr. artigo 87.º do CCP);

- t) No plano da investigação e desenvolvimento, o CCP prescreve que, relativamente a contratos de valor igual ou superior a 25 milhões de euros, o adjudicatário é obrigado a elaborar um ou vários projetos de investigação e desenvolvimento diretamente relacionados com as prestações que constituem o objeto desse contrato, a concretizar em território nacional, pelo próprio ou por terceiros, de valor correspondente, em regra, a pelo menos 1 % do preço contratual (cfr. artigo 42.º n.º 7 do CCP);
- u) Edificação, pela primeira vez no ordenamento nacional, de uma disciplina geral sobre concessões de obras públicas e de serviços públicos, sendo que a maior parte das regras são comuns a estes dois tipos contratuais (cfr. artigos 407.º a 430.º do CCP). Por outro lado, essas disposições gerais em matérias concessórias são subsidiariamente aplicáveis ao contrato de concessão de exploração de bens do domínio público (cfr. artigo 408.º do CCP).

Além disso, é de salientar sobretudo, a preocupação do governo em estagnar as derrapagens nas empreitadas públicas, revendo de forma cuidada toda a matéria que diz respeito à responsabilidade.

Acresce ainda salientar a obrigatoriedade de os contratos de montante superior a 350.000,00 € (valor enunciado no Orçamento de Estado para 2010) carecerem de visto prévio pelo Tribunal de Contas (cfr. a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, republicada em anexo à Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto).



A organização dos processos para efeitos do exercício da competência de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, rege-se pela Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas constante da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, republicada em anexo à Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto. A Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia constam da Resolução n.º 13/2007 publicada no DR n.º 79 II série de 23.4.2007.

### **Regulamentação de matérias previstas no CCP**

Para além das normas constantes do CCP, existem outras normas constantes em legislação dispersa, que visam regulamentar matérias previstas no Código. Neste contexto, torna-se imperioso apresentar toda a legislação inerente ao CCP e consequentemente ao processo de compras publicas.

**Tabela 3: Portarias e legislação inerente ao CCP**

<b>Legislação relacionada</b>	<b>Descrição</b>
O Decreto-Lei n.º 143-A/2008 de 25 de julho	Estabelece os princípios e regras gerais a que devem obedecer as comunicações, trocas e arquivo de dados e informações, previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, em particular, a disponibilização das peças do procedimento, bem como o envio e receção dos documentos que constituem as candidaturas, as propostas e as soluções.
Portaria n.º 701-A/2008,	Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais;
A Portaria n.º 701-B/2008	Nomeia a comissão de acompanhamento e fixa a sua composição;
A Portaria n.º 701-C/2008	Publica a atualização dos limiares comunitários
A Portaria n.º 701-	Aprova o modelo de dados estatísticos;

<b>Legislação relacionada</b>	<b>Descrição</b>
D/2008	
A Portaria n.º 701-E/2008	Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra;
A Portaria n.º 701-F/2008	Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos;
A Portaria n.º 701-G/2008,	Define os requisitos e condições a que deve obedecer a utilização de plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes, na fase de formação dos contratos públicos;
A Portaria n.º 701-H/2008,	Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas;
A Portaria n.º 701-I/2008,	Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas;
A Portaria n.º 701-J/2008,	Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de I&D e cria a respetiva comissão;
A Portaria n.º 772/2008 de 06 de agosto	Define as categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro;
O Decreto-Lei n.º 200/2008 de 09 de outubro,	Estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras, nos termos do n.º 3 do artigo 260.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
A Resolução da Assembleia da República n.º 17/2010, de 1 de março	Estabelece a transparência nos contratos públicos;

<b>Legislação relacionada</b>	<b>Descrição</b>
O Regulamento (CE) n.º 1177/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009	Altera as Diretivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos;
A Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro	Regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras;
O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro	No uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, aprova o regime jurídico da reabilitação urbana;
O Regulamento n.º 330/2009, de 30 de julho,	Concerne o Sistema Nacional de Compras Públicas;
O Despacho 16922/2009, de 23 de julho	Define as condições em que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Cultura assume a condução dos procedimentos de contratação das aquisições de bens e serviços;
A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro;
O Despacho 13481/2009, de 9 de junho	Define as condições em que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional assume a condução dos procedimentos de contratação das aquisições de bens e serviços;
Despacho n.º 13477/2009, de 9 de junho	Define as condições em que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças e da Administração Pública assume a condução dos procedimentos de contratação das aquisições de bens e serviços;
O Despacho n.º 13478/2009, de 9 de junho	Define a centralização na ANCP das categorias de bens e serviços associados ao Parque de Veículos do Estado (PVE);

Legislação relacionada	Descrição
O Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 116-A/2006, de 16 de junho, que cria o Sistema de Certificação Eletrónica do Estado;
O Decreto-Lei n.º 247-A/2008, de 26 de dezembro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 187/99, de 2 de junho, e estabelece um regime excecional de contratação pública de empreitadas de obras públicas e de aquisição ou locação de bens e serviços destinado à instalação das lojas do cidadão de segunda geração;
O Despacho n.º 32639-A/2008, de 26 de dezembro	Atribui as funções de entidade supervisora das plataformas eletrónicas previstas no Código dos Contratos Públicos ao Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER);
Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro	Aprova o Regime Jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica, e funcionamento das centrais de compras;
A Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro,	Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e altera o artigo 4º do Código dos Contratos Públicos;
O Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 29 de julho	Aprova o Regulamento de Publicação de Atos no Diário da República. Revoga o despacho normativo n.º 38/2006, de 30 de junho;
O Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) é o Regulamento (CE) N.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007	Altera o Regulamento (CE) N.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV;
O Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro,	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.
O Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril,	Altera o Decreto-Lei n.º 290-D/99 de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital.

Legislação relacionada	Descrição
O Decreto-Lei nº 290-D/99, de 2 de agosto,	Aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital.

Fonte: <http://www.base.gov.pt/legislacao/Paginas/default.aspx>, disponível em Internet, consultado em 19.05.2010.

Em suma, com a uniformização dos diplomas mais relevantes no âmbito da contratação pública em Portugal, (o DL 59/99 de 2 de março para os contratos de empreitadas de obras públicas, e o DL 197/99 de 8 de junho para a contratação relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços) o CCP reduz o número de procedimentos bem como a sua diversidade. Outro fator relevante no CCP é o da desmaterialização procedimental, inovação que tem implicações positivas no uso das novas tecnologias de informação e de comunicação.

De facto, aparentemente o novo CCP apresenta melhorias substanciais ao nível dos procedimentos concursais. Contudo, apenas a sua utilização, demonstrará a sua aplicabilidade, eficiência e eficácia. No final deste trabalho poderá ficar demonstrado se os procedimentos realizados ao abrigo do CCP ficaram efetivamente mais céleres.

#### **4.1. Compras Públicas ao Nível Local**

A um nível micro, relativamente à governação local, sustentam Erridge e Murray (1998), SOPO (1999) e Birch (2001), que a despesa das entidades é maioritariamente representada pela função Compras. Cox, Laming (1997) e Ramsay (2001), defendem que o mais importante nessa matéria por parte dos decisores, é a opção de comprar ou produzir os bens. Para Byatt (2001) todo o processo de aquisição de produtos, bens e serviços se refere a compras estratégicas.

De tal forma que DETR (1998) afirma existir um *Best Value*<sup>20</sup>, ou seja, um Melhor Valor, definido na medida em que o governo local existe apenas para servir a população, pelo que os governos locais, devem decidir de acordo com as prioridades da população, identificando as suas necessidades, colmatando-as através do melhor valor (LGA, 1999).

A atividade de compras públicas na gestão local, também denominada de *Public Procurement*<sup>21</sup>, abarca todas as atividades associadas ao processo de aquisição de bens, serviços, e de empreitadas de obras públicas, seja para satisfazer as necessidades das populações, seja para a gestão interna da organização, seja para o planeamento urbanístico, ou seja ainda para prover bem-estar no âmbito da higiene, do ambiente, da saúde ou das acessibilidades.

O peso que o *Public Procurement* assume no setor local depende de variados fatores, como as características do mercado, o tipo de produto e das políticas de aquisição em vigor.

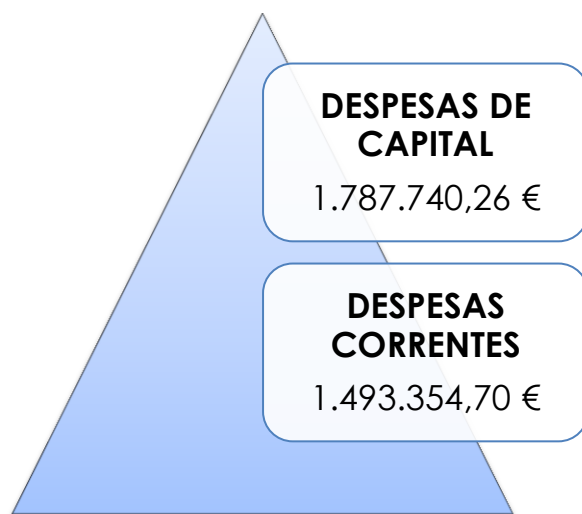
Atente-se ao exemplo da figura 3 por parte do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, o qual é meramente indicativo, apresentando-se, por isso, duas tipologias de despesas. As compras ou despesas de capital podem ser, de acordo com o POCAL, relativas à construção de edifícios e todo o tipo de empreitadas de obras públicas entre outros investimentos na mesma rubrica. Por outro lado, as despesas correntes referem-se a aquisições de bens e serviços, nomeadamente, despesas com pessoal.

---

<sup>20</sup> *Best Value* é a forma através da qual o governo local deve decidir de acordo com as prioridades da população local, identificando as suas necessidades, concedendo-lhes o que necessitam com a melhor qualidade ao melhor preço, devendo procurar constantemente formas de melhorar os serviços.

<sup>21</sup> O e-procurement está amplamente definido no capítulo seguinte.

**Figura 3: Compras públicas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo em 2007**



Fonte: Elaboração própria com dados do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

## V. E-Procurement na Administração Pública

---

As Compras Eletrónicas, (*e-Procurement*) como argumenta Serra (2005), referem-se ao conjunto de soluções baseadas em TIC que permitem melhorar as relações e transações entre organizações compradoras e fornecedoras, automatizando processos, reduzindo custos e explorando eficiências na cadeia de aprovisionamento.

A tecnologia de *e-Procurement* é definida como uma tecnologia projetada para facilitar a aquisição dos bens por organizações comerciais ou governamentais usando a Internet como suporte (Brunnelli, 1999).

Presutti (2002) refere o *e-Procurement* como sendo uma solução tecnológica para facilitar as compras cooperativas, usando a Internet, o qual tem o poder de transformar o processo de aprovisionamento.

O *e-Procurement* é descrito pela International Organization of Supreme Audit Institutions (2005), como o uso dos métodos eletrónicos em todas as etapas do processo de compras desde a identificação das necessidades, passando pela gestão dos contratos até aos pagamentos.

No entendimento de Lopes e Santos (2006), o *e-Procurement* serve para adquirir bens e serviços usando meios eletrónicos, com o objetivo de reduzir os custos e ter um maior controlo nos processos de aquisição.

Essas soluções podem abranger a compra de produtos através de catálogos eletrónicos ou de plataformas eletrónicas de aprovisionamento, ou ainda da negociação dinâmica por via eletrónica (Serra, 2005).



A tecnologia de Compras Eletrônicas é complexa e está em constante evolução. As inovações tecnológicas, económicas e o desenvolvimento de novas práticas de negócio influenciam o governo no desenvolvimento de novas práticas de compras que lhe permita a recolha de maiores benefícios nesta área.

ITRG (2002) e Knudsen (2002), afirmam que o *e-Procurement* inclui aspetos da funcionalidade do *procurement* suportado por plataformas de comunicação eletrónica, sendo usado por ambos os setores públicos e privados, podendo surgir nos seguintes formatos:

- a) *Electronic Data Interchange* (EDI): trata-se de um sistema de informação interorganizacional usando protocolos de intercâmbio de dados estruturados frequentemente através de redes de valor acrescentado;
- b) *e-MRO* (manutenção, reparação e operação): é um mecanismo para encomendar itens indiretos de um catálogo *online*;
- c) *Enterprise Resource Planning* (ERP): trata-se da automatização de *Workflows* (fluxos de trabalho) relacionados com *procurement* pela utilização de fax, correio eletrónico entre outras formas de trocar mensagens diretamente com os fornecedores;
- d) *Web-Based Enterprise Resource Planning*: consiste na automatização de *Procurement* baseada na Internet;
- e) *e-Sourcing*: é uma forma de identificação de novas fontes de fornecimento utilizando tecnologias da Internet;
- f) *e-Tendering*: o processo de convite aos fornecedores e receção das suas respostas de forma eletrónica;
- g) *e-Reverse Auctioning* (leilão invertido): usando tecnologias da Internet os licitadores apresentam propostas de preços cada vez mais baixas até não ser possível baixar mais os preços.

Na abordagem ao *e-Procurement* podem ser distinguidos três modelos: o centrado no comprador, o centrado no fornecedor e o modelo facilitado por terceiros (Amaral, Teixeira, e Oliveira, 2003; Lopes e Santos, 2006; Lopes e Santos, 2007).

### **5.1. Modelo centrado no comprador**

O modelo de compras centrado ou gerido pelo comprador, é um modelo em que o comprador possui e mantém um catálogo agregado ao sistema organizacional (Lopes e Santos, 2007). Um sistema de compras empresarial agrega muitos catálogos de diferentes fornecedores num único catálogo universal, permitindo que os utilizadores finais utilizem o computador local, facilitando o processo de aquisição (Haller, 2004). Os requisitantes ou compradores acedem a vários catálogos de fornecedores num formato específico do comprador, selecionam itens, e iniciam a aquisição (Kim e Shunk, 2004).

Utilizando este modelo, as organizações compradoras têm de montar e manter catálogos para cada fornecedor, sendo que esta solução é dispendiosa. A organização compradora pode ter um sistema de compras interno, onde o comprador pode procurar os produtos através do catálogo interno, tratar de autorizações, realizar encomendas e enviar a encomenda manualmente para o fornecedor (Lopes e Santos, 2007).

Este modelo, afirmam Singh e Thomson (2002), é apropriado nos casos onde existem um grande número de potenciais vendedores, pois evita catálogos fragmentados e de múltiplos formatos. Contudo, referem os mesmos autores, os vendedores podem acabar por ter custos ao atualizar os seus sistemas e a integrá-los com o sistema do comprador.

### **5.2. Modelo centrado no fornecedor**

É o modelo seguido por empresas fornecedoras que colocam num portal o seu catálogo de produtos (Bruins, 2000), e oferecem aos seus clientes a possibilidade de consultar e pesquisar o catálogo, encomendar e aceder à sua conta-corrente, entre outras funcionalidades. A empresa fornecedora é responsável por manter o

catálogo e pelo desenvolvimento e manutenção do portal. Pode inclusive partilhar o seu catálogo com outros portais.

A gestão do conteúdo do catálogo cabe aos fornecedores. Esta é uma oportunidade eficaz para as pequenas e médias empresas comprarem *online*. Os compradores podem, contudo, ser confrontados com custos de integração das suas tecnologias com as dos fornecedores (Singh e Thomson, 2002). A maior vantagem deste modelo para os compradores reside no fácil acesso ao catálogo dos fornecedores sem grandes investimentos (Kim e Shunk, 2004).

### **5.3. Modelo facilitado por terceiros (e-Marketplace)**

Os mercados virtuais (*e-marketplaces*) são utilizados para as transações através do comércio eletrónico (*e-commerce*), tornando-se o ponto de encontro de compradores e vendedores. Esta modalidade de comércio envolve as transações de bens tangíveis e intangíveis através da Internet (Turton, 1999), a qual permite a integração de dados em tempo real a um baixo custo (Netessine *et al.*, 2000).

Neste tipo de sistema, o fornecedor e o comprador interagem numa plataforma independente disponibilizada por terceiros. O *e-marketplace* aloja os catálogos dos fornecedores e fornece possibilidade de transações eletrónicas entre os compradores e os fornecedores (Bruins 2000). Kim e Shunk (2004) definem *e-Marketplaces* como locais neutros e independentes entre compradores e fornecedores, onde os bens estão bem padronizados ou consistentemente especificados.

O *e-Marketplace* pode ser uma plataforma eletrónica de compras públicas, e estabelece uma relação de muitos compradores para muitos fornecedores. Combina as vantagens dos diferentes modelos centrados no comprador e no vendedor, evitando custos de

montagem e manutenção para os participantes (Bruins, 2000). Um sistema gerido por terceiros permite uma grande economia, uma vez que existem várias plataformas, uma em cada organização compradora ou fornecedora (Hughes, 2000).

### **5.3.1. Comércio eletrónico**

O comércio eletrónico é todo o processo pelo qual uma encomenda é colocada ou aceite através da Internet, ou de qualquer outro meio eletrónico, representando um compromisso para uma futura transferência de fundos em troca de produtos ou serviços.

O exemplo de um tipo de comércio eletrónico é o B2B (*business to business*). É o conjunto de transações comerciais entre empresas utilizando meios eletrónicos, em especial a Internet. A Internet é um mecanismo facilitador e suficientemente difundido entre as empresas para alterar as relações de mercado. Ela reestruturou o relacionamento entre as empresas causando mais impacto do que qualquer outra inovação desde a revolução industrial (Meisler, 2001).

A utilização do B2B é fundamental para reduzir os custos de transação e remover ou minimizar a ineficiência na cadeia de fornecimento (Kerrigan *et al.*, 2001). A contribuição essencial do B2B é constituir uma cadeia de fornecimento mais eficiente, proporcionando menores custos nos processos e nos consumos internos utilizados pela empresa, sejam eles parte do processo produtivo ou ligados a tarefas de apoio.

De facto, o comércio eletrónico tem sido impulsionar fortíssimo das compras públicas eletrónicas. De acordo com o relatório da Comissão Europeia relativo a 2008, publicado em agosto de 2009 (UMIC, 2010), Portugal tem uma das melhores posições da União Europeia nos indicadores de Negócio Eletrónico (*e-Business*) e de Comércio Eletrónico (*e-Commerce*), no quadro da União Europeia, integrando o grupo de 5

países da UE com as melhores situações no conjunto dos 10 indicadores considerados para estas áreas.

Em 6 dos 7 indicadores considerados para o *e-Business* os valores para Portugal são superiores aos da média da UE, e em 3 dos 7 indicadores alcança a 2ª ou 3ª melhor posição:

**Tabela 4: Indicadores para o Negócio Eletrónico**

Indicadores	Portugal	UE	Posição na UE
Troca automática de documentos de negócio com clientes ou fornecedores	39 %	25 %	2.º
Partilha eletrónica de informação com clientes/fornecedores na gestão da cadeia de valor	31 %	16 %	2.º
Utilização de aplicações para os empregados acederem a serviços de Recursos Humanos	21 %	11 %	3.º
Utilização de aplicações para integração dos processos de negócio internos em todas as empresas	53 %	41 %	7.º
Utilização de aplicações para integração dos processos de negócio internos nas grandes empresas	82 %	70 %	8.º
Emissão/receção de faturas eletrónicas	24 %	21 %	11.º
Utilização de gestão de relações com o cliente	16 %	17 %	11.º

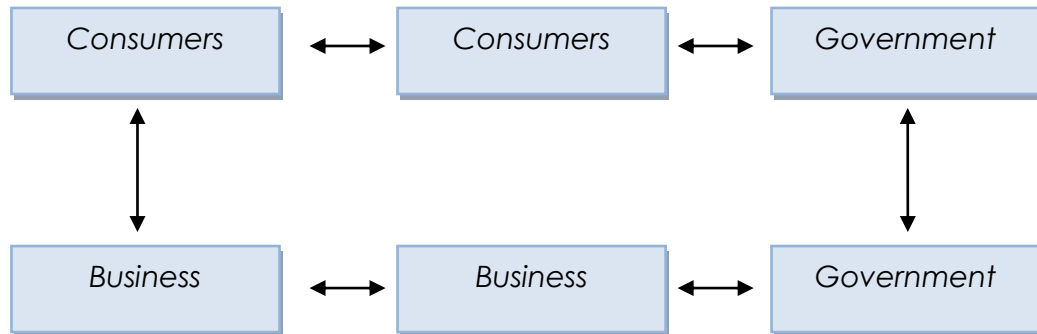
Fonte: Adaptado de UMIC, (2010).

O *e-Business*, pode ser definido como o uso da Internet para ligar organizações e potenciar os processos de negócio das mesmas, abrangendo a organização, colaboradores, clientes, fornecedores e todas as outras entidades interessadas (Combe, 2006).

O *e-Business* tem um grande alcance estendendo-se a vários mercados, sendo estes caracterizados por um forte dinamismo e competitividade. Pode ocorrer *e-Business* na interação entre vários agentes económicos,

nomeadamente entre as empresas, os consumidores e a administração pública (Thimphu, 2006).

**Figura 4: Transações de negócio eletrónico**



Fonte: Elaboração Própria.

Seguem-se alguns exemplos de *e-business* que explicam bem o esquema apresentado na Figura 4 (Romão, 2010):

- a) G2G: (*Government to Government*) são as transações efetuadas dentro da administração pública, isto é, trata-se da comunicação sobre meios eletrónicos entre várias áreas ou entidades da administração pública;
- b) G2B: (*Government to Business*) são as transações entre a administração pública e as empresas, por exemplo a publicação de concursos públicos em meios eletrónicos;
- c) G2C: (*Government to Consumers*) trata-se das transações feitas entre a administração pública e os cidadãos, como são exemplo a publicação de resultados de candidaturas ao ensino superior;
- d) B2G: (*Business to Government*) são as transações entre as empresas e a administração pública, por exemplo a entrega de documentos referentes ao IRC;
- e) B2B: (*Business to Business*) são as transações entre as empresas, no caso da realização de encomendas a fornecedores utilizando meios

eletrónicos nomeadamente através da comunicação direta entre os sistemas de informação de ambas as empresas;

- f) B2C: (*Business to Consumers*) são transações entre as organizações e os consumidores, por exemplo a disponibilização de serviços dos bancos *online*;
- g) C2G: (*Consumers to Government*) transações entre os cidadãos e a administração pública, de que é exemplo a entrega de declarações de IRS;
- h) C2B: (*Consumers to Business*) transações entre os consumidores e as empresas, isto é, o dono de um sítio de Internet fornece espaço para publicidade, no seu blogue pessoal, a uma empresa;
- i) C2C (*Consumers to Consumers*) são as transações entre consumidores, como por exemplo os leilões virtuais.

Em seguida, apresenta-se uma compilação de legislação inerente à temática do comércio eletrónico.

**Tabela 5: Legislação relevante no âmbito do comércio eletrónico:**

Legislação comunitária	Legislação nacional
<b>Fatura Eletrónica</b>	
Diretiva 2001/115/CE do Conselho, de 20 de dezembro de 2001, que altera a Diretiva 77/388/CEE, tendo em vista simplificar, modernizar e harmonizar as condições aplicáveis à faturação em matéria de imposto sobre o valor acrescentado.	Decreto-Lei n.º 256/2003, de 21 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/115/CE, do Conselho, de 20 de dezembro.
<b>Assinatura Eletrónica</b>	
Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 1999, relativa a um quadro legal comunitário para as assinaturas eletrónicas;	Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de abril;

Legislação comunitária	Legislação nacional
<p>Decisão da Comissão 2000/709/CE, de 6 de novembro de 2000, sobre os critérios mínimos a ter em conta pelos Estados-Membros ao designarem as entidades previstas no n.º 4 do artigo 3 da Diretiva 1999/93/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um quadro comunitário para as assinaturas eletrónicas.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de julho, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Justiça;</p> <p>Portaria n.º 1370/2000 (2ª série), de 12 de setembro, que define as características do contrato de seguro obrigatório de responsabilidade civil a que se refere a alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto;</p> <p>Decreto-Lei n.º 234/2000, de 25 de setembro, que cria o Conselho Técnico de Credenciação como estrutura de apoio ao Instituto das Tecnologias da Informação na Justiça no exercício das funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas digitais.</p>
Proteção de Dados	
<p>Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados- Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas.</p>	<p>Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados;</p> <p>Lei n.º 69/98, de 28 de outubro, que transpõe a Diretiva 97/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 1997, relativa ao tratamento dos dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das telecomunicações.</p>
Pagamentos Eletrónicos	
<p>Recomendação da Comissão 87/598/CEE, de 8 de dezembro de 1987, relativa a um código europeu de boa conduta em matéria de</p>	



Legislação comunitária	Legislação nacional
<p>pagamento eletrónico (relações entre instituições financeiras, comerciantes-prestadores de serviços e consumidores);</p> <p>Recomendação da Comissão 97/489/CE, de 30 de julho de 1997, relativa às transações realizadas através de um instrumento de pagamento eletrónico e, nomeadamente, às relações entre o emitente e o detentor.</p>	
Moeda Eletrónica	
<p>Diretiva 2000/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2000, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e ao seu exercício, bem como à sua supervisão prudencial.</p>	<p>Decreto-Lei n.º 42/2002, de 2 de março, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, que altera a Diretiva 2000/12/CE, do Conselho, de 20 de março, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e ao seu exercício, e a Diretiva 2000/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e ao seu exercício, bem como à sua supervisão prudencial, estabelecendo o regime jurídico das instituições de moeda eletrónica.</p>

Elaboração Própria; Fonte: ANACOM (2004).

#### 5.4. *Iniciativas e-Procurement na Administração Pública*

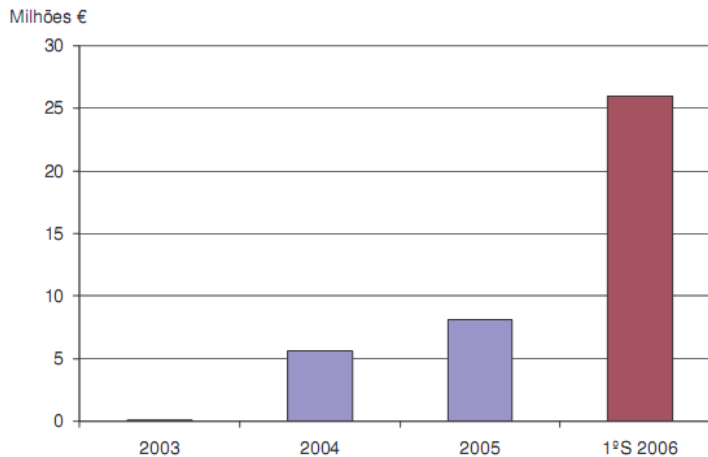
Um momento importante do *e-Procurement* em Portugal, foi a publicação do Decreto-Lei n.º104/2002 que permite as compras por via eletrónica pela Administração Pública. Antes, já o Decreto-Lei 197/1999 estipulava a possibilidade de as aquisições de bens e prestação de serviços poderem ser feitas por via eletrónica, aplicando-se os mesmos princípios e regras que regem as aquisições feitas em ambientes não

eletrónicos. O documento considera, entre outros aspetos, a equivalência do correio eletrónico ao correio postal ou ao fax.

Contudo, é provável que a primeira iniciativa em Portugal, tenha sido o Catálogo Telemático de Aprovisionamento Público (CTAP), gerido pela Direção Geral do Património (DGP), que se destina às empresas e aos organismos públicos centrais e locais.

Este acabou por evoluir, por força do Programa Nacional de Compras Eletrónicas para a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP), para fazer a Gestão do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), estando disponível através do sítio de Internet em <http://www.ancp.gov.pt>. Algumas das funcionalidades presentes no SNCP são a consulta às bases de dados de produtos, a informação sobre novos produtos ou atualizações de preços, o acesso às condições contratuais, a utilização do correio eletrónico para fins promocionais e o envio de candidaturas, propostas e aditamentos. Entre os bens e serviços abrangidos incluem-se: equipamento de informática, fardamento, veículos, fotocopiadoras, combustíveis, viagens ou telecomunicações móveis.

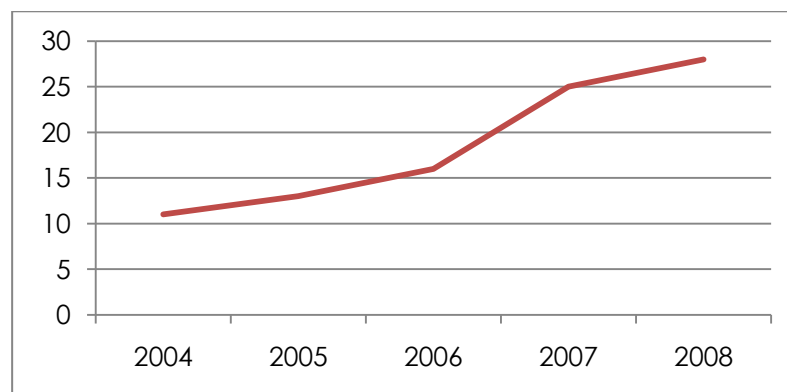
De facto, têm sido adotados de forma generalizada processos de compras públicas eletrónicas que colocam Portugal entre os países mais adiantados na informatização dos processos de compras públicas (conforme é referido no capítulo III), em particular na adoção de concursos públicos eletrónicos (*e-Tendering*).

**Gráfico 7: Evolução das Compras eletrónicas com a introdução do PNCE**

Fonte: UMIC (2010).

### 5.5. E-Procurement nas Autarquias Locais

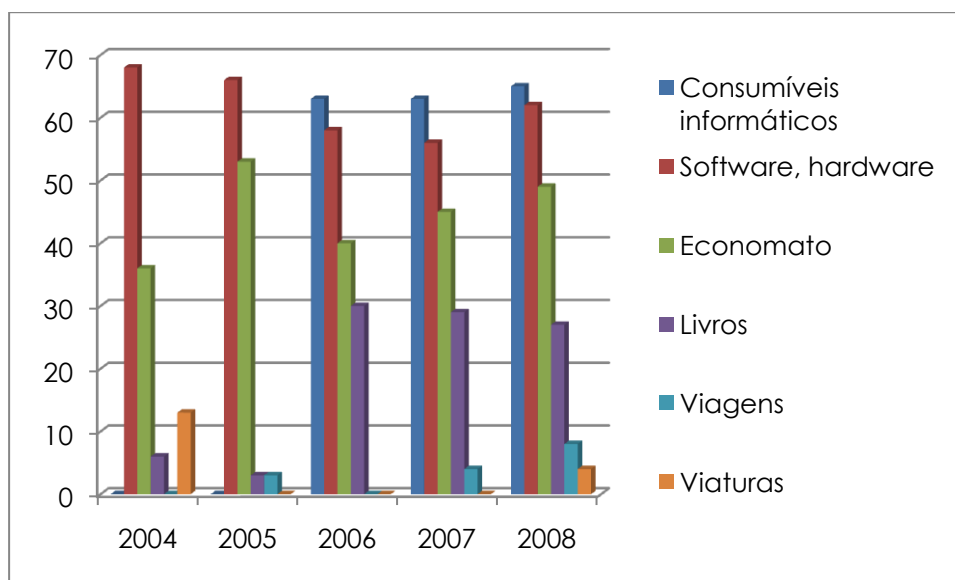
Tal como se referiu previamente, as compras eletrónicas foram uma das atividades que mais cresceram nas Câmaras Municipais desde 2005 (50%), segundo a UMIC (2010). Pode-se, com efeito, aferir essa situação através dos gráficos que se apresentam em seguida, nomeadamente no que diz respeito a encomendas efetuadas pela Internet, o tipo de bens mais adquiridos por esse meio e a plataforma mais utilizada.

**Gráfico 8: Câmaras Municipais que efetuam encomendas através da Internet 2004 a 2008, (%)**

Elaboração própria com dados da UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

Estes indicadores são importantes para aferir que desde 2004 o número de municípios que passaram a utilizar a Internet para efetuar encomendas subiu de 11% para 27%.

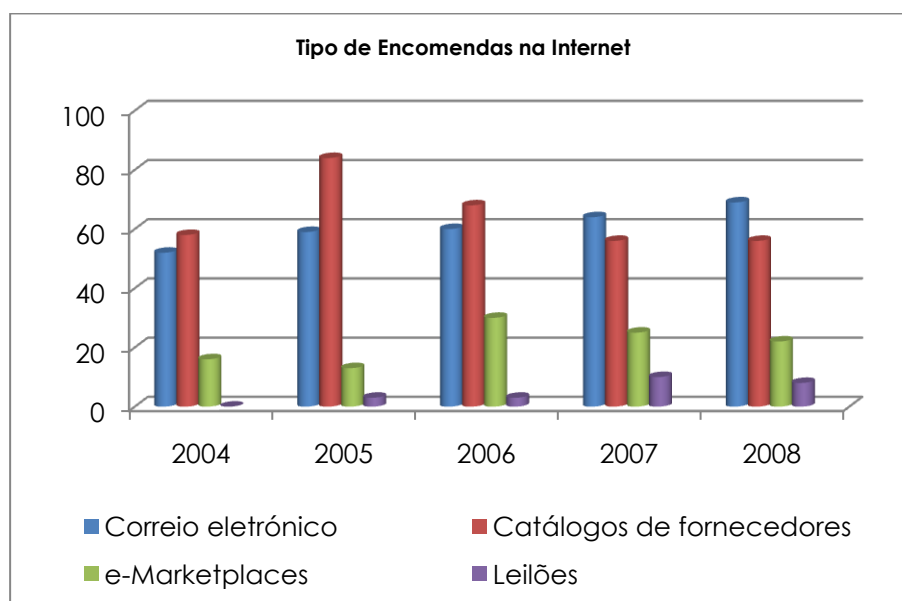
**Gráfico 9: Tipo de bens e/ou serviços encomendados através da Internet pelas Câmaras Municipais de 2004 a 2008, (%)**



Elaboração própria com dados da UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.unic.pt/images/stories/osic/Sl\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.unic.pt/images/stories/osic/Sl_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

Verifica-se pelo gráfico 9, que os Municípios têm vindo a aumentar as suas encomenda, via eletrônica, no que se refere a livros e consumíveis informáticos, tendo-se mantido nos mesmos níveis o e-Procurement que já existia em relação ao software.

**Gráfico 10: Plataformas utilizadas na realização de encomendas de bens e/ou serviços através da Internet de 2004 a 2008, (%)**



Elaboração própria com dados da UMIC, *Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2003-2008*, disponível no sítio de Internet em [http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI\\_2009/III\\_AP\\_Electronica\\_2009.xlsx](http://www.umic.pt/images/stories/osic/SI_2009/III_AP_Electronica_2009.xlsx), acedido em 17.02.2009.

Dos gráficos apresentados se conclui a grande adesão das Câmaras Municipais ao uso do *e-Procurement*, utilizando para o efeito cada vez mais o correio eletrónico e catálogos de fornecedores.

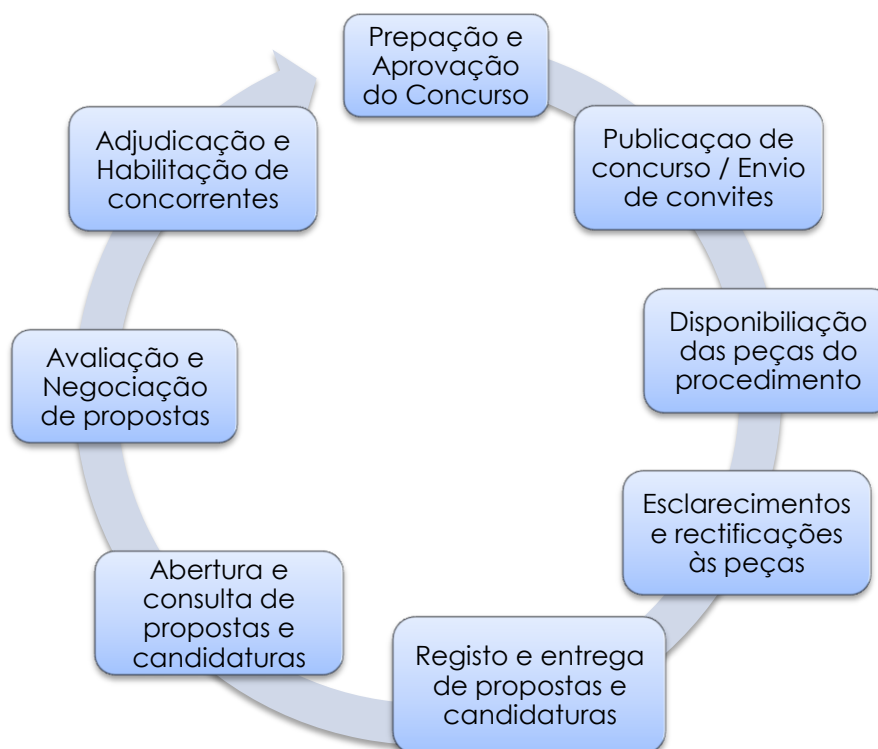
Com a introdução do CCP, o correio eletrónico dá lugar às plataformas eletrónicas de compras públicas, assim cumprindo os preceitos legais do mesmo.

#### **5.5.1. Plataformas eletrónicas de compras públicas**

As normas de contratação pública do CCP, juntamente com a regulamentação conexa, nomeadamente a Portaria 701-G/2008, de 29 de julho de 2008, regulam as características das plataformas eletrónicas de compras públicas. A plataforma eletrónica de contratação pública é o meio ou a aplicação informática onde, de forma totalmente

eletrónica e desmaterializada, decorre a tramitação dos procedimentos para a formação de um contrato público.

**Figura 5: Esquema de procedimento de uma plataforma eletrónica**



Elaboração Própria; Fonte: CCP.

Para utilizar a plataforma, o seu utilizador necessita somente de dispor de um computador e de um programa de acesso à Internet (*browser*), não sendo necessária a aquisição de qualquer *software* adicional.

As entidades gestoras de plataformas eletrónicas de contratação pública só podem exercer a sua atividade após certificação pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER).

O CEGER certificou para a prestação de serviços de plataformas eletrónicas, de suporte aos procedimentos de contratação pública, as seguintes entidades:

- a) Academia de Informática Brava, Engenharia de Sistemas, Lda.  
Plataforma eletrónica disponível em: <https://www.acingov.pt>;

- b) ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda. Plataforma eletrónica disponível em: <http://www.anogov.com/plataforma/>;
- c) Central-E-Informação e Comércio Eletrónico, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: [https://comprasgov.forumb2b.com](https://comprasgov.forumb2b.com;);
- d) Construlink - Tecnologias de Informação, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: <https://www.compraspublicas.com/>;
- e) Infosistema - Sistemas de Informação, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: <http://www.infosistema.pt/>;
- f) PT PRIME TradeCom - Soluções Empresariais de Comércio Eletrónico, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: <http://www.tradeforum.pt/default.asp>;
- g) Saphety Level - Trusted Services, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: <http://www.bizgov.pt/>;
- h) Vortal, Comércio Eletrónico Consultadoria e Multimédia, S.A. Plataforma eletrónica disponível em: <http://www.vortal.info.biz/vortalIT/Mercados/vortalGOV/tabid/57/default.aspx/>.

Uma vez que, o CCP prevê a criação de um sítio na internet dedicado aos contratos públicos, que reúna informação sobre contratação pública, foi criado o portal dos contratos públicos em <http://www.base.gov.pt>, suportado por um conjunto de entidades, que assumem funções diversas. O Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI), é juntamente com a ANCP, a entidade gestora do Portal dos Contratos Públicos "BASE". O portal dos contratos públicos "BASE" é o portal onde é comunicada toda a informação sobre os contratos públicos celebrados ao abrigo do CCP.

### **5.5.2. Certificados Digitais Qualificados**

O Certificado Digital é o meio eletrónico utilizado para identificar inequivocamente uma pessoa numa plataforma ou num sistema digital.

A melhor correspondência ao Certificado é o Cartão de Cidadão ou o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC), que são utilizados atualmente para identificar uma pessoa ou entidade, respetivamente.

As principais funcionalidades do Certificado Digital são: a identificação, como substituto do Cartão de Cidadão ou de outro documento de identificação, no meio eletrónico; a assinatura, como substituto de uma assinatura em documentos e a criptografia que permite a proteção de informações sigilosas. O Certificado Digital reúne uma série de funcionalidades que permitem substituir os recursos utilizados atualmente em papel para garantir autenticidade aos processos eletrónicos.

Os Decretos-Lei n.º 290-D/99 de 2 de agosto e n.º 62/2003 de 3 de abril, regulamentam a utilização dos Certificados Digitais através de assinaturas eletrónicas, conferindo assim um valor probatório aos documentos assinados. Desta forma, todos os documentos ou processos assinados eletronicamente têm validade legal e podem ser utilizados da mesma forma que um documento assinado em papel.

A Portaria 701-G/2008, de 29 de julho de 2008, veio estabelecer a obrigatoriedade da autenticação com certificado digital, dos documentos trocados eletronicamente nas plataformas eletrónicas de contratos públicos.



## VI. Enquadramento Empírico

A pesquisa empírica é aquela em que o conhecimento obtido sobre o mundo é um facto observável, sendo para Tripodi, Fellin e Meyer (1975) caracterizada por dois aspetos: a finalidade e o método científico. A finalidade está relacionada com os objetivos, ou seja, é ter claramente definido o que se pretende obter com a pesquisa. Ao passo que o método científico concerne ao modo como os resultados são obtidos.

Considerando o objetivo da pesquisa, o método científico a ser utilizado pode ser quantitativo ou qualitativo. Quantitativo, quando existe medição objetiva e quantificação dos resultados (Godoy, 1995). O qualitativo por sua vez implica uma ênfase nos processos e significados que não são examinados ou medidos em termos de quantidade, intensidade ou frequência (Garcia; Quek, 1997). As pesquisas de natureza qualitativa envolvem uma grande variedade de materiais empíricos.

A presente investigação terá em consideração a recolha de dados através do método de Estudo de Caso. O estudo de caso pode ser utilizado para descrever uma situação no seu contexto (Yin, 2005; Bonoma, 1985). Pode também ser usado para gerar hipóteses (Yin, 2005; Macnealy, 1997), ou para testar teorias (Yin, 2005; Eisenhardt, 1989), sendo algumas das suas principais características (Benbasat; Goldstein; Mead, 1987) o fato de o fenómeno ser presenciado no seu contexto, os dados serem reunidos através da utilização de múltiplas fontes sem utilização de controlo ou manipulação, a questão de pesquisa ser do tipo “por quê?” ou “como?”, o ponto fulcral ser um evento contemporâneo, e finalmente de os resultados dependerem fortemente da capacidade de integração do pesquisador.

O estudo de caso utiliza tantas fontes de evidência quanto possível,

desde a observação direta, observação participante, análise documental e entrevistas entre outras. De acordo com Benbasat, Goldstein e Mead (1987), o estudo de caso é um método de pesquisa que investiga um fenómeno contemporâneo no seu ambiente natural. Na presente investigação o estudo de caso é efetuado no Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Os aspetos considerados na execução de um estudo de caso dividem-se em três grupos: (Dubé; Paré, 2003), Planeamento; Recolha de Informação e Análise dos dados recolhidos.

A análise documental será efetuada através do estudo da legislação anterior à entrada em vigor do CCP, bem como do CCP e de todos os diplomas com este conexos.

A observação direta e participante enquanto metodologia de pesquisa e recolha de dados, é do tipo ação, à qual Thiollent (2000), denomina de “pesquisa-ação”, por ser de carácter instrumental, pois visa resolver um problema prático, de ordem técnica.

## **6.1. Metodologia do Projeto de Investigação**

O tema da presente investigação tem por título, “*e-Procurement* no Município de Figueira de Castelo Rodrigo”. Como tal é um trabalho académico, que visa abordar a temática das compras públicas na Administração Local, através do método descritivo. A recolha de dados será efetuada através do estudo de caso, usando como fontes de evidência a análise documental, a observação direta e a observação participante, no caso em particular do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Esta investigação ocorre como consequência da necessidade de cumprir novos diplomas legais, nomeadamente o CCP, numa era em que predominam as tecnologias de informação e de comunicação, em

que se adotam métodos e se utilizem recursos informáticos para potenciar a celeridade, economia e desmaterialização dos procedimentos concernentes às compras públicas.

#### **6.1.1. Objetivo geral**

O objetivo geral deste estudo é o de analisar a implementação do CCP no Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

#### **6.1.2. Objetivos específicos**

Os objetivos específicos incluem a análise do processo de aquisição de uma plataforma eletrónica de compras públicas, atendendo às características da organização, bem como, na aquisição de certificados digitais qualificados.

Uma das questões mais importantes será a de aferir, de que forma os procedimentos são mais céleres, quantificando essa agilidade comparativamente com a legislação que precedeu a entrada em vigor do CCP, e se essa rapidez também é notória através da utilização de uma plataforma eletrónica de compras públicas.

Por outro lado será pertinente analisar qual ou quais os tipos de procedimentos mais utilizados pelo Município.

Colocam-se desta forma as seguintes questões:

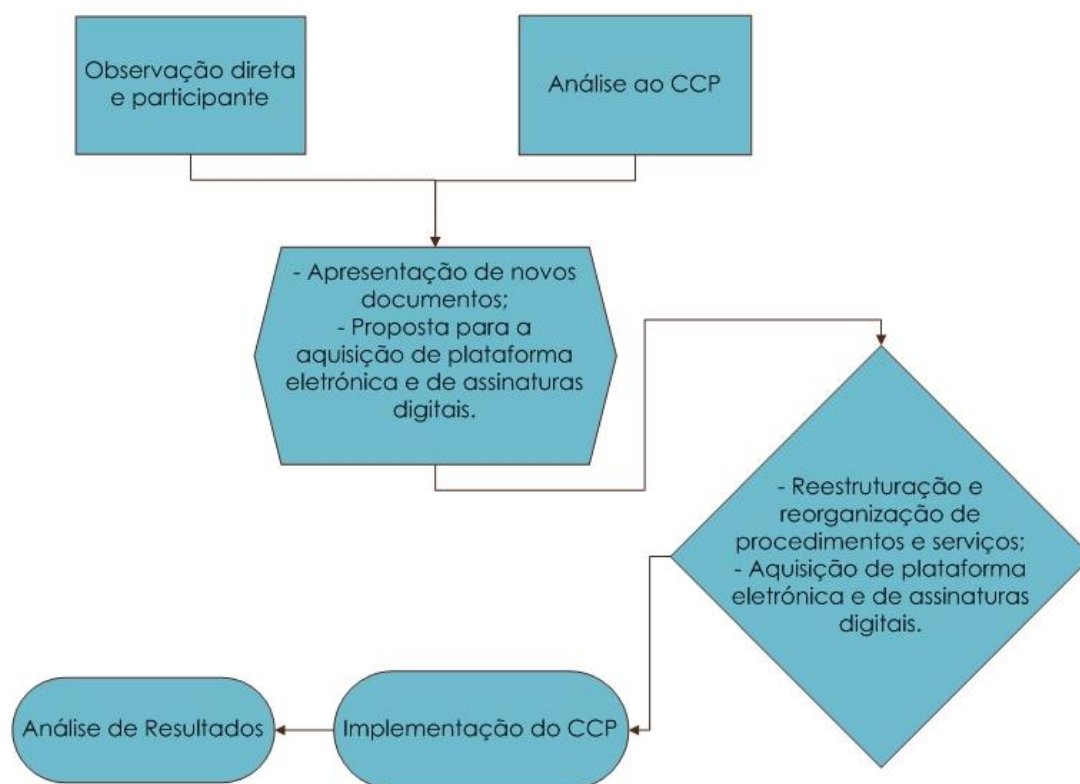
Terão os procedimentos ficado mais céleres? De que forma os procedimentos são mais céleres e quais os prazos médios por tipologia de procedimento?

#### **6.1.3. Planeamento**

O Período global em que decorre a investigação medeia entre o dia 1 de janeiro de 2009 e 31 de maio de 2010 com o seguinte fluxograma de

atividades.

**Figura 6: Fluxograma de atividades**



Elaboração Própria.

## 6.2. Recolha de informação

Para a recolha de dados será considerada toda a análise documental referente à legislação associada ao CCP. Outra fonte de evidência a ser utilizada será a observação direta e a observação participante no setor de compras e empreitadas do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, a fim de propor a reorganização procedimental em função da cultura organizacional existente e dos preceitos legais em vigor.

Será efetuada uma análise ao mercado, relativamente às plataformas de compras eletrónicas disponíveis, que sejam certificadas, bem como de certificados digitais qualificados (assinatura digital).

### **6.3. *Análise dos dados recolhidos***

Será efetuada a reorganização documental, procedimental e a aquisição de uma plataforma eletrónica de compras públicas que melhor se adeque à organização, bem como, a aquisição de assinaturas digitais.

Após a colocação em prática de todos estes elementos, observar-se-á a evolução do setor de compras públicas, analisando a utilização da plataforma, estudando e comparando o tempo decorrido para os procedimentos, confrontando-os entre a Legislação pré e pós CCP.

## VII. Estudo de Caso: “E-Procurement no Município de Figueira de Castelo Rodrigo”

### 7.1. Caracterização do Município de F.C.R.

Dado que o estudo de caso se refere ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, importa efetuar uma caracterização prévia ao concelho onde o mesmo está inserido.

O Decreto de 18 de julho de 1835 instituiu que o território nacional ficasse dividido em Distritos, Concelhos e Freguesias, passando as Câmaras Municipais a dispor de mais poderes. Os administradores do concelho eram escolhidos por eleição indireta (Borges, 2007). Segundo o mesmo autor, Passos Manuel, através de Circular de 11 de outubro de 1836, ordenava que as Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia promovessem o conserto e melhoria de estradas, caminhos, pontes e calçadas, com as rendas próprias dos municípios.

O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, instituído por decreto de 25 de julho de 1836 por Carta Régia de D. Maria II, localiza-se no quadrante nordeste de Portugal, na região de Riba Côa, sendo constituído por 17 freguesias dispersas por uma área de 508.72 Km<sup>2</sup>, onde de acordo com os censos de 2001, reside uma população de 7.179 habitantes. Confinha com os concelhos de Almeida, Pinhel, V. N. Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta. A leste faz fronteira com a província espanhola de Salamanca. É delimitado pelos rios Douro, Côa e Águeda. O concelho pertence ao distrito da Guarda, à província da Beira Alta e está integrado na Beira Interior Norte, conforme mapa seguinte.

**Figura 7: Mapa de Localização do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo**



Elaboração Própria.

Uma das primeiras sessões da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, efetuou-se na Igreja Matriz, a 9 de abril de 1837, na qual se reuniram todos os párocos e cidadãos com mais relevância no concelho para eleger os membros que iriam gerir o Município pelo período de um ano (Borges, 2007).

Várias foram as administrações à frente dos destinos do concelho em mais de século e meio de existência, as quais se contam em cerca de 47.

Atualmente a Autarquia Local visa a prossecução dos interesses públicos da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos, conforme é referido na CRP. As atribuições das Autarquias locais e a competência dos seus órgãos estão associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento

socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente e ao desporto. A Autarquia de Figueira de Castelo Rodrigo dispõe de atribuições e competências nos domínios, seguidamente explanados, nos quais interfere das mais diversas formas, quer seja através da construção, beneficiação, regularização, manutenção, criação, prestação, quer seja no apoio e fiscalização.

O equipamento rural e urbano, compreende a construção e manutenção de espaços verdes, ruas e arruamentos, cemitérios municipais, instalações dos serviços públicos, mercados e feiras municipais;

A energia inclui: a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, a iluminação pública urbana e rural, o licenciamento e fiscalização de elevadores, o licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de combustíveis, o licenciamento de áreas de serviços que se pretendam instalar na rede viária municipal, a emissão de pareceres sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias nacionais e regionais. podem ainda os órgãos municipais realizar investimento em centros produtivos de energia e gerir redes de distribuição;

Os Transportes e comunicações englobam: a rede viária de âmbito municipal, a rede de transportes regulares urbanos, a rede de transportes regulares locais que se desenvolvam exclusivamente na área do município, as estruturas de apoio aos transportes rodoviários;

Ao nível da educação as competências são: a construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar, a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico, elaboração da carta escolar a integrar nos planos diretores municipais, a criação dos conselhos locais de educação, bem como, assegurar os transportes



escolares, assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;

O património, cultura e ciência incluem pressupostos como: centros de cultura, centros de ciências, bibliotecas, teatros e museus municipais; participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas, apoiar projetos e agentes culturais não profissionais;

Em tempos livres e desporto, os domínios são no âmbito de: parques de campismo de interesse municipal, instalações e equipamento para prática desportiva e recreativa de interesse municipal, apoiar atividades desportivas e recreativas de interesse municipal;

Ao nível da saúde as competências são de participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde concelhios, construir, manter e apoiar centros de saúde, participar nos órgãos consultivos dos estabelecimentos integrados no serviço nacional de saúde;

A ação social cujas atribuições são de: assegurar a gestão de equipamentos e realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches, jardins de infância, lares ou centros de dia para idosos e centros para deficientes. Os Municípios integram os conselhos locais de ação social e são obrigatoriamente ouvidos relativamente aos investimentos públicos e programas de ação a desenvolver no âmbito concelhio, participação, cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central;

No que concerne a habitação, as competências são: disponibilizar terrenos para a construção de habitação social, promover programas de habitação a custos controladores e de renovação urbana, fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social;

Relativamente à proteção civil, promove a criação de corpos de bombeiros municipais, o apoio à aquisição de equipamentos para bombeiros voluntários, no âmbito da tipificação em vigor, a construção e manutenção de infraestruturas de prevenção e apoio ao combate a fogos florestais, o plano municipal contra incêndios;

No tema do ambiente e saneamento básico, a criação de sistemas municipais de abastecimento de água, sistemas municipais de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sistemas municipais de abastecimento de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;

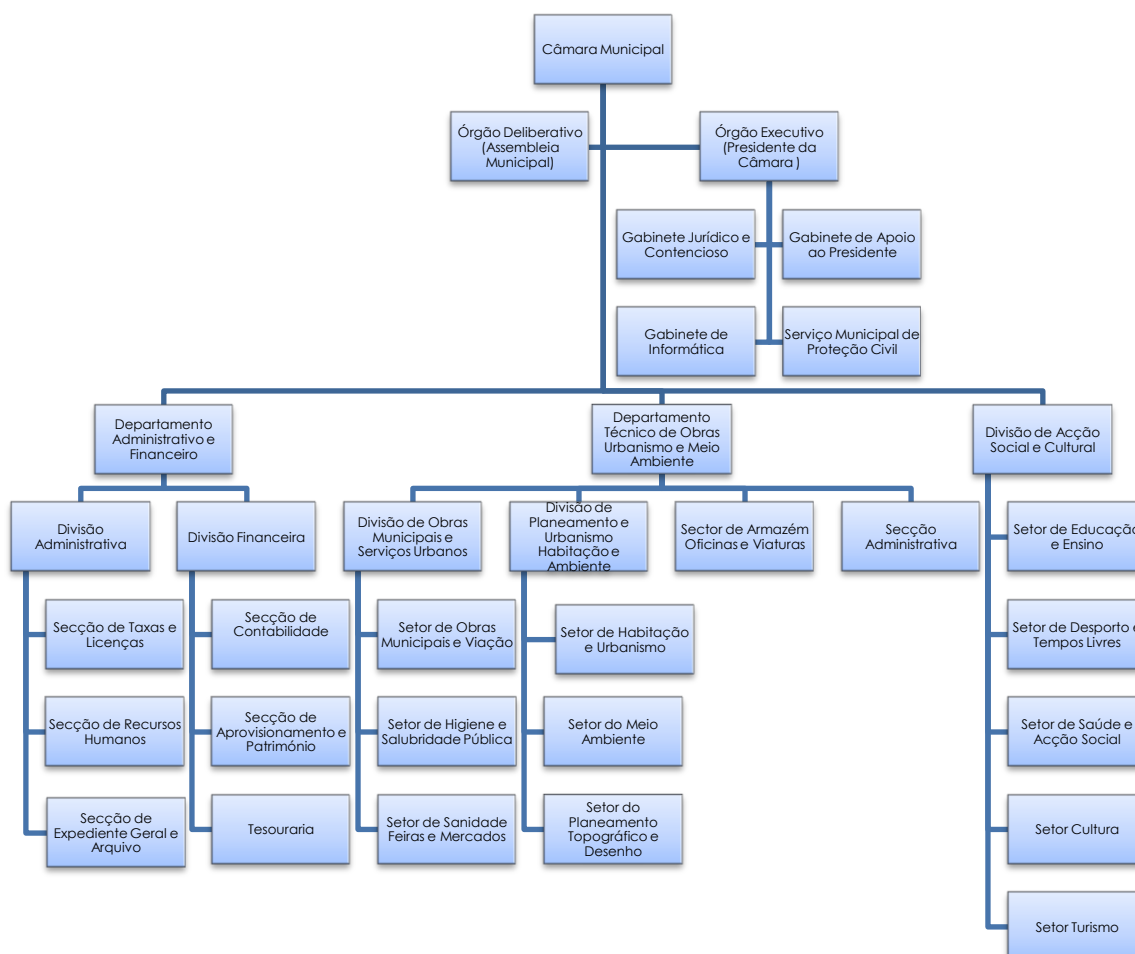
Relativamente à promoção e ao desenvolvimento, compete: criar ou participar em empresas municipais e intermunicipais, sociedades e associações de desenvolvimento regional, colaborar no apoio a iniciativas locais de emprego, colaborar no apoio e desenvolvimento de atividades de formação profissional;

No campo do ordenamento do território e urbanismo: elaborar e aprovar os planos municipais de ordenamento do território, delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e construção prioritárias com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas setoriais, aprovar operações de loteamento;

Na cooperação externa: participar em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da união europeia e da comunidade dos países de língua portuguesa.

Em seguida apresenta-se o organograma da instituição, contudo, importa salientar que o setor de compras públicas, através do gabinete de obras e fornecimentos, efetua todos os procedimentos para aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, tocantes a todos os setores supra mencionados.

**Figura 8: Organograma da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo**



Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

No topo deste organograma consta o Presidente da Câmara (órgão executivo) que funciona em atuação conjunta com o órgão máximo ao nível das Autarquias – Assembleia Municipal (órgão deliberativo).

O Executivo da Câmara Municipal encontra-se diretamente assessorado pelos seguintes serviços:

- Gabinete Jurídico e Contencioso
- Gabinete de Apoio ao Presidente
- Gabinete de Informática
- Serviço Municipal de Proteção Civil

Seguidamente, salienta-se a existência de dois departamentos e uma Divisão:

- I. Departamento Administrativo e Financeiro
- II. Departamento Técnico de Obras Urbanismo e Meio ambiente
- III. Divisão de Ação Social e Cultural

I.No que concerne ao Departamento Administrativo e Financeiro, é constituído pelo Notariado, Divisão Administrativa e Divisão Financeira. Compete a este departamento garantir o bom funcionamento dos serviços, a eficaz gestão dos recursos humanos e materiais, assegurar a administração financeira e patrimonial, zelando pela coordenação, controle e avaliação das ações tendentes a melhorar a qualidade global das prestações de serviços.

Neste âmbito, a Divisão Administrativa compreende:

- a) Secção de Taxas e Licenças
- b) Secção de Recursos Humanos
- c) Secção de Expediente Geral e Arquivo

Relativamente à Divisão Financeira, ela integra as seguintes seções:

- a) Secção de Contabilidade
- b) Secção de Aprovisionamento e Património
- c) Tesouraria

II.O Departamento Técnico de Obras Urbanismo e Meio ambiente compreende os seguintes serviços:

- a) Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos
- b) Divisão de Planeamento e Urbanismo Habitação e Ambiente
- c) Secção Administrativa
- d) Setor de Armazém Oficinas e Viaturas

Compete a este Departamento garantir o bom funcionamento dos serviços, zelando pela manutenção de boas condições de trabalho.

Relativamente à Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, esta integra os seguintes setores:

- a) Setor de Obras Municipais e Viação
- b) Setor de Higiene e Salubridade Pública
- c) Setor de Sanidade Feiras e Mercados

No que diz respeito à Divisão de Planeamento, Urbanismo Habitação e Ambiente compete-lhe delinear e executar as tarefas de conceção, promoção, definição e regulamentação dos planos de urbanização e de preservação da qualidade urbanística do concelho.

Fazem parte desta Divisão, os seguintes serviços:

- a) Setor de Habitação e Urbanismo
- b) Setor do Meio Ambiente
- c) Setor do Planeamento Topográfico e Desenho

III. A Divisão de Ação Social e Cultural está incumbida de promover o desenvolvimento cultural da comunidade e da economia concelhia, revitalizar o património histórico do Concelho, assim como diagnosticar as necessidades sociais da comunidade.

Compõem esta Divisão os seguintes serviços:

- a) Setor de Educação e Ensino
- b) Setor de Desporto e Tempos Livres
- c) Setor de Saúde e Ação Social
- d) Setor da Cultura
- e) Setor do Turismo

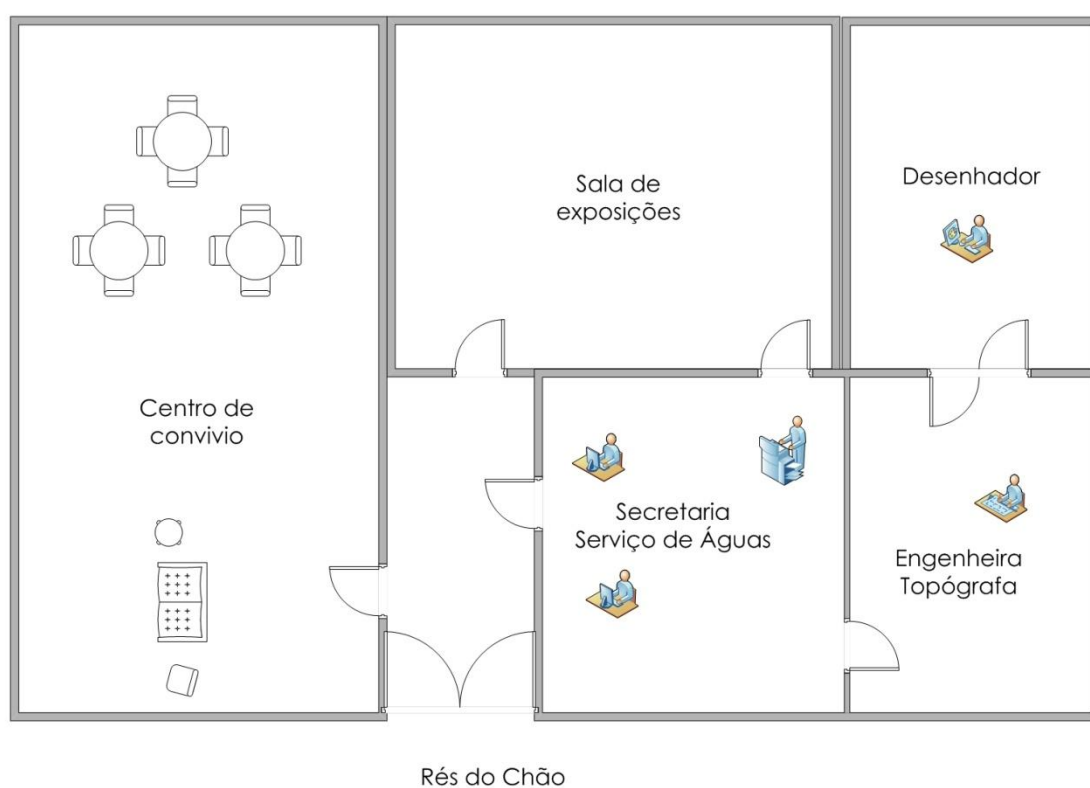
## **7.2. O Local de Condução da Pesquisa**

O local de condução da investigação ocorre, na generalidade, no Departamento Técnico de Obras Urbanismo e Meio ambiente (Doravante designado de Serviços Técnicos), integrado na Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, mais concretamente no Setor de

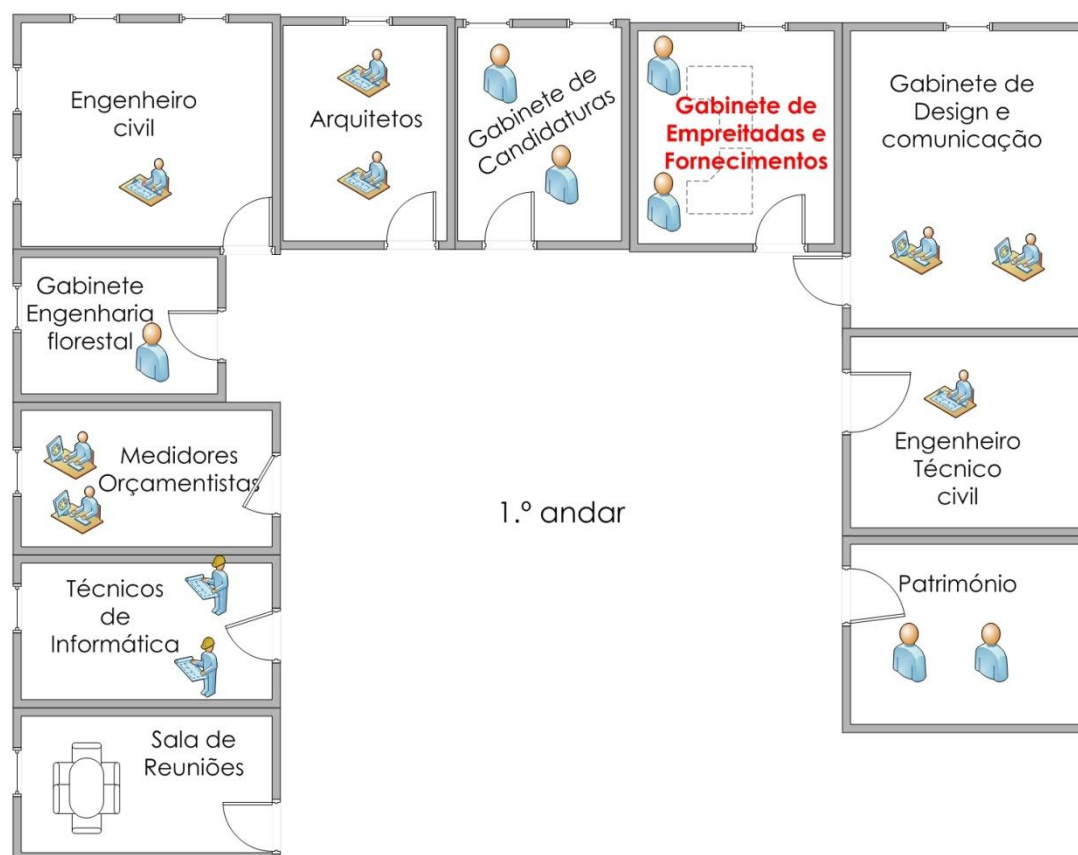
Obras Municipais e Viação, particularmente no **Gabinete de Empreitadas e Fornecimentos**.

Seguidamente, apresenta-se um esboço do edifício dos Serviços Técnicos onde se realizou o trabalho desta investigação, contendo a localização do Gabinete de Empreitadas e Fornecimentos, bem como o número de técnicos existentes por gabinete:

**Figura 9: Planta do Rés do chão do edifício onde se encontram os Serviços Técnicos:**



Elaboração Própria (sem escala).

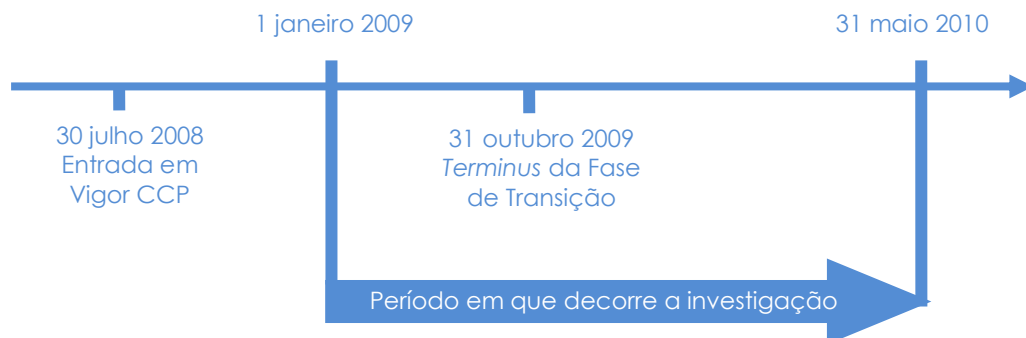
**Figura 10: Primeiro andar do edifício dos Serviços Técnicos:**

Elaboração Própria; (sem escala).

O Gabinete de Empreitadas e Fornecimentos promove todos os procedimentos conducentes à contratação pública ao abrigo do CCP.

### **7.3. Considerações iniciais para a recolha de dados**

Tendo o CCP entrado em vigor a 30 de julho de 2008, e considerando a fase de transição (dada pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de setembro) até 31 de outubro de 2009 que permitia a utilização do suporte em papel na tramitação procedimental, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, apenas iniciava os procedimentos por meios eletrónicos, em dezembro de 2009.

**Figura 11: Linha cronológica de acontecimentos**

Elaboração Própria.

Pelo que, no período em que decorre a investigação, os procedimentos são iniciados em suporte físico, o que acontece até ao *terminus* da fase de transição. A realização dos procedimentos através de plataforma eletrónica, inicia-se, em dezembro de 2009, conforme melhor se descreve no ponto seguinte.

#### 7.4. Recolha de Evidências

O Período global em que decorre a investigação medeia entre o dia 1 de janeiro de 2009 e o dia 31 de maio de 2010, apresentando-se um cronograma com as tarefas inerentes:

**Figura 12: Período em que decorre a investigação**

	Nome da tarefa	Início	Término	2009												2010					
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
1	Leitura e Análise do CCP	01-01-2009	30-01-2009	■																	
2	Apresentação de formulários e documentação tipo ao abrigo do CCP	02-02-2009	17-02-2009		■																
3	Implementação do CCP suporte papel (Fase de Transição)	18-02-2009	20-11-2009		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■						
4	Análise de plataformas no mercado	04-03-2009	22-04-2009			■	■														
5	Aquisição da plataforma – AD "implementação do e-Procurement"	18-05-2009	08-06-2009					■													
6	Utilização Plataforma	02-12-2009	01-06-2010												■	■	■	■	■	■	■
7	Aquisição de assinaturas digitais	05-11-2009	02-04-2010													■	■	■	■	■	■

Elaboração Própria.



Através da observação direta e participante e da análise documental, analisou-se o funcionamento da organização no que concerne às compras públicas. Analisou-se a estrutura existente de forma a adaptar um novo sistema de funcionamento e de reorganização procedimental para a colocação em prática do CCP.

#### **7.4.1. Caracterização Organizacional do Setor de Compras Públicas**

O Município conta com a colaboração dos seguintes técnicos para os procedimentos de empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, nomeadamente na fase de formação de contratos, que conforme se indicou anteriormente no capítulo IV, é a fase objeto de estudo do CCP no âmbito deste trabalho.

**Tabela 6: Técnicos no processo de aprovisionamento**

Área de formação	Número de técnicos	Atividades
Desenhador	1	Desenhos técnicos, alçados
Engenheira topógrafa	1	Levantamento topográfico
Medidor orçamentista	2	Estimativa orçamental Medições e Mapa de quantidades
Engenheiro civil	1	Peças escritas e desenhadas; Memória descritiva; Processos construtivos
Engenheiro técnico civil	1	
Arquiteto	2	
Técnico superior	2	Tramitação procedimental

Elaboração própria; Fonte: Mapa de Pessoal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo publicado em 14/12/2009, Cfr. o artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

A lista apresentada na Tabela 6 inclui os técnicos que mais diretamente atuam no processo de empreitadas de obras públicas. Estes técnicos estão sobretudo relacionados com a elaboração de projetos necessários para os contratos de empreitadas de obras públicas.

Por outro lado, no caso da aquisição de serviços ou de bens móveis, uma vez que os processos diferem consoante o objeto do contrato a celebrar, qualquer técnico pode ser incluído no processo, tendo em conta o objeto de contrato. Assim, a tratar-se da aquisição de uma viatura, equipamento de informática, ou para a contratação de serviços de transporte, estariam diretamente interligadas com o objeto de contratação, as pessoas responsáveis por aqueles setores ou áreas, excluindo praticamente todos os técnicos da lista em epígrafe, uma vez que não há projeto.

Para quaisquer procedimentos e de uma forma geral é necessário um determinado fluxo interno de informação e de procedimentos os quais em grande medida se mantêm inalterados e são idênticos aos que se utilizavam no âmbito do DL 59/99 de 2 de março e do DL 197/99 de 8 de junho, muito embora tenha sido necessário ajustar procedimentos e documentos, bem como métodos de trabalho.

Dado que uma despesa, qualquer que seja a sua natureza, necessita de autorização do órgão competente, convém explanar e fazer o enquadramento legal desse pressuposto.

De uma forma geral, a realização de despesa de capital ou de despesa corrente,<sup>22</sup> por parte do contraente público, quer seja para aquisição de bens ou prestação de serviços (despesa corrente) ou para contratos de empreitadas de obras públicas (despesa de capital), tanto pela legislação anterior, como pelo CCP, carece de prévia inclusão no Plano

---

<sup>22</sup> Os códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas procedem à distinção das mesmas entre correntes e de capital cfr. o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro

Plurianual de Investimento (PPI)<sup>23</sup>. O PPI, deve, de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Assim, o órgão competente para realizar despesa pode decidir contratar, desde que a previsão de despesa esteja inscrita em PPI. Atendendo ao valor de contrato em causa, tem competência para autorizar despesa, a Câmara Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal. Para se aferir sobre os limiares para a autorização de despesa continuam em vigor os art.ºs 16.º a 22.º e 29.º do DL 197/99, de 08/06, não tendo sido revogados pelo CCP.

Veja-se o caso do Município de Figueira de Castelo Rodrigo em sede de competência para autorizar despesa, de acordo com os limiares presentes no DL 197/99, de 08/06 ainda em vigor.

**Tabela 7: Limiares de competência para autorizar despesa**

<b>Autorização de despesa</b>	<b>Valor</b>
Câmara Municipal	Sem limite
Presidente Câmara	149.639 €
Delegação de competências no Presidente Câmara	748.196 €

Elaboração própria; Fonte: DL 197/99.

De facto, através da Ata de 5 de novembro de 2009, aprovada em minuta, a Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade a delegação de competências no Presidente da Câmara, para autorizar despesa de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras

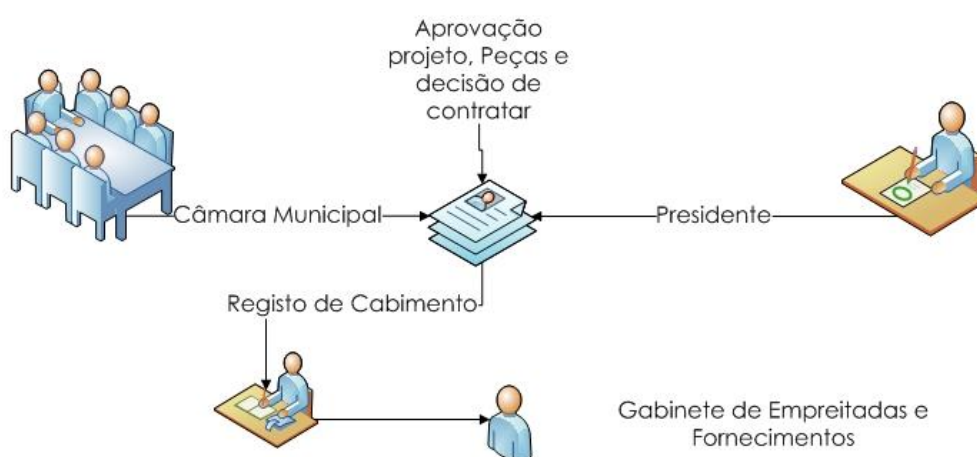
---

<sup>23</sup> O plano plurianual de investimentos das autarquias locais, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

públicas, em contratos cujo valor se cifre até 748.196 € (competência atribuída por força do art.º 29.º n.º 2.º do DL 197/99).

Após a decisão de contratar é aprovado o projeto e as peças do procedimento (caderno de encargos e programa de concurso) ao abrigo do art.º 40.º n.º 2.º do CCP.

**Figura 13: Quadro resumo exemplificativo da decisão de contratar**



Elaboração própria.

Após esta decisão, através de deliberação (Câmara Municipal) ou de despacho (Presidente da Câmara) é necessário um registo de cabimento orçamental.<sup>24</sup> Após o cabimento estar registado, o processo segue para o Gabinete de Empreitadas e Fornecimentos o qual gera procedimentos tendentes à contratação, sob orientação do Presidente da Câmara, de acordo com o tipo de procedimento a utilizar.

#### **7.4.2. Reorganização Procedimental**

Para a implementação do CCP no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, foram criados e propostos diversos documentos e formulários.

<sup>24</sup> Trata-se da cativação de determinada dotação visando a realização de uma despesa no departamento financeiro.

Atendeu-se numa primeira fase apenas ao ajuste direto e ao concurso público, tanto para as empreitadas de obras públicas, como para a aquisição de bens e serviços, como se pode constatar pela Tabela seguinte.

**Tabela 8: Proposta de reorganização documental**

PROCEDIMENTOS PELO CCP	CCP	ÓRGÃO	DOCUMENTO GERADO (ver anexos)
Decisão de contratar	Art.º 36.º	Câmara Municipal (CM) / Presidente da Câmara (PC)	Decisão de Contratar
Decisão de autorização da despesa			
Decisão de escolha do procedimento	Art.º 38.º		
Aprovação peças procedimento (Caderno de Encargos e Programa de Procedimento, no ajuste direto o Programa de Procedimento é substituído pelo convite)	Art.º 40.º		
Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento	Art.º 50.º	Designado por CM / PC	Despacho ou deliberação
Erros e omissões do caderno de encargos	Art.º 61.º		
Júri do procedimento	Art.º 67.º	Júri	Ata do dia 05-11-2009
Lista de concorrentes	Art.º 138.º	Júri	
Relatório Preliminar	Art.º 146.º		Relatório Preliminar
Audiência Prévia	Art.º 147.º		Audiência Prévia
Relatório Final	Art.º 148.º		Relatório Final (carece sempre de aprovação da CM ou do PC) ou Projeto de Decisão de Adjudicação (no caso do ajuste direto com convite a uma entidade)

PROCEDIMENTOS PELO CCP	CCP	ÓRGÃO	DOCUMENTO GERADO (ver anexos)
Decisão Adjudicação	Art.º 76.º e 148.º	CM / PC	Deliberação / Despacho de Adjudicação <sup>25</sup>
Notificação adjudicação	Art.º 77.º		
Revogação de decisão de contratar	Art.º 80.º		Revogação de Contratar
Entrega Documentos Habilitação	Art.º 77.º, 81.º a 87.º		Ofício com Pedido de Documentação
Apresentação Caução	Art.º 77º e 88º a 91º		
Aprovação da Minuta	Art.º 98.º		Minuta de Contrato
Outorga do contrato	Art.º 104.º		Contrato
Auto Receção / Aceitação dos bens		Técnicos	Auto de Aceitação
Publicitação e eficácia do contrato	Art.º 127.º	Técnicos	

Elaboração própria; Fonte: CCP e Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Toda a documentação, no entanto, atendeu à especificidade de cada tipo de procedimento e para cada objeto de contratação conforme anteriormente exposto. Segue-se uma pequena análise aos tipos de procedimento previamente identificados no capítulo IV, sendo que, neste capítulo como já se referiu, será dada mais relevância aos procedimentos por ajuste direto e ao concurso público, pela seguinte razão.

Por um lado, porque o ajuste direto é o procedimento mais flexível, o que, associado à elevação dos limiares comunitários, faz prever que passe a assumir um papel central na escolha dos procedimentos pré-contratuais. Por outro lado, o concurso público, deixa de ser o procedimento mais solene, levando a uma redução de custos financeiros, pelo que associado a uma redução da duração do

<sup>25</sup> Indicação de dispensa da redução de contrato a escrito, ao abrigo do n.º 1 alínea a), c), ou d) do art.º 95.º do CCP, ou n.º 2 alínea b) do mesmo artigo, no caso de haver contrato escrito, notificação da aprovação da respetiva minuta de contrato, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP.

procedimento, também se consubstancia como um dos procedimentos mais utilizados. No capítulo VIII, quando se concluir a análise de resultados, irá constatar-se se estas hipóteses estavam ou não corretas.

**Tabela 9: tipologia de procedimentos**

CCP
Ajuste direto
- convite a uma entidade
- convite a várias entidades com ou sem negociação
- Ajuste direto simplificado
Concurso Público
Concurso Público urgente
Concurso limitado por prévia qualificação
Diálogo concorrencial
Procedimento por negociação

Elaboração própria; Fonte: CCP.

**Tabela 10: Limiares de contratação por procedimento CCP**

Valores limite de contrato para as Câmaras Municipais	
<b>Ajuste direto</b>	
Empreitadas de obras públicas	Até <b>150.000,00 €</b>
Aquisição de bens e serviços	Até <b>75.000,00 €</b>
<b>Concurso Público ou Limitado SEM anúncio no JOUE<sup>26</sup></b>	
Empreitadas de obras públicas	Até <b>4.845.000,00 €</b>
Aquisição de bens e serviços	Até <b>193.000,00 €</b>

Elaboração própria; Fonte: CCP; Regulamento (CE) n.º 1177/2009 da Comissão, de 30 de novembro de 2009; disponível em <http://www.base.gov.pt/legislacao/Paginas/default.aspx>.

Relativamente aos limiares para contratos públicos e atendendo à Tabela supra, é pertinente fazer duas observações:

<sup>26</sup> Jornal Oficial da União Europeia

- a) Para contratos de planos ou projetos, são apenas permitidos os ajustes diretos até ao limite de 25.000,00 €.
- b) O concurso público urgente apenas pode ser utilizado para bens ou serviços de uso corrente, até ao limite de 193.000,00 €.

Existe ainda outra limitação muito importante para a escolha do ajuste direto. Não podem ser convidadas entidades às quais já tenha sido adjudicado contratos da mesma natureza, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limiares internos do ajuste direto, que no caso das Câmaras Municipais é de 150.000,00 €, para contratos de Empreitadas de obras públicas, e de 75.000,00 €, para contratos de Aquisição de bens e serviços.

Os contratos da mesma natureza referem-se ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o qual é obrigatório escolher para todo o tipo de contratos públicos. Para esse efeito, criou-se um documento para analisar e controlar esses limites, através do CPV. Note-se o exemplo que se segue, para melhor compreensão.

**Figura 14: Exemplo de códigos CPV**

PT		Jornal Oficial da União Europeia	15.3.2008
Código CPV	Descrição		
45112300-8	Aterros e valorização dos solos		
45112310-1	Aterros		
45112320-4	Valorização dos solos		
45112330-7	Valorização dos locais para construção		
45112340-0	Descontaminação dos solos		
45112350-3	Recuperação de terrenos incultos		
45112360-6	Recuperação de solos		
45112400-9	Escavação		
45112410-2	Escavação de sepulturas		
45112420-5	Escavação de fundações		

Fonte: Regulamento (CE) N.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), disponível em <http://www.base.gov.pt/legislacao/Paginas/default.aspx>.



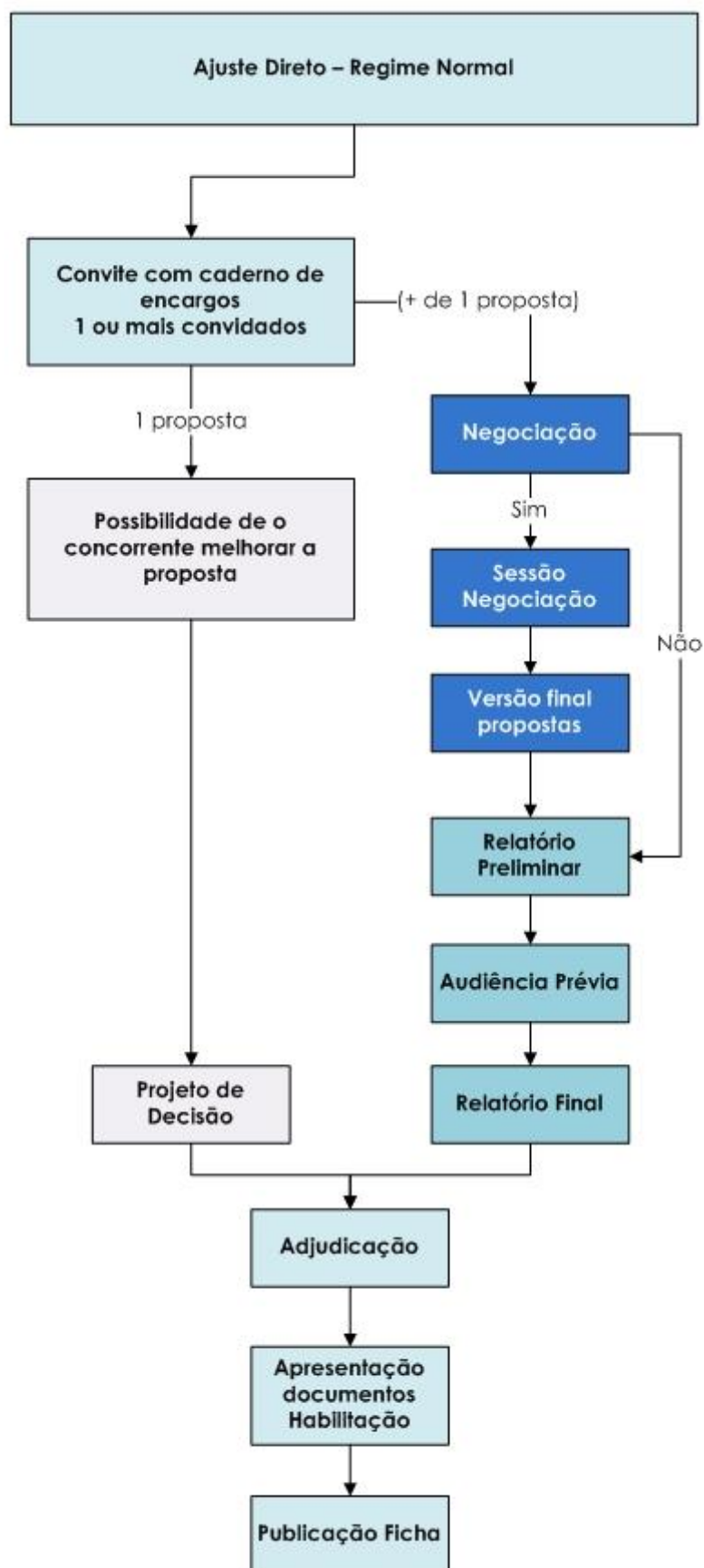
O limite trienal supra mencionado é calculado em função do código CPV, ou seja, o empreiteiro "y" não poderá ser convidado a apresentar proposta por ajuste direto, caso nos últimos 3 anos económicos já tiver ultrapassado o limite, de 150.000,00 €, em adjudicações, nomeadamente em obras de escavação cujo CPV é "45112400-9".

Em relação ao Ajuste direto simplificado, como consta no art.º 128.º e 129.º do CCP, o seu âmbito é limitado à aquisição de bens móveis e serviços, desde que o valor não seja superior a 5.000 €. O prazo de vigência não pode ser superior a 1 ano, nem prorrogável. Este procedimento também conta para efeitos do limite trienal supra referido cfr. consta do art.º 113.º, n.º 2 do CCP.

#### **7.4.3. Ajuste Direto**

De acordo com o mencionado anteriormente é o Gabinete de Empreitadas e Fornecimentos que gera os procedimentos tendentes à contratação, utilizando documentos-tipo adaptados à realidade do CCP, de acordo com o tipo de procedimento e o de contrato. Assim, segue-se um fluxograma explicativo do ajuste direto com os diversos elementos e passos necessários à sua concretização.

Figura 15: Fluxograma do ajuste direto normal

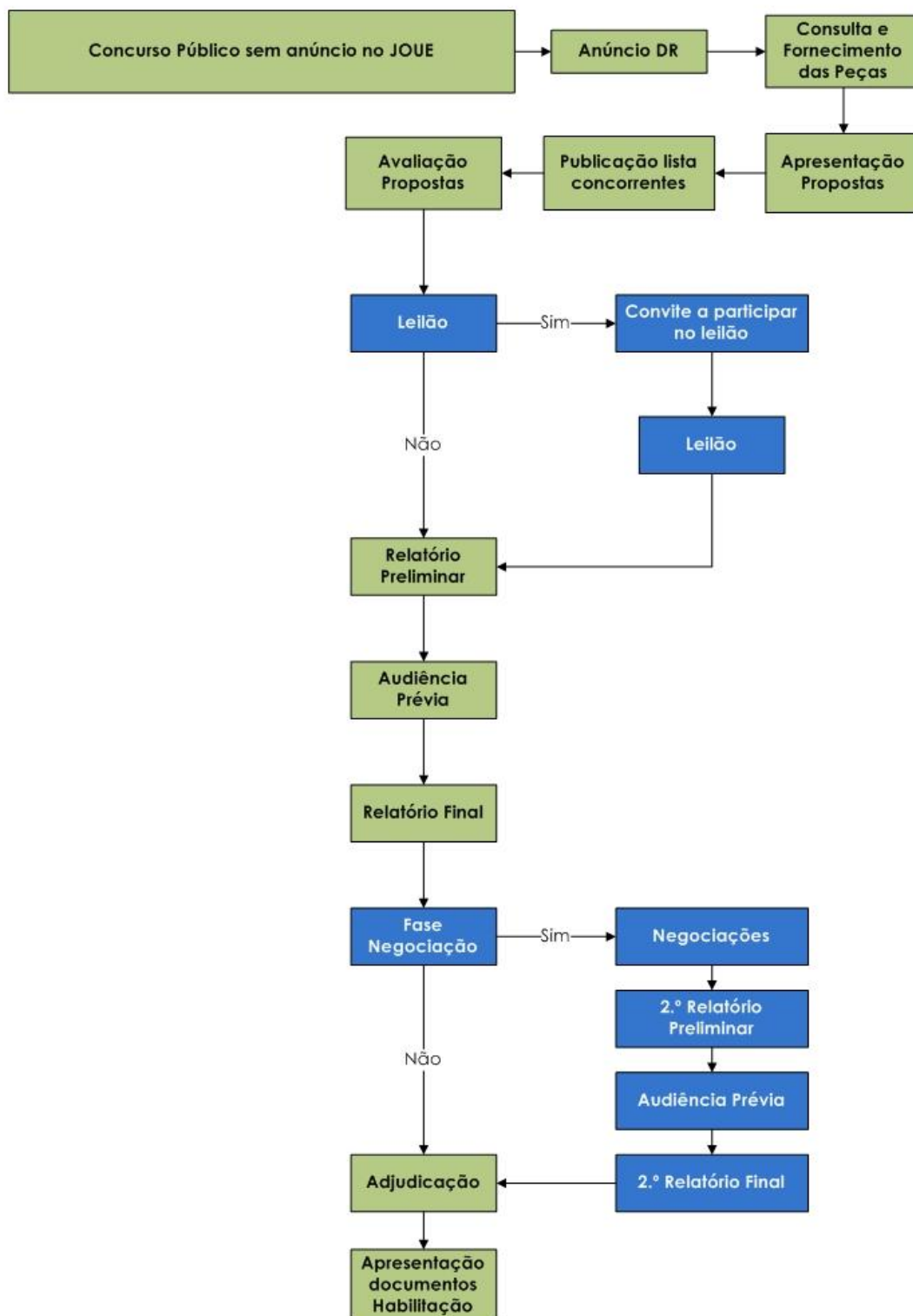


Fonte: Adaptado de <http://www.base.gov.pt>.

O procedimento por ajuste direto inicia-se com o envio do convite à apresentação de proposta (acompanhado do caderno de encargos) a uma ou mais entidades. Na existência de mais de uma proposta, deverá ser designado um júri que procede à fase de negociação. No caso de não haver esta fase, o Júri elabora um relatório preliminar, promove a audiência prévia e elabora o relatório final. Ao nível do ajuste direto, a presença do júri levanta-se sempre que haja mais de uma proposta apresentada, caso contrário não haverá júri nem relatório final ou audiência prévia. Haverá apenas uma decisão de adjudicação, elaborada pelo responsável dos serviços técnicos, a qual substitui o relatório final. Escolhido o adjudicatário, deverá este apresentar os documentos de habilitação, num prazo que para o Município de Figueira de Castelo Rodrigo ficou definido entre 8 a 10 dias. O procedimento culmina com a celebração do contrato e a sua publicitação no "BASE".

#### 7.4.4. Concurso Público

**Figura 16: Fluxograma do concurso público normal e sem anúncio no JOUE**



Fonte: Adaptado de <http://www.base.gov.pt>.

O concurso público, ao contrário do ajuste direto, é publicado no DR. Após a publicação os concorrentes procedem à apresentação das propostas, sendo o prazo mínimo para apresentação de 20 dias podendo ser reduzido a 11 dias, no caso de manifesta simplicidade dos trabalhos. Recebidas as propostas, o júri apresenta a lista de concorrentes, seguindo-se a avaliação e análise das mesmas, de acordo com o art.º 70.º e art.º 139.º do CCP. O Júri poderá pedir ou não a colaboração de peritos. Facultativamente, poderá haver, a fase de leilão, após a qual, o Júri emite o Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação das propostas, identificando as que tenham sido excluídas, caso existam. Ocorre consequentemente, a fase de Audiência Prévia de interessados. Após o *terminus* do prazo para os concorrentes se pronunciarem, o Júri elabora um relatório final, no qual pondera as observações apresentadas pelos concorrentes, ao abrigo do direito de audiência prévia. Seguidamente, pode haver lugar a uma fase de negociação de propostas (cfr art.º 149.º CPP), findo o qual se emite um segundo relatório preliminar, seguido de uma nova audiência prévia e, por sua vez, um novo relatório final de acordo com os art.ºs 149º a 154º CCP. No caso de não haver negociação ou, após o seu *terminus*, procede-se à Adjudicação. De acordo com o art.º 83º CCP o adjudicatário apresenta os documentos de habilitação previstos no disposto do art.º 81º do mesmo diploma e procede-se à outorga do contrato.

#### **7.4.5. Aquisição de Plataforma Eletrónica de Compras Públicas**

Primeiramente, informou-se o órgão competente para a necessidade de fazer cumprir os pressupostos legais e, portanto, para a necessidade de adquirir uma plataforma eletrónica de contratos públicos. Consequentemente, foi efetuada uma análise ao mercado, relativamente às plataformas eletrónicas de compras públicas disponíveis, que estivessem devidamente certificadas, bem como, de certificados digitais qualificados (assinatura digital). Paralelamente à

certificação, a maior preocupação foi a de adquirir uma plataforma eletrónica de compras públicas em função das características internas da organização do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Após uma procura exaustiva, verificou-se que a oferta era parca, e apenas duas empresas dispunham do serviço *e-marketplace*, indo ao encontro das plataformas eletrónicas conforme a exigência legal, sendo que uma delas detinha já uma grande quota de mercado. Assim, convidaram-se ambas as empresas a apresentar as suas soluções, a saber:

- a) Construlink - Tecnologias de Informação, S.A. plataforma eletrónica;
- b) Vortal, Comércio Eletrónico Consultadoria e Multimédia, S.A.

Ambas acederam ao pedido do Município e deslocaram-se para apresentar as suas soluções. Após análise a estas duas plataformas, propôs-se, a 22.04.2009, ao Ex.mo Presidente da Câmara Municipal que se adquirisse, através de ajuste direto, a solução da empresa, "Construlink" pelos motivos esquematizados na Tabela seguinte:

**Tabela 11: Resumo das principais diferenças entre as plataformas**

Vortal	Construlink
Limite de utilizadores em número de três.	Sem limite.
Fase de esclarecimentos, erros e omissões pouco funcional, com pouca articulação com as disposições legais.	Fase de esclarecimentos, erros e omissões bastante funcional, com boa articulação com as disposições legais.
Após <i>terminus</i> do contrato não facultam dados ao Município	Após <i>terminus</i> do contrato facultam dados ao Município
Reduzida aplicabilidade dos critérios de adjudicação, sem desdobramento ou aplicação de subfatores.	Boa flexibilidade na aplicação e análise na própria plataforma dos critérios de adjudicação, bem como dos subfatores.

Elaboração Própria.

Deste modo foi adquirida a plataforma proposta e colocada em prática a 2.12.2009. Desde que se iniciaram os procedimentos através da plataforma, jamais se voltou a utilizar o papel.

#### **7.4.6. Assinaturas Digitais**

Tal como consta mais detalhadamente no capítulo V, o certificado digital é o meio eletrónico utilizado para identificar inequivocamente uma pessoa numa plataforma ou num sistema digital. Todos os certificados digitais são assinados eletronicamente por uma entidade certificadora, que garante que são única e exclusivamente pertencentes à pessoa à qual o certificado se relaciona. Em Portugal essa entidade é o CEGER.

Após informação ao departamento de informática, e consequente pesquisa no mercado, por aquele departamento, propôs-se a (a 5.11.2009) aquisição de certificados digitais qualificados emitidos pela DigitalSign, que trabalha em parceria com a British Telecommunications PIC, sendo esta última, entidade credenciada segunda a diretiva 1999/93/CE e de acordo com a Autoridade Nacional de Segurança.

## VIII. Análise de Resultados

Após concretizar a reorganização documental e procedimental, bem como, a aquisição de uma plataforma eletrónica de compras públicas e de assinaturas digitais, irá agora analisar-se, de que forma se fez a evolução do setor de compras, avaliando a utilização da plataforma, estudando e comparando o tempo decorrido para os procedimentos, confrontando-os com a Legislação pré e pós CCP. Posteriormente será efetuada uma comparação ao nível nacional e local do tipo de compras públicas efetuadas, assim como, o tipo de procedimentos mais utilizados para o efeito.

### 8.1. Reestruturação e reorganização

Tal como foi evidenciado no capítulo anterior, foi proposta e autorizada uma reestruturação e reorganização documental adaptada ao CCP, que tal como foi referido, se fez a pensar, numa primeira fase para os procedimentos por ajuste direto e por concurso público.

Do quadro seguinte consta a documentação-tipo, gerada para cada procedimento e para cada objeto de contrato, considerando os pressupostos anteriores:

**Tabela 12: Documentação originada**

DOCUMENTAÇÃO	PROCEDIMENTO	OBJETO DO CONTRATO
Despacho para a Decisão de contratar	Concurso Público / Ajuste Direto	Aquisição de Bens e Serviços / Empreitadas de Obras Públicas
Caderno de Encargos Programa de Procedimento / Convite		
Relatório Preliminar		
Audiência Prévia		



DOCUMENTAÇÃO	PROCEDIMENTO	OBJETO DO CONTRATO
Relatório Final / Projeto Decisão de Adjudicação		
Despacho de Adjudicação		
Notificação de Adjudicação		
Revogação de Decisão de Contratar		
Solicitação dos Documentos Habilitação		
Ficha Técnica		
Elementos Preliminares		
Minuta de Contrato		
Auto Receção / Aceitação dos Bens	Ajuste Direto	Aquisição de Bens e Serviços
Controlo Limites Trienais		Aquisição de Bens e Serviços / Empreitadas de Obras Públicas
Plano de Consignação	Concurso Público	Empreitadas de Obras Públicas
Lista Desdobramento da Natureza do Alvará em Função da Empreitada		

Elaboração Própria.

## 8.2. Implementação da plataforma

A aquisição, através de ajuste direto da plataforma disponibilizada pela empresa "Construlink", foi efetuada a 8 de junho de 2009. O acesso efetua-se através do sítio da internet em: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com). Para o seu correto funcionamento, foi necessário transmitir à empresa o fluxo de utilização pelos técnicos afetos à plataforma, tendo sido

necessário gerar contas de correio eletrónico para cada um. Isto deve-se ao facto de que muitas das informações automáticas, geradas pela plataforma são efetuadas com avisos por via eletrónica. Segue-se a lista de utilizadores proposta à empresa, com um breve resumo de algumas das tarefas e tipo de acesso que lhes corresponde:

**Tabela 13: Utilizadores da plataforma**

<b>Utilizadores</b>	<b>Tipo de Acesso</b>
Técnicos de Informática	Gestão da plataforma
Técnico Superior	Utilização avançada da plataforma, Júri, introdução de Caderno de encargos, Programa de Procedimentos
Técnico Superior	
Técnico Superior	Júri
Engenheiro Civil	Introdução de Projeto, presta esclarecimentos, resposta a erros e omissões,
Arquiteto	
Arquiteto	
Gabinete de Engenharia	
Presidente da Câmara	Aprovação e recusa, autorização de todos os passos efetuados na plataforma
Vice-Presidente da Câmara	
Orçamentista	Introdução do mapa de quantidades
Orçamentista	

Elaboração Própria.

Para melhor se perceber o tipo de fluxo e de acessos possíveis na plataforma, atente-se à seguinte matriz de utilizadores.

Figura 17: Matriz de utilizadores

CONSTRULINK  
INTERNET SOLUTIONS

Matriz de Permissões																
Nome Entidade:		Município de Figueira de Castelo Rodrigo														
Departamentos / Utilizadores por Departamento																
		Departamento A							Departamento B							
CANAIS	SUB CANAIS	Pedro Teixeira	Margarida Polares	Manuel Coelho	João Rosinha	Informática	Mário Morais				Presidente Câmara	Vice-Presidente	Eng. Janeiro	Miguel Torres	Jorge Branco	Pedro Almeida
ACOMPANHAMENTO	Lista de Procedimentos	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x
	Concursos a Decorrer	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x
	Recuperação de Chaves					x										
REGIME SIMPLIFICADO	Regime Simplificado	x	x			x	x				x	x	x	x	x	x
ABERTURA DE PROCEDIMENTO	Criar Procedimento	x	x													
	Procedimentos Criados	x	x	x	x	x					x	x	x	x	x	x
	Procedimentos em Aprovação	x	x								x	x	x	x	x	x
	Procedimentos Analisados	x	x			x					x	x	x	x	x	x
	Constituição Júri	x	x								x	x				
DOCUMENTAÇÃO	Senhas do Júri	x	x			x					x	x				
	Inserir Documentos	x	x	x	x	x							x	x	x	x
	Lista de Documentos	x	x	x	x	x					x	x	x	x	x	x
	Caderno de Encargos	x	x													
	Programa do Concurso	x	x													
ANÚNCIO DO CONCURSO	Documentos p/ Inscrição de Fornecedores	x	x													
	Criar Anúncio	x	x													
	Anúncios Criados	x	x								x	x				
	Anúncios em Aprovação	x	x								x	x	x			
	Anúncios Recusados	x	x								x	x	x			
	Anúncios por Publicar	x	x													
	Anúncios Publicados	x	x			x					x	x	x			

Fonte: Matriz disponibilizada pela empresa Construlink.

Esta matriz apresenta, começando da esquerda, os canais principais e os correspondentes subcanais disponíveis na plataforma, com a autorização e permissão de visualização dos mesmos, pelos diversos utilizadores. Após ter selecionado os utilizadores e o fluxo de permissões, a empresa gerou certificados de utilizador individuais. Segue-se um exemplo do sítio de entrada para a plataforma.

**Figura 18: Entrada no sítio de internet da plataforma, com escolha do certificado**



Fonte: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).

Como se pode verificar por este exemplo, podem-se visualizar dois certificados instalados que o utilizador vai escolher. Dependendo do certificado escolhido, o utilizador acederá a determinadas áreas, da plataforma. Assim, se o certificado escolhido for o de Júri, o utilizador terá acesso a determinadas áreas da plataforma, que não tem o utilizador com perfil normal. Isto porque, no exemplo dos procedimentos por ajuste direto com mais de um convidado ou mais de uma proposta apresentada, é o Júri, que abre as propostas, logo, o utilizador com perfil geral, não tem acesso a essas parametrizações.

Podem-se verificar pela Figura 19, alguns procedimentos a decorrer no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, bem como, o seu estado, tipo de procedimento em causa, e a data da sua criação.



Figura 19: Plataforma com lista de procedimentos em curso

Ambiente de Trabalho   Comprador   Fornecedores   <b>Contratos Públicos</b>   Agregação					
GMT 01:50:04					
19 resultados encontrados					
Referência	Designação	Estado	Tipo Procedimento	Data Criação	Fluxo
11-F/2010	Aquisição de bancadas Amovíveis	Adjudicado	Ajuste Directo	12/08/2010	
3/E/2010	Beneficiação Via Ocidental Cruz P. Escrita (EN 332)/Cruz. Penha/Freixeda - Vale de Afonsinho/Ponte do Côa/Quintã de Pêro Martins	Adjudicado	Ajuste Directo	11/08/2010	
11/F/2010	Aquisição de bancadas Amovíveis	Cancelado	Ajuste Directo	11/08/2010	
10/F/2010	Aquisição de roçadora hidráulica com retoma de um limpa bernas	Adjudicado	Ajuste Directo	21/07/2010	
8/F/2010	Aquisição de plataformas flutuantes	Adjudicado	Ajuste Directo	24/05/2010	
7/F/2010	Aquisição de um palco móvel	Adjudicado	Ajuste Directo	24/05/2010	
6/F/2010	Aquisição de bancadas Amovíveis	Cancelado	Ajuste Directo	24/05/2010	
09/F/2010	Aluguer de palco, som, luz e produção audiovisual para a XIII Feira das Actividades Económicas do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	Adjudicado	Ajuste Directo	21/05/2010	
4/F/2010	Projecto de Construção do Centro de Cuidados Continuados de Figueira de Castelo Rodrigo - Centro de Fisioterapia	Procedimento Aprovado	Ajuste Directo	12/05/2010	
5/F/2010	Aluguer de Stands para a XIII feira das act. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	Adjudicado	Ajuste Directo	12/05/2010	

Fonte: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).

Segue-se um exemplo do fluxo gerado num determinado procedimento, com selos temporais (com data e hora) e a identificação do utilizador que processou determinada ação.

Figura 20: Fluxo de informação de um procedimento

Fluxo do Procedimento: ID-16021				
Referência: 7/F/2010		Designação: Aquisição de um palco móvel		
Acompanhamento				
Acções	Utilizador	Data	Hora	
✓ Tipo de Procedimento		Ajuste Directo		
✗ Procedimento Cancelado				
✗ Certificados Recuperados				
Abertura de Procedimento				
Acções	Utilizador	Data	Hora	
✓ Criado	Dr. Pedro Teixeira	2010-05-24	10:02:27	
✗ Editado				
✗ Informação Interna Anexada				
✓ Certificado do Procedimento Criado	Dr. Pedro Teixeira	2010-05-24	11:12:10	
✓ Enviado para Aprovação	Dr. Pedro Teixeira	2010-05-24	11:13:48	
✓ Aprovado	Presidente da Câmara	2010-05-24	11:30:22	
✗ Recusado				
✗ Recuperado				
✗ Constituído				
✗ Editado				
✗ Senhas de Júri Geradas				

Fonte: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).

A imagem supra, é ilustrativa da criação de um procedimento por ajuste direto às 10:02 horas do dia 24.05.2010, o qual foi aprovado pelo Ex.mo Presidente da Câmara no mesmo dia pelas 11.30 horas. Todo o restante fluxo é atualizado à medida que as ações são criadas.

De salientar que todo o procedimento passa a ser efetuado através da plataforma eletrónica, a qual obedece às regras vertidas na Portaria n.º701-G/2008 de 29 de junho, em consequência da desmaterialização procedimental. São de salientar, sobretudo as seguintes parametrizações que a plataforma adquirida permite efetuar:

- a) A apresentação de candidaturas e de propostas pelos candidatos e pelos concorrentes é feita através de *upload* na plataforma eletrónica;
- b) O envio do relatório preliminar por parte da entidade adjudicante, bem como a apresentação pelos candidatos ou concorrentes da sua pronúncia, em sede de audiência prévia, efetua-se através da plataforma;
- c) Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e os candidatos ou concorrentes são efetuadas através da plataforma;
- d) Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento são efetuados através da plataforma eletrónica;
- e) O júri é designado na plataforma e os membros que o compõem recebem por correio eletrónico a senha de acesso aos procedimentos. O júri acede a uma área com permissões pré-definidas de modo a poder proceder à condução do procedimento;
- f) O anúncio é criado na plataforma de acordo com a legislação em vigor, ficando publicados numa área de acesso público;
- g) O utilizador seleciona as empresas que pretende convidar podendo adicionar novas empresas. A plataforma envia o convite automaticamente por fax e por correio eletrónico;
- h) A documentação via *upload* de documentos fica organizada por Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Outros

Documentos. Os concorrentes visualizam a documentação da mesma forma organizada;

- i) O mapa de quantidades ou formulário de proposta é inserido através de um modelo em formato (.xls);
- j) A plataforma regista todas as ações dos fornecedores. Fica registado quais são os fornecedores que visualizaram os elementos do processo, através de ícones e da informação detalhada acerca da ação feita pelo fornecedor;
- k) O utilizador pode efetuar esclarecimentos a dúvidas colocadas, retificações, avisos ou aditamentos. É permitida a inserção de ficheiros na troca de qualquer tipo de esclarecimento. Os concorrentes podem também, na plataforma, solicitar esclarecimentos. Todas as comunicações ficam registadas no fluxo do procedimento;
- l) É possível colocar pedidos de esclarecimento relativos às peças concursais, notificando automaticamente o contratante e aquando da resposta notificará as entidades candidatas, registando todas as ações no fluxo de procedimento. Todos os esclarecimentos respondidos ficam disponíveis para todos os concorrentes. As respostas às solicitações serão dadas através da plataforma, ficando disponíveis para todos os candidatos. Estes receberão uma notificação automática dessas respostas;
- m) O júri pode pedir um esclarecimento sobre uma proposta de um concorrente. A notificação é automática por correio eletrónico. Todos os concorrentes terão acesso ao pedido de esclarecimento;
- n) A plataforma permite o envio de listas de erros e omissões por parte dos interessados, através da anexação de todo o tipo de ficheiros ou através da inserção de texto. As listas são disponibilizadas automaticamente a todos os interessados. A plataforma envia notificações automáticas aos intervenientes: júri e interessados;
- o) A plataforma permite ao júri visualizar as listas de erros e omissões entregues e proceder à respetiva aprovação ou recusa. A plataforma envia notificações automáticas quando uma resposta é submetida à aprovação e quando a mesma é aprovada ou recusada;

- p) Quando houver listas de erros e omissões entregues, a plataforma indica automaticamente que o prazo está suspenso, até o júri se pronunciar sobre as listas entregues;
- q) Os concorrentes podem elaborar a proposta através da inserção de preços unitários, descontos, documentos, e todos os dados pedidos pelo comprador.
- r) O concorrente após o envio da proposta recebe o recibo com os documentos entregues. As propostas têm informação de quem entregou, quando e a ordem dessa entrega.
- s) Após a data definida para abertura das propostas, a plataforma disponibiliza automaticamente a lista de concorrentes a todas as empresas que apresentaram proposta, acessível na área de trabalho de cada uma com os seus dados de acesso. Adicionalmente, os concorrentes têm a indicação do estado das propostas de cada um, seja admitida ou excluída.

Na Tabela 14 estão patentes todas as ações disponíveis na Plataforma adquirida pelo Município.

**Tabela 14: Canais e sub-canais na plataforma**

Canais	Sub canais
<b>Acompanhamento</b>	Lista dos Procedimentos Procedimentos a Decorrer
<b>Regime Simplificado</b>	Regime Simplificado
<b>Abertura de Procedimento</b>	Criar Procedimento
	Procedimentos Criados
	Procedimentos em Aprovação
	Procedimentos Analisados
	Constituição do Júri
	Senhas do Júri
<b>Documentação</b>	Inserir Documentos
	Lista de Documentos
	Programa de Procedimento
	Caderno de Encargos
	Documentos para Inscrição de Fornecedores
<b>Anúncio do concurso</b>	Criar Anúncio
	Anúncios Criados



Canais	Sub canais
	Anúncios em Aprovação
	Anúncios Recusados
	Anúncios por Publicar
	Anúncios Publicados
	Registo de Interessados
<b>Convite</b>	Gerar Ofício Convite
	Ofícios Convite Gerados
	Criar Convite
	Convites Criados
	Convites em Aprovação
	Convites por Lançar
	Convites Lançados
	Convites Recusados
<b>Fatores de Avaliação</b>	Definir Subfactores
	Definir Especificações Técnicas
<b>Esclarecimentos</b>	Esclarecimentos Solicitados
	Criar Avisos
	Criar Retificações
	Informações Criadas
	Assinatura de Informações
	Informações em Aprovação
	Informações Recusadas
	Informações Prestadas
<b>Erros e Omissões</b>	Erros e Omissões Reportados
	Erros e Omissões Respondidos
	Assinatura de Erros e Omissões
	Respostas em Aprovação
	Respostas Aprovadas
	Respostas Recusadas
<b>Propostas</b>	Receção de Propostas
	Abertura de Propostas
	Apreciação das Propostas
<b>Preparação da Adjudicação</b>	Relatórios Preliminares/Audiências Prévias
	Relatório Final
	Intenção de Adjudicação
	Caução
	Minuta do Contrato
	Despacho de Adjudicação
	Assinatura de Documentos
<b>Adjudicação</b>	Registar Adjudicação

Canais	Sub canais
	Adjudicação em Aprovação
	Adjudicação Aprovada
	Adjudicação Recusada
	Elementos da Caução
	Documentos de Habilitação
	Procedimentos Adjudicados
	Procedimentos Não Adjudicados
	Assinatura de Documentos
<b>Minutas do Contrato</b>	Criar Minutas
	Minutas Criadas
	Assinatura de Minutas
	Minutas em Aprovação
	Minutas Aprovadas
	Minutas Recusadas
<b>Contratos</b>	Criar Contratos
	Contratos Criados
	Assinatura de Contratos
	Contratos em Aprovação
	Contratos Aprovados
	Contratos Recusados
	Contratos Celebrados

Fonte: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com).

Na fase final de qualquer procedimento, como foi frisado no capítulo IV, para que o contrato tenha eficácia, no âmbito do CCP, é necessário enviar ou anunciar os dados do contrato no sítio da internet para esse efeito, ou seja, no "BASE". Pela Figura 21 podem verificar-se alguns dos contratos anunciados no "BASE" relativamente ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Figura 21: Contratos anunciados no “BASE”

Número de itens da pesquisa: 52				
Página 1 de 2    Ir para página		Registos por pág 50		
N.º	Descrição	Tipo Procedimento	Data Decisão Contratar	Estado
198659	Aquisição de bancadas Amovíveis	Ajuste directo	2010-08-11	Contrato comunicado
198674	Aquisição de Roçadora Hidráulica Com Retoma de Limpa Bemas	Ajuste directo	2010-07-20	Contrato comunicado
177944	Aquisição de plataformas flutuantes	Ajuste directo	2010-05-20	Contrato comunicado
177950	Aluguer de palco, som, luz e produção audiovisual para a XIII Feira das Actividades Económicas do Concelho de Figueira	Ajuste directo	2010-05-20	Contrato comunicado
186738	Aquisição de um palco móvel	Ajuste directo	2010-05-20	Contrato comunicado
180931	Aluguer de Stands para a XIII feira das act. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	Ajuste directo	2010-05-12	Contrato comunicado
162289	Aquisição de serviços de medicina no trabalho	Ajuste directo	2010-02-09	Contrato comunicado

Fonte: www.base.gov.pt.

Relativamente à aquisição de certificados digitais qualificados, foram os mesmos adquiridos a 31 março de 2010, à empresa DigitalSign. Através da Tabela 15, pode ter-se uma ideia do aspeto das assinaturas digitais utilizadas pelo Município.

Tabela 15: Assinaturas digitais

Exemplo de assinaturas	
<p>O Técnico Superior</p> <p><b>Pedro Miguel Marques Teixeira</b></p> <p><small>Digital signed by PEDRO MIGUEL MARQUES TEIXEIRA DN: CN=, O=MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Certificadas Profissionais - Member, OU=Termo de uso de: https://www.digitalsign.pt/pt/OU=Entitlement - PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL, OU=ID - 010516544, OU=Address - LARGO DR. VILHENA, N.º 1, 3010-011, Figueira de Castelo Rodrigo, Portugal, OU=Organization ID - 505267449, OU=Organization Address - FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Organization Postal Code - 3040-100, OU=Organization City - FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Organization Country - PORTUGAL, OU=Organization Email Address - info@cmfcr.fcr, CN=PEDRO MIGUEL MARQUES TEIXEIRA, EmailAddress=info@cmfcr.fcr, Date: 2010.05.14 10:55:16</small></p>	<p><b>ANTONIO EDMUNDO FREIRE RIBEIRO</b></p> <p><small>Digital signed by ANTONIO EDMUNDO FREIRE RIBEIRO DN: CN=, O=MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Certificadas Profissionais - Member, OU=Termo de uso de: https://www.digitalsign.pt/pt/OU=Entitlement - PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL, OU=ID - 010516544, OU=Address - LARGO DR. VILHENA, N.º 1, 3010-011, Figueira de Castelo Rodrigo, Portugal, OU=Organization ID - 505267449, OU=Organization Address - FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Organization Postal Code - 3040-100, OU=Organization City - FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, OU=Organization Country - PORTUGAL, OU=Organization Email Address - info@cmfcr.fcr, CN=ANTONIO EDMUNDO FREIRE RIBEIRO, EmailAddress=info@cmfcr.fcr, Date: 2010.05.21 10:05:22</small></p>

Elaboração Própria.

### 8.3. Análise

Após a aplicação do CCP e da plataforma eletrónica, há condições para averiguar as hipóteses formuladas, nomeadamente, se a duração dos procedimentos se tornou mais célere? Quais os tempos médios de preparação de procedimento? Qual a tipologia de procedimentos mais utilizada, e o valor dos contratos efetuados.

Nas Tabelas subsequentes pode encontrar-se uma resenha comparativa entre as principais alterações, nomeadamente em relação às leis revogadas em contraposição com o novo CPP.

**Tabela 16: Comparação de Tipos de Procedimento**

<b>Empreitadas de Obras Públicas (DL 59/99)</b>	<b>Aquisição de Bens e Serviços (DL 197/99)</b>	<b>CCP</b>
Ajuste Direto	Ajuste Direto	Ajuste Direto
	Consulta Prévia - a 2 fornecedores - a 3 fornecedores - a 5 fornecedores	- convite a uma entidade - convite a várias entidades - Ajuste Direto Simplificado
Concurso por Negociação	Negociação sem Publicação de Anúncio Negociação com Publicação de Anúncio	Procedimento de Negociação
Concurso Limitado sem Publicação de Anúncio	Concurso Limitado por Convite	Concurso Limitado por Prévia Qualificação
Concurso Limitado com Publicação de Anúncio	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	
Concurso Público	Concurso Público	Concurso Público Concurso Público Urgente
		Diálogo Concorrencial

Elaboração própria; Fonte: DL 59/99; DL 197/99; CCP.

Como se verifica na tabela supra os procedimentos foram condensados no CCP de forma a agregar os diversos tipos de procedimento existentes nos dois diplomas anteriores. Importa também realçar, o montante dos limites dos contratos, de forma a concluir que o ajuste direto ao abrigo do CCP, permite contratos de valor superior ao que permitiam anteriormente os diplomas que lhe precederam, conforme tabela seguinte.

**Tabela 17: limites para contratar**

<b>Aumento do limite do valor dos contratos</b>	
<b>Legislação anterior</b>	<b>CCP</b>
Empreitadas de Obras Públicas (DL 59/99) - Ajuste Direto: sem consulta: <b>5.000 €</b> ; com consulta a três: <b>25.000 €</b>	Empreitadas de Obras Públicas: - Ajuste Direto com ou sem consulta: <b>150.000 €</b>
Aquisição de Bens e Serviços (DL 197/99) - Ajuste Direto sem consulta: <b>5.000 €</b> - Consulta Prévia: <b>50.000 €</b>	Aquisição de bens e serviços: - Ajuste Direto com ou sem consulta: <b>75.000 €</b>

Elaboração própria; Fonte: DL 59/99; DL 197/99; CCP.

### **8.3.1. Dados para a análise**

Para se efetuar a análise dos dados, no caso concreto do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, é necessário primeiramente apresentar as evidências obtidas na recolha. Assim, serão apresentadas tabelas com as listas de procedimentos levados a cabo ao abrigo da legislação anterior ao CCP, e a lista de procedimentos efetuados utilizando o CCP.

**Tabela 18: Lista de procedimentos entre 2007 e 2008 ao abrigo do DL 197/99 (Prestação de bens e serviços):**

<b>Tipologia de Concurso</b>	<b>Nome</b>	<b>Abertura</b>	<b>Adjudicação</b>
<b>2007</b>			
Consulta Prévia	Aquisição de um Aspirador de Detritos Urbanos	27-07-2007	29-08-2007
Consulta Prévia	Aquisição de um Aspirador de Detritos Urbanos	16-10-2007	28-02-2008
Consulta Prévia	Aquisição de maquinaria e equipamento - Cilindro	22-02-2007	09-04-2007

Tipologia de Concurso	Nome	Abertura	Adjudicação
Consulta Prévia	Aquisição de Relva Sintética para o Parque Infantil de Figueira de Castelo Rodrigo	02-07-2007	06-08-2007
Consulta Prévia	Aquisição de Roçadora Hidráulica	21-08-2007	25-09-2007
Consulta Prévia	Sinalização e Trânsito	07-05-2007	18-06-2007
Concurso Público	Aquisição de Ecopontos	16-10-2007	22-07-2008
Concurso Limitado	Aquisição de um trator e cisternas para o combate a incêndios	31-08-2006	18-01-2007
Concurso Limitado	Construção variante Figueira de Castelo Rodrigo (capela Srª Conceição - Bombeiros) - Elaboração de projeto	08-08-2007	10-10-2007
Consulta Prévia	Construção e Beneficiação de Parques Infantis em diversos locais do Concelho – Figueira de Castelo Rodrigo	16-11-2006	15-02-2007
Consulta Prévia	Aquisição de equip. admi. Mobiliário para as escolas do 1º Ciclo de Escalhão e Figueira de Castelo Rodrigo	05-03-2007	27-03-2007
Consulta Prévia	Pombais Tradicionais Vale do Côa	16-04-2007	07-05-2007
Consulta Prévia	Boletim Municipal + Figueira	21-06-2007	09-07-2007
Consulta Prévia	Aquisição de equi. Adm. - mobiliário para o espaço internet	29-03-2007	22-06-2007
Consulta Prévia	Aluguer de palco som, luz prod audiovisual para a X feira das at. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	14-06-2007	02-07-2007
Consulta Prévia	Aquisição de maquinaria e equipamento - Cadeiras para o Estádio Municipal	27-09-2007	18-10-2007
Consulta Prévia	Aluguer de Stands para a X feira das at. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	07-05-2007	28-05-2007
Consulta Prévia	Aquisição de Equip. adm. Para as Piscinas Municipais	31-05-2007	27-06-2007
Consulta Prévia	Seguros de Acidentes de Trabalho	28-11-2007	15-01-2008
<b>2008</b>			
Consulta Prévia	Equipamento de Cardio Fitness para as Piscinas Municipais	23-07-2008	25-09-2008
Consulta Prévia	Aluguer de palco som, luz prod audiovisual para a XI feira das at. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	04-07-2008	21-07-2008
Consulta Prévia	Aluguer de Stands para a XI feira das at. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	13-05-2008	25-06-2008

Tipologia de Concurso	Nome	Abertura	Adjudicação
Consulta Prévia	Ninho de Empresas do Conhecimento - Aquisição de Mobiliário	25-06-2008	16-07-2008
Consulta Prévia	Prestação de serviços para elaboração do livro Aromas e Sabores do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	13-06-2008	08-07-2008
Concurso Público	Mobiliário Urbano: Painéis Eletrónicos de Informação Municipal"	23-07-2008	23-10-2008
Consulta Prévia	Vedações Laterais nas bancadas do Estádio Municipal	14-02-2008	17-03-2008
Concurso Limitado	Construção variante Figueira de Castelo Rodrigo (Estádio - Fonte Santa) - Elaboração de projeto	08-08-2007	24-01-2008
Consulta Prévia	Prestação de Serviços na Área de Engenharia Eletrotécnica	18-07-2008	29-07-2008
Consulta Prévia	Página de Internet para a CT BIN SAL II	21-04-2008	09-05-2008
Consulta Prévia	Estudos de Impacto Ambiental	08-05-2008	09-07-2008
Consulta Prévia	Prestação de Serviços na área de Auditoria Externa (ROC)"	23-07-2008	30-09-2008
Consulta Prévia	Prestação de Serviços na Área de Psicologia	07-04-2008	30-04-2008
Consulta Prévia	Arranjos Urbanísticos e Passeios na Vila – símbolo de Figueira em Pedras ornamentais	24-07-2008	04-09-2008
Consulta Prévia	Arranjos Urbanísticos e Passeios na Vila – Rotunda dos Bombeiros	21-02-2008	17-03-2008

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

**Tabela 19: Lista de procedimentos entre 2007 e 2008 ao abrigo do DL 59/99 (empreitadas de obras públicas):**

Tipologia de Concurso	Nome da Empreitada	Abertura	Adjudicação
<b>2007</b>			
Concurso Público	Ninho de Empresas do Conhecimento	11-06-2007	07-09-2007
Concurso Limitado	Museu de Algodres	08-03-2007	28-05-2007
Concurso Limitado	Construção de um passeio ribeirinho entre o Douro e Águeda - Barca de Alva	11-06-2007	30-10-2007
Concurso Limitado	Beneficiação da rua perpendicular à Rua Pedro Jaques de Magalhães	19-12-2007	30-01-2008
Concurso Limitado	Construção das Instalações Sanitárias em Castelo Rodrigo	27-06-2007	06-09-2007
Ajuste Direto	Reparação e Ampliação da rede de água do Concelho - Bairro dos	19-04-2007	11-06-2007

Tipologia de Concurso	Nome da Empreitada	Abertura	Adjudicação
	Galegos - Rua do Castelo em Escalhão		
Ajuste Direto	Reparação e Beneficiação do Restaurante do Cais de Barca de Alva	27-06-2007	25-07-2007
Ajuste Direto	Restauro do pavimento da escola primária de Escalhão	31-08-2007	26-09-2007
Ajuste Direto	Arranjo do largo perpendicular à Rua Adelino Amaro da Costa	14-12-2007	29-01-2008
Ajuste Direto	Parque de Mini Golfe - Infraestruturas	07-05-2007	20-06-2007
Ajuste Direto	Construção e reparação de pontões, aquedutos e valetas	19-12-2007	22-01-2008
<b>2008</b>			
Concurso Público	Requalificação urbana do lote adjacente ao pavilhão Multiusos	24-04-2008	29-08-2008
Concurso Público	Regularização e Alargamento da estrada de Vale de Afonsinho - Freixeda	17-03-2008	18-06-2008
Concurso Limitado	Requalificação do Largo Espírito Santo - Escalhão	16-07-2008	30-09-2008
Concurso Limitado	Construção do parque de merendas e lazer da barragem Stª Maria de Aguiar - Construção de infraestruturas e edifícios de apoio	12-02-2008	21-04-2008
Concurso Limitado	Adaptação da escola Primaria de Castelo Rodrigo a sede da Ass. das Aldeias Históricas	12-02-2008	21-04-2008
Concurso Limitado	Requalificação da Zona envolvente à igreja de Figueira	17-03-2008	29-05-2008
Concurso Limitado	Pavimentação da Rua Perpendicular à Rua D. Dinis - Devesas (Rodelo)	18-03-2008	29-05-2008
Concurso Limitado	Arranjo das Rua S. António e Porfírio A. Junqueiro	28-04-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Carlos Augusto Santos Sequeira	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Ilvina Augusta	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações -Ana Antónia Correia	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações -Clotilde dos prazeres aleixo	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Maria Alice Gomes	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações -Albertino Augusto Russo	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Irene dos Anjos Garrido	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações -Olimpia de Jesus Velho	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Diamantino Cesar Gomes	14-05-2008	09-07-2008



Tipologia de Concurso	Nome da Empreitada	Abertura	Adjudicação
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Maria Augusta Nunes Marques	14-05-2008	09-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Irene Augusta Ferreira	16-07-2008	25-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Joaquim Maria Faustino	16-07-2008	25-07-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de Habitação e Outras Ações - Ampliação de moradia do Sr. António J. Gomes / WC Deficientes	21-05-2008	02-09-2008
Ajuste Direto	Reabilitação de Habitação e Outras Ações – Maria Helena Antunes B. Monteiro	18-06-2008	02-09-2008
Ajuste Direto	Repavimentação do Largo da Igreja de Algodres	24-07-2008	12-12-2008

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

**Tabela 20: Lista dos procedimentos ao abrigo do CCP no caso de Empreitadas de Obras Públicas:**

Tipologia de Concurso	Nome da Empreitada	Abertura	Adjudicação
<b>2009</b>			
Ajuste Direto	Pavimentação da Rua e Travessa dos Moleiros - F.C.R.	14-01-2009	02-02-2009
Ajuste Direto	Construção de passeios de acessos ao Estádio	14-01-2009	02-02-2009
Ajuste Direto	Pavimentação Troço Algodres - Vale de Afonsinho	14-01-2009	02-02-2009
Ajuste Direto	Pavimentação da Rua Adolfo Cabral de Matos F.C.R.	14-01-2009	02-02-2009
Ajuste Direto	Requalificação do Ribeiro do Rodelo - F.C.R.	05-02-2009	10-03-2009
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Margarida Rosa Ferreira Esteves	20-01-2009	19-02-2009
Ajuste Direto	Construção e Beneficiação do Parque Infantil da Reigada	19-02-2009	23-03-2009
Ajuste Direto	Pavimentação - Entrada de Escalhão	19-02-2009	23-03-2009
Ajuste Direto	Reabilitação de habitação e outras Ações - Antonio Ferreira Cristão	14-04-2009	05-05-2009
Ajuste Direto	Construção de abrigo de passageiros em Figueira de Castelo Rodrigo	04-05-2009	01-06-2009
Ajuste Direto	Mini Campo Municipal	05-05-2009	18-05-2009
Ajuste Direto	Sinalização Horizontal de Estradas Municipais e ruas	05-05-2009	01-06-2009
Ajuste Direto	Remodelação das Instalações Sanitárias em Figueira de Castelo Rodrigo	06-05-2009	25-05-2009
Ajuste Direto	Caminho Rural 1015 de Acesso ao Colmial	11-05-2009	29-05-2009
Ajuste Direto	Pavimentação Caminho Rural Vilar Torpim – Bizarril	08-05-2009	29-05-2009

Tipologia de Concurso	Nome da Empreitada	Abertura	Adjudicação
Ajuste Direto	Regeneração urbana de Figueira de Castelo Rodrigo - Av. Heróis de Castelo Rodrigo	01-06-2009	26-06-2009
Ajuste Direto	Ampliação da rede de saneamento no concelho - Troço vilar de amargo	18-05-2009	22-06-2009
Ajuste Direto	Ampliação da Rede de água no concelho - Troço rodado EN 332	18-05-2009	22-06-2009
Ajuste Direto	Arranjo Urbanístico do Acesso ao Cais Acostável de Barca de Alva	25-08-2009	17-09-2009
Ajuste Direto	Repavimentação e Regularização da Estrada Escarigo – Vermiosa	25-08-2009	17-09-2009
Ajuste Direto	Arranjo Urbanístico no Ninho de Empresas do Conhecimento	25-08-2009	17-09-2009
Ajuste Direto	Regeneração urbana de Figueira de Castelo Rodrigo - Bairro das Horteias	10-09-2009	10-11-2009

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

É pertinente referir, que quando esta investigação termina (31.05.2010), não há procedimentos de empreitadas de obras públicas concluídos através da plataforma eletrónica. Com efeito, existem à data do *terminus* desta investigação três procedimentos lançados na plataforma eletrónica, sendo dois por concurso público. Contudo, dado que não terminaram aquando da investigação, não podem ser contabilizadas nem analisadas.

**Tabela 21: Lista de procedimentos para Aquisição de bens ou serviços através do CCP, quer na fase de transição, quer através da plataforma eletrónica:**

Tipologia de Concurso	Nome	Abertura	Adjudicação
<b>2008</b>			
<b>Fase de Transição – Formato Papel</b>			
Ajuste Direto	Aquisição de Equipamento – Lupa TV	05-12-2008	26-12-2008
Ajuste Direto	Prestação de Serviços para Controlo analítico de águas para consumo humano no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo (abastecimento da rede da ETA em baixa e sistemas independentes)	09-12-2008	26-12-2008
Ajuste Direto	Transportes: Transportes Escolares	10-11-2008	25-11-2008
Ajuste Direto	Iluminação Natal 2008	28-11-2008	09-12-2008
Ajuste Direto	Estudo para Roteiro Turístico do Concelho de F.C.R	11-11-2008	28-11-2008

Tipologia de Concurso	Nome	Abertura	Adjudicação
<b>2009</b>			
Ajuste Direto	Aquisição de Veículo	09-01-2009	02-02-2009
Ajuste Direto	Prestação de Serviços Jurídicos	10-03-2009	24-03-2009
Ajuste Direto	Aluguer de Stands para a XII Feira das Atividades Económicas do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	14-04-2009	26-05-2009
Ajuste Direto	Aluguer de Palco, Som, Luz e Produção Audiovisual para a XII Feira das Atividades Económicas do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	14-04-2009	12-05-2009
Ajuste Direto	Regeneração Urbana de F.C.R., Av. Heróis de Castelo Rodrigo - Fornecimento e aplicação de pavimento decorativo drenante para o separador central	01-06-2009	23-06-2009
Ajuste Direto	Plataforma Eletrónica de Compras Públicas	18-05-2009	08-06-2009
Ajuste Direto	Sinalização Horizontal de Estradas Municipais e ruas	05-05-2009	01-06-2009
Ajuste Direto	Aquisição de veículo - oficina domiciliária	29-06-2009	21-07-2009
Ajuste Direto	Construção de Monumentos ou obras de arte - Outros/ Escultura de homenagem a Agostinho da Silva	22-07-2009	03-08-2009
Ajuste Direto	Praia Fluvial e Arranjo Paisagístico em Cinco Vilas - Projeto de Execução	02-09-2009	25-09-2009
<b>INICIO DOS PROCEDIMENTOS NA PLATAFORMA ELETRÓNICA</b>			
Ajuste Direto	Iluminação de Natal 2009	02-12-2009	18-12-2009
Ajuste Direto	Sinalização e Trânsito	07-12-2009	18-12-2009
Ajuste Direto	Transportes: Transportes Escolares	07-12-2009	30-12-2009
<b>2010</b>			
Ajuste Direto	Boletim Municipal: Mais Figueira	06-01-2010	18-01-2010
Ajuste Direto	Aquisição de serviços de medicina no trabalho	10-02-2010	12-02-2010
Ajuste Direto	Projeto requalificação antigo edifício dos correios - Mata de Lobos	04-02-2010	26-02-2010
Ajuste Direto	Aluguer de Stands para a XIII feira das at. Econ. Concelho Figueira de Castelo Rodrigo	12-05-2010	23-06-2010
Ajuste Direto	Aquisição de um palco móvel	24-05-2010	21-06-2010
Ajuste Direto	Aquisição de plataformas flutuantes	24-05-2010	14-06-2010

Tipologia de Concurso	Nome	Abertura	Adjudicação
Ajuste Direto	Aluguer de palco, som, luz e produção audiovisual para a XIII Feira das Atividades Económicas do Concelho de Figueira	21-05-2010	21-06-2010

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo

### 8.3.2. Análise de dados

Após a análise aos diversos procedimentos referentes à legislação anterior entre 2007 e 2008, verificou-se que os mais utilizados pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo foram o ajuste direto (no caso do DL 59/99) e a consulta prévia (no caso do DL 197/99).

**Tabela 22: Procedimentos mais utilizados com a legislação anterior (DL 59/99, DL 197/99)**

DL 59/99 (Empreitadas de Obras Públicas)		DL 197/99 (Prestação de Bens e Serviços)	
2007			
Ajuste Direto	6	Consulta Prévia	17
Concurso Limitado sem Publicação de Anúncio	4	Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas	2
Concurso Público	1	Concurso Público	1
2008			
Ajuste Direto	15	Consulta Prévia	13
Concurso Limitado sem Publicação de Anúncio	6	Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas	1
Concurso Público	2	Concurso Público	1

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

No caso do CCP, verifica-se que o único procedimento utilizado foi o ajuste direto, como se pode constatar pelo desdobramento esquematizado que a seguir se apresenta.

**Tabela 23: Procedimentos mais utilizados ao abrigo do CCP**

Objeto de contrato	Fase	Ano	Quantidade
Empreitadas de Obras Públicas	Fase de Transição Formato Papel	2009	22
Aquisição Bens e Serviços	Fase de Transição Formato Papel	2008	5
		2009	10
	Plataforma Eletrónica	2009	3
		2010	7
Total de Procedimentos (Ajustes Diretos) através do CCP			<b>47</b>

Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo

Considerando o exposto, a análise dos resultados no Município de Figueira de Castelo Rodrigo será, doravante, focalizada no ajuste direto, pois é o único procedimento que pode servir de comparação.

O ajuste direto é o denominador comum entre os vários diplomas, assim, esta análise, em função dos objetivos propostos, irá fasear-se da seguinte forma:

- Em primeiro lugar irá analisar-se o tempo médio de duração dos procedimentos por ajuste direto ao abrigo do CCP, fazendo a comparação com o tempo médio de duração dos procedimentos por ajuste direto ao abrigo do DL 59/99;
- Em seguida irá analisar-se o tempo médio de duração dos procedimentos por ajuste direto ao abrigo do CCP, comparando com a consulta prévia ao abrigo do DL 197/99;
- No final, agregam-se todas as informações e faz-se uma análise ao panorama global do tempo médio de duração dos ajustes diretos do CCP, em relação ao ajuste direto e consulta prévia dos diplomas anteriores.

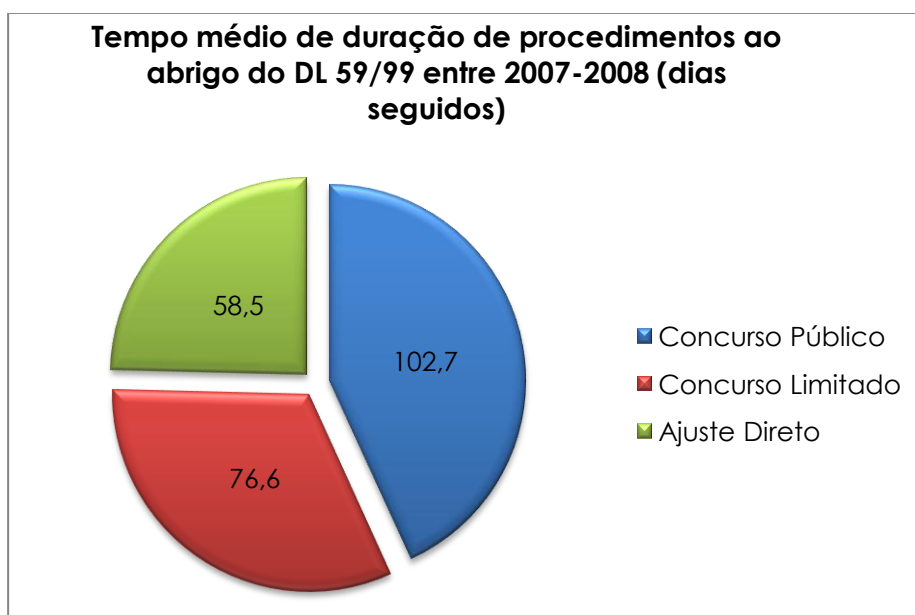
A análise que se segue efetuou-se utilizando os dados recolhidos, através dos quadros atrás enunciados, nomeadamente, através da diferença em dias consecutivos desde a data de abertura dos

procedimentos, até ao momento em que acontece a adjudicação. Utilizou-se o mesmo critério em relação a todos os diplomas: DL 59/99; DL 197/99 e CCP.

### 8.3.3. Análise de Dados nas Empreitadas de Obras Públicas

No gráfico que se segue fez-se constar a média de dias que os procedimentos no Município de Figueira de Castelo Rodrigo demoravam desde a abertura dos procedimentos até ao momento da adjudicação, em relação às empreitadas de obras públicas pelo DL 59/99:

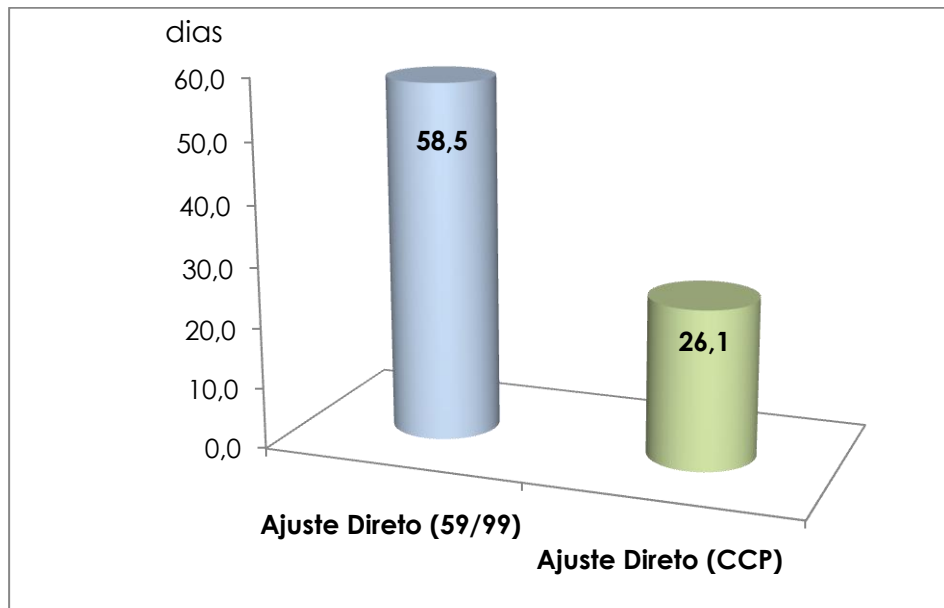
**Gráfico 11: Tempo médio de duração dos procedimentos**



Elaboração própria; Fonte: Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

Verifica-se que o tempo médio de duração de um concurso público de empreitada de obras públicas era de 102,7 dias, de um concurso limitado era de 76,6 dias, e, a média de um ajuste direto era de 58,5 dias.

**Gráfico 12: Comparação do tempo médio de duração dos procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do DL 59/99 entre 2007-2008 e os procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do CCP em 2009**



Elaboração própria; Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo .

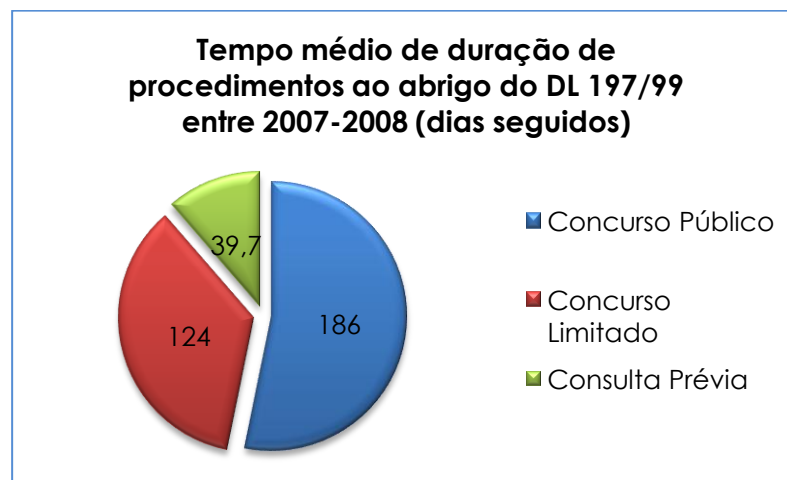
Fazendo uma análise comparativa no procedimento por ajuste direto, verifica-se que através do CCP o ajuste direto tem uma duração média de 26,1 dias. Pode-se aferir que ao nível dos procedimentos de contratos de empreitadas de obras públicas, a redução é bastante substancial, ou seja, houve uma diminuição de 32,4 dias, uma vez que, ao abrigo do DL 59/99 o procedimento demorava em média 58,5 dias.

#### **8.3.4. Análise de Dados na Aquisição de Bens e Serviços**

À semelhança da análise efetuada para as empreitadas de Obras Públicas, também para a aquisição de bens e serviços, foi tida em conta a diferença em dias consecutivos desde a abertura do procedimento até ao momento em que há a adjudicação.

Na tabela seguinte, em relação à aquisição de bens e serviços pelo DL 179/99, fez-se constar a delonga para os procedimentos no Município de Figueira de Castelo Rodrigo desde a tomada de decisão de contratar até ao momento da adjudicação.

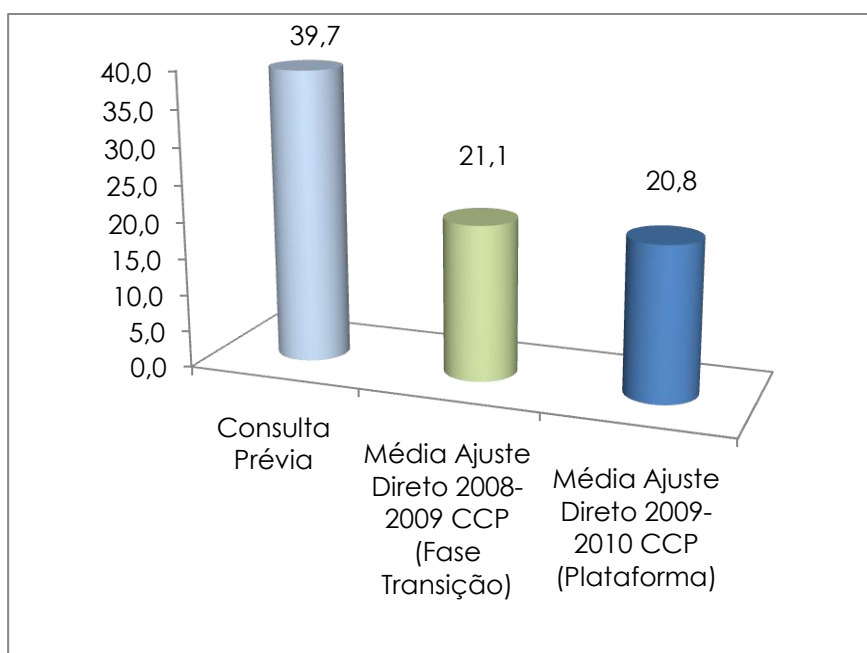
**Gráfico 13: Tempo médio de duração de procedimentos ao abrigo do DL 197/99 entre 2007-2008 (dias seguidos)**



Elaboração própria; Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Constata-se que para aquisição de bens e serviços, o tempo médio de duração de um procedimento por concurso público era de 186 dias, para o concurso limitado era de 124 dias e para a consulta prévia havia uma duração média de 39,7 dias.

**Gráfico 14: Tempo médio de duração dos procedimentos por Consulta Prévia ao abrigo do DL 197/99 entre 2007-2008 e os procedimentos por Ajuste Direto ao abrigo do CCP entre 2008 e 2009, e 2009-2010**



Elaboração própria; Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.



Através do gráfico supra, podem-se aferir as seguintes conclusões:

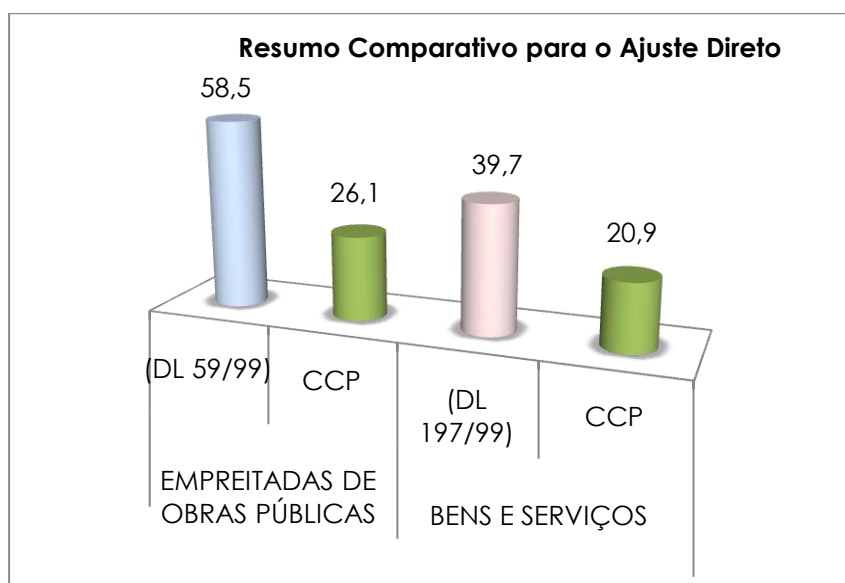
- a) A média de dias de duração de um ajuste direto ao abrigo do CCP, utilizando o formato físico do papel, é de 21,1 dias, e utilizando a plataforma eletrónica é de 20,8;
- b) A diferença da duração entre os ajustes diretos ao abrigo do CCP, efetuados em papel ou na Plataforma eletrónica, é irrisória, de uns meros 0,3 dias. A média das duas é de 20,9 dias;
- c) O tempo médio de duração da consulta prévia, ao abrigo do DL 197/99 era de 39,7 dias;

Assim, conclui-se que a diferença entre a duração do procedimento por consulta prévia ao abrigo do DL 197/99 (cuja duração média é de 39,7 dias) e a média do ajuste direto ao abrigo do CCP (cuja duração média é de 20,9 dias) resulta numa evidente redução de 18,8 dias.

### 8.3.5. *Análise Global*

Veja-se o resumo comparativo do gráfico seguinte, com a duração do ajuste direto de acordo com o respetivo diploma:

**Gráfico 15: Resumo comparativo**



Elaboração própria; Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

O gráfico supra, mostra como os ajustes diretos através do CCP passam a ser efetivamente mais céleres, quando em comparação com os regimes anteriores de contratação.

Nota-se também, que no próprio CCP, há alguma diferença em relação aos ajustes diretos, cuja natureza seja de empreitadas de obras publicas ou de aquisição de bens e serviços, sendo notória uma diferença de 5,2 dias a mais, para contratos de empreitadas de obras públicas.

**Tabela 24: Tempo médio de duração de procedimentos:**

<b>Tipo de Procedimento</b>	<b>DL 59/99</b>	<b>DL 197/99</b>	<b>CCP (média)</b>	<b>Redução face ao DL 59/99</b>	<b>Redução face ao DL 197/99</b>
Ajuste Direto/ Consulta prévia	58,5 dias	<b>39,7 dias</b>	<b>23,5</b>	<b>-35 dias</b>	<b>-16,2 dias</b>
Concurso Limitado	<b>76 dias</b>	124 dias	-		
Concurso Público	<b>102 dias</b>	186 dias	-		

Elaboração própria; Fonte: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.

Através da tabela 24, constata-se que o ajuste direto ao abrigo do CCP, tem uma duração média geral de 23,5 dias, resultando em menos 35 dias que o ajuste direto ao abrigo do DL 59/99 e menos 16,2 dias em relação à consulta prévia do DL 197/99.

Em suma, comprova-se que através do CCP, o ajuste direto é indubitavelmente mais célere em 59,83% que ao abrigo do DL 59/99 e mais célere em 40,81% que ao abrigo do DL 197/99.

#### **8.3.6. Panorama Nacional**

A apreciação seguinte reveste um carácter nacional. Os dados em causa foram obtidos através dos registos efetuados no portal BASE em 2009, relativos à Administração Pública Central, Regional e Local.

**Tabela 25: Registos no BASE – Administração Pública Central, Regional e Local:**

<b>Tipo de Procedimento</b>	<b>Quantidade de Procedimentos</b>	<b>Preço contrato</b>	<b>Número de entidades</b>
Ajuste direto	92608	2.701.633.202,12 €	2080
Concurso Público	415	134.041.374,68 €	142
Concurso limitado por prévia qualificação	3	2.100.072,52 €	3
Procedimento por negociação	1	178.200,00 €	1

Fonte: ANCP; Dados dos registos efetuados entre 01/01/2009 e 31/12/2009 disponível em <http://www.ancp.gov.pt/PT/Indicadores/Documents/Indicadores%20Base.pdf>

A nível nacional o procedimento mais utilizado em 2009, foi em larga medida o ajuste direto, seguido de longe do concurso público. Constata-se que o panorama nacional se assemelha muito ao anteriormente exposto face ao caso particular do Município de Figueira de Castelo Rodrigo em análise.

## **8.4. Considerações Finais**

Seguem-se algumas considerações, relativamente às questões formuladas no início desta investigação.

### **8.4.1. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

O objetivo geral desta investigação cuja principal motivação passou pela implementação do CCP no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, foi concretizado, bem como os seus objetivos específicos, tendo-se adquirido uma plataforma eletrónica de compras públicas e certificados digitais qualificados.

#### **8.4.2. Celeridade dos Procedimentos**

Comprovaram-se as hipóteses formuladas, nomeadamente na quantificação da celeridade dos procedimentos, tendo-se constatado que no caso do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, o ajuste direto é indubitavelmente mais célere em 59,83% relativamente ao DL 59/99 e mais rápido em 40,81% relativamente ao DL 197/99. Resulta que o procedimento por ajuste direto efetuado nos termos do CCP tem uma redução média (desde a abertura do procedimento até ao ato de adjudicar) de 35 dias face ao DL 59/99, e uma redução de 16,2 dias em relação ao DL 197/99. Para tal suceder, existem essencialmente duas razões, por um lado a diminuição de prazos durante todo o procedimento, por outro lado a simplificação geral de todo o procedimento.

#### **8.4.3. Procedimento Mais Adotado**

Outra hipótese verificada é a de que o procedimento mais adotado foi o ajuste direto, tanto a um nível nacional como local. Para tal, contribuiu a elevação do montante máximo até ao qual é permitida a utilização do ajuste direto. Por outro lado, o ajuste direto é um procedimento mais flexível, o que, associado à elevação dos limiares comunitários, passa a assumir um papel central na escolha dos procedimentos pré-contratuais.

#### **8.4.4. Plataforma Vs Papel**

Verifica-se também, que o ajuste direto, quer seja um procedimento levado a cabo através da utilização do papel, quer seja realizado em plataforma eletrónica, tem uma duração média muito próxima, resultando numa diferença ínfima, de 0,3 dias a menos para os procedimentos efetuados através da plataforma. Isto porque, o fator verdadeiramente diferenciador, são os prazos mais curtos durante todo o processo, independentemente do uso da plataforma. Contudo, apesar de a diferença ser mínima, convém ressaltar, que através da

plataforma eletrónica se promove indubitavelmente a total desmaterialização procedimental, acarretando poupança efetiva, tanto para as empresas concorrentes e posteriormente adjudicatárias, como para a entidade adjudicante. Relativamente às primeiras, não existe a necessidade de deslocação para adquirir as peças ou para entregar documentos. Podem fazê-lo em minutos, através da plataforma. Por seu turno, a entidade adjudicante não necessita de imprimir as peças, nem relatórios ou notificações, poupando tempo, papel, e tinteiros, ou seja, dinheiro. O processo tornou-se mais cómodo, mais rápido, e com preocupações ambientais (sem deslocações, sem impressão e sem papel). Outro fator importante na utilização da plataforma eletrónica é o da segurança, dado que o seu acesso é exclusivo de utilizadores que possuem certificados digitais, salvaguardando os procedimentos e toda a informação que lhes está inerente, através de mecanismos de proteção e de confidencialidade que impossibilitam o acesso indevido aos procedimentos por pessoas não autenticadas, garantindo, assim, a integridade dos dados submetidos. Ao nível dos utilizadores devidamente credenciados, é pertinente salientar, que as informações que constam dos documentos apresentados, não podem ser consultados antes das datas limite para a prática dos atos, o que se traduz numa maior transparência na formação dos contratos. Este princípio está presente em todas as fases dos procedimentos, uma vez que os concorrentes têm igual acesso, a qualquer momento, a toda a informação que esteja disponível na plataforma.

#### **8.4.5. Limitações e Recomendações**

Este projeto aplicado foi efetuado considerando o método de estudo de caso de um Município, através da análise documental e da observação participante. Os objetivos foram realizados e as hipóteses demonstradas de forma satisfatória, no entanto, admite-se a limitação do estudo, pelo facto do Município não dispor de outro tipo de procedimentos efetuados, a não ser o ajuste direto.

Este estudo é um ponto de partida que contempla apenas um Município, podendo ser prosseguido, comparando outros Municípios a nível regional e posteriormente a um nível nacional para obter inferências mais amplas. No entanto, dado que o CCP em Portugal é muito recente, uma futura investigação, nesses moldes, poderá ser efetuada num horizonte temporal de 2 ou 3 anos, assim, contemplando todos os tipos de procedimento. Um tema interessante passaria também por uma análise comparando o e-procurement ao nível da União Europeia.

## IX. Conclusão

---

A forma como os Governos efetuam reformas na Administração Pública, tem evoluído de maneira a reagir às mudanças sociais e económicas ou ainda por exigência dos cidadãos (Mozzicafreddo, 2001), pelo que se têm sucedido modelos de Gestão Pública associados às mudanças do modelo de Estado. Na década de 1980, a Administração Pública em Portugal conheceu um período fértil no que se refere a reformas públicas (Araújo, 2005), nomeadamente com a introdução da teoria da Nova Gestão Pública (NGP), a qual se traduz na capacidade de produzir melhores soluções, na eficiência, na promoção de serviços com maior qualidade, através da introdução de formas inovadoras e de técnicas de gestão adaptadas do setor privado para o setor público.

Deste modo, emergiram formas de descrever o processo político no qual, o poder não está concentrado numa máquina administrativa governamental central, mas em instituições, regionais e locais, na sociedade civil e nos próprios cidadãos, à qual se denominou de Governação (Carapeto e Fonseca, 2006). Considerando esses fatores a reforma da Administração Pública portuguesa catapultou nos Governos Locais os mesmos princípios, incutindo gradualmente uma política de qualidade, eficiência e equidade.

A evolução e adaptação de novos métodos de gestão na Administração Pública, com o objetivo de redefinir as relações com os cidadãos e as empresas, aliados à massificação do uso de Tecnologias de Informação e de Comunicação, originaram o conceito de Governo Eletrónico (*e-Government*). Trata-se da utilização de mecanismos para fazer evoluir a Administração Pública com recursos informáticos adequados, de forma a agilizar processos de interação com o cidadão. Tem-se gerado desta forma uma renovação das infraestruturas ligadas

às TICs tanto ao nível Central como Local, a fim de disponibilizar serviços aos cidadãos através da Internet, dos quais existem inúmeros exemplos, nomeadamente ao nível do Governo Central: o portal do cidadão; o portal da empresa; o portal das Finanças, da Segurança Social, entre muitos outros. Ao nível Local existem Municípios com a disponibilização através do seu sítio de Internet, de vários serviços, tais como: o *download* de requerimentos; acompanhamento de processos de obras particulares; preenchimento e submissão de formulários *online*; obtenção de informações de atividades Autárquicas em curso, etc.

Um dos fatores inerentes às reformas públicas, no que se refere à racionalização de custos, ao aumento da transparência e da eficiência, é sem dúvida a temática das compras públicas, do comércio eletrónico e do aprovisionamento público (*Public Procurement*) cujo impulso foi enorme com a implementação do CCP, não obstante ter surgido por exigência de diretivas comunitárias. Este diploma uniformiza, nomeadamente, os diplomas mais relevantes no âmbito da contratação pública antes do seu aparecimento, por um lado, o DL 59/99 de 2 de março relativo aos contratos de empreitadas de obras públicas, e por outro, o DL 197/99 de 8 de junho para a contratação relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços. O CCP pauta-se pela redução do número de procedimentos, pela diversidade, pela desmaterialização procedimental devido à exigência de utilização de plataformas eletrónicas de compras públicas. Considerando o uso de plataformas eletrónicas de aprovisionamento público, o CCP impulsiona o *e-Marketplace*, dando lugar a uma nova realidade, o *e-procurement* à escala nacional.

Assim, foi implementado o CCP no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, foram adquiridas, uma plataforma eletrónica de compras públicas e assinaturas digitais, a fim de cumprir com os pressupostos legais, concretizando em simultâneo, os objetivos propostos para o projeto aplicado.

Relativamente às hipóteses formuladas, foram todas verificadas. Assim,



nomeadamente quanto à quantificação da celeridade dos procedimentos, comprova-se que:

- a) Nos procedimentos para contratação de empreitadas de obras públicas, realizadas por Ajuste Direto, verificou-se, face ao diploma anterior (DL 59/99), uma redução média de 32,4 dias. Pelo que um procedimento deste tipo passou de 58,5 dias para 26,1 dias;
- b) Nos procedimentos com vista à aquisição de bens e serviços, realizados também por Ajuste Direto, tinham pela Legislação anterior (DL 197/99), uma duração média de 39,7 dias. Atualmente a duração média é de 20,9 dias, havendo por isso uma redução de 18,8 dias;
- c) É sobretudo de salientar, que de uma forma geral independentemente do objeto de contrato (quer se trate de empreitadas ou aquisições), o procedimento por Ajuste Direto pelo CCP tem uma duração média de 23,5 dias.

Deste modo, os procedimentos realizados por Ajuste Direto e no âmbito do CCP, tiveram uma diminuição no tempo médio de duração em cerca de 59,83% relativamente aos procedimentos do mesmo tipo realizados ao abrigo do DL 59/99, bem como uma redução média de 40,81% em relação aos procedimentos efetuados através do DL 197/99.

Relativamente aos procedimentos mais utilizados, verifica-se que, tanto ao nível nacional como no caso concreto do Município em apreço, o procedimento mais utilizado em 2009, foi indubitavelmente o Ajuste Direto.

Em conclusão, o CCP apresenta de facto, tal como se verifica através da análise efetuada ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, melhorias substanciais ao nível dos procedimentos, e a sua utilização demonstra irrefutavelmente a sua aplicabilidade, eficiência, eficácia e celeridade. Catapultou o *e-procurement* bem como a total desmaterialização procedimental.

## X. Bibliografia

- AMA. (2010). Agência para a Modernização Administrativa, I.P. Obtido de Mais Portugal: [http://www.ama.pt/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=30&Itemid=35](http://www.ama.pt/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=30&Itemid=35)
- AMARAL, L., TEIXEIRA, C., e OLIVEIRA, N. (2003). e-Procurement: Uma Reflexão Sobre a Situação Atual de Portugal. Obtido em 19 de janeiro de 2009, de [http://www.apdsi.pt/main.php?srvacr=pages\\_95&mode=public&template=front\\_office&lang=pt&layout=layout&id\\_page=119](http://www.apdsi.pt/main.php?srvacr=pages_95&mode=public&template=front_office&lang=pt&layout=layout&id_page=119)
- ANACOM. (2004). O comércio eletrónico em portugal: o quadro legal e o negócio. Obtido de <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=718378>
- ANDERSEN, k. V. (2004). *e-government and public setor process rebuilding (ppr): dilettantes, wheelbarrows, and diamonds*. Boston: kluwer academic publishers.
- APDSI. (2009). *Associação para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação*. Obtido de Plano anual de atividades.
- APDSI. (2005). *Associação para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação*. Obtido de Glossário da sociedade da informação.
- ARAÚJO, J. (2005). *A Reforma Administrativa em Portugal: em busca de um novo paradigma*. Braga: Universidade do Minho. Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas.
- ARAÚJO, J. (2004). A reforma da gestão pública: do mito à realidade. *Atas do seminário internacional luso-galaico*, pp. 31-41.
- ARAÚJO, J. (2003). A Governação Local e os Novos Desafios. *Fórum de Gestão e Administração Pública*, (pp. 1-10). Mirandela.
- ARAÚJO, J., e ALVAREZ, E. (2009). *La modernizacion administrativa y la governanza en los concelhos del eixo atlântico do noroeste peninsular*. Vigo: Eixo atlântico.
- AUCOIN, P. (1990). Administrative Reform in Public Mangement Paradigms, Principles, Paradoxes, and the Pendulums. *Governance*, pp. 115-137.
- BENBASAT, G. D. (setembro de 1987). The case research strategy in studies of information systems. *V.11*, pp. 369-386.
- BILHIM, J. (2004). *A governação nas autarquias Locais*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- BILHIM, J. (1998). *Problemas da gestão por objetivos na aministração pública portuguesa*. Instituto superior de ciencias sociais e politicas: Lisboa.
- BIRCH, D. (2001). *Local authority procurement: a research report*. Londres: Local and regional government research unit, dtrl.

- BONOMA, T. V. (maio de 1985). Case research in marketing: opportunities, problems, and process. *Journal of marketing research* , xxii, pp. 199-208.
- BORGES, J. A. (1993). *A Natureza, o Homem e a Arte (Roteiro Turístico Cultural)*. Figueira de Castelo Rodrigo: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.
- BORGES, J. A. (2007). *Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo - Subsídios para a sua História*. Figueira de Castelo Rodrigo: Município de Figueira de Castelo Rodrigo.
- BRUINS, A. (2000). *Electronic Procurement*. s.l.: Telematica Instituut.
- BRUNNELLI, M. A. (1999). *Purchasing. Consultants see big future on e-commerce*. s.l.
- BYATT, I. (2001). *Delivering better services for citizens*. Londres: Department of environment transport and the regions, local government association.
- CALDAS, A. (2006). A Rede do Governo e os Paradigmas Internacionais de Governo Eletrónico. *Governança dos sistemas de Tecnologia de Informação da Administração Pública* (pp. 1-13). Lisboa: CEGER.
- CARAPETO, C., e FONSECA, F. (2006). *Administração Pública - Modernização, Qualidade, Inovação*. Lisboa: Edições Silabo, Lda.
- CATHERINE, A. H., & SUSAN, P. W. (2007). *E-government policy and practice: a theoretical and empirical exploration of public e-procurement*. s.l.
- COMBE, C. (2006). *Introduction to e-business: management and strategy*. s.l.: Butterworth-heinemann.
- CORKERY, J. (1999). *Governance: Concepts et applications*. Bruxelles: IISA.
- CORTE-REAL, I. (2008). Public management reform in portugal: successes and failures - International journal of public setor management. *Special issue on 'public management reform in countries in the napoleonic administrative tradition: france, greece, italy, portugal, spain* , pp. 205-229.
- CORTE-REAL, I. (1990). Sessão de encerramento - secretariado para a modernização administrativa. *1º congresso nacional de modernização administrativa*. Lisboa.
- COX, A., e LAMMING, R. (1997). Managing supply in the firm of the future. *europaen journal of purchasing and supply* , 3, pp. 53-62.
- DAI, Q., & KAUFFMAN, R. J. (2000). Proceedings of the 34th hawaii international conference on systems science. In *Business models for internet-based e-procurement systems and b2b electronic markets: an exploratory assessment*. hawaii: Maui.
- DETR. (1999). Department of environment, transport and the regions. In *Local government act 1999* (Vols. part 1 best value, circular 10/99). Londres: DETR.
- DUBÉ, I., e PARÉ, G. (2003). Rigor in information systems positivist case research: current practices, trends, and recommendations. *V. 27, n.º 4*, pp. 597-635. *Mis quarterly*.

- DUNLEAVY, P., e HOOD, C. (Jul-Set de 1994). From old public administration to new public management. *Public Money and Management* .
- EISENHARDT, K. M. (Out de 1989). *Building theories from case study research*. *Academy of Management* , v.14, n.4, pp. 532-550.
- ERRIDGE, A., e MURRAY, J. G. (1998). lean supply: a strategy for best value in local government. *Public policy and administration* , V 13. N.º 2, pp. 70-85.
- FERRAZ, D., e ALEXANDRE, H. (2008). QUE ESPAÇO PARA UMA CIDADANIA Ativa E PARTICIPATIVA NO CONTEXTO DAS REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL? 6º Congresso Nacional da Administração Pública, (pp. 1-12). Lisboa.
- GARCIA, I., e QUEK, F. (1997). Qualitative research in information systems: time to be subjective? In *Information systems and qualitative research* (pp. 444-465). Londres: chapman & hall.
- GODOY, A. S. (Març-Abr de 1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas* , v. 35, n. 2, pp. 57-63.
- HALLER, R. (2004). emerging procurement models and the effects on internal structures. university of viena.
- HARTLEY, J., B., M., e B., J. (2002). Local government modernization: uk and comparative analysis from an organizational perspective. In *public management review* (Vol. 4, pp. 387-405.).
- HOOD, C. (1991). A public management for all seasons? 3-19.
- HUGHES, D. (2000). Assessing the value of electronic marketplaces for business to business trading. *proceedings of the second international conference of electronic trade in the cis and eastern european countries*.
- ITRG. (2002). Infotech research group. In *A success guide for e-procurement*. London, canada.: s.l.
- KERRINGAN, et.al. (2001). B2basics. *There is no one right way for an e-marketplace to charge for its services, but there are many wrong ways*. The mckinsey quarterly.
- KIM, J., e SHUNK, D. (2004). Matching indirect procurement process with different b2b eprocurement system. *computers in industry* .
- KNUDSEN, L. K., LARSEN, T., e PEDERSEN, N. J. (2002). Den offentlige sektor, handelshøjskolens forlag. copenhagen.: s.l.
- KOOIMAN, J. (1994). *Modern governance*. Londres: Sage.
- KUDO, H. (2002). Egovernment for management, interface, accountability, and transparency: reform of public management through ict to tackle corruption. *Comunicação apresentada na ipmn conference the impact of managerial reform on informal relations in the public service*. Siena.

- LOPES, E., e SANTOS, L. (2007). Modelo de e-Procurement Centrado no Fornecedor para a Administração Pública. *7ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*, (pp. 203-212). Aveiro.
- LOPES, E., e SANTOS, L. (2006). 1ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação. *Estratégias de e-Procurement na Administração Pública: Uma Revisão de Literatura*, (pp. 439-454). Ofir.
- MACNEALY, M. S. (Set de 1997). Toward better case study research. *Ieee transactions on professional communication*. v.40, n.3, pp. 182-195.
- MADUREIRA, C., e FERRAZ, D. (2009). IASIA Annual Conference 2009. *The need of a XXI century governance paradigm for public administrations – the specific case of Portugal*, (pp. 1-18). Rio de Janeiro.
- MEISLER, L. (2001). Revista information week brasil. *Prepare-se para colaborar* .
- MERRIEN, F. X. (1998). De la governance et des etats-providence contemporains. In *Revue internationale des sciences sociales* (pp. 61-71).
- MOZZICAFREDDO, J., e GOMES, J. S. (2001). *Administração e política, perspectivas de reforma da administração pública na europa e nos estados unidos*. Oeiras: Celta editora.
- MURRAY, J. G. (2007). Strategic procurement in uk local government: the role of elected members. In *journal of public procurement* (Vol. 7, pp. 194-212).
- NETESSINE, et.al. (2000). University of rochester, graduate school of business administration. In *Supply chain structures on the internet: marketing-operations coordination*.
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge: cambridge university press.
- OLIVEIRA. (2001). Public e-procurement. In *International financial law review* (pp. 43-47).
- Ongaro, E. (2009). *Public Management Reform and Modernization - Trajectories of Administrative Change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*. UK: Edward Elgar Publishing Limited.
- PEREIRA, A., e CASTRO, A. (1985). Conhecer as autarquias locais. Porto editora.
- POLLITT, C. B. (2000). Public management reform. A comparative analysis. Oxford: oxford university press.
- POLLITT, C., e BOUCKAERT, G. (2004). Public management reform: a comparative analysis. Oxford: oxford university press.
- PRESUTTI, J. (2002). Industrial marketing management 32. Supply management and e-procurement: creating value added in the supply chain. s.l.
- PRESUTTI, W. (2003). Supply management and e-procurement: creating value added in the supply chain. Industrial marketing management. s.l.

- PUTMAN, R. (1993). *Making democracy work*. Princeton: Princeton university press.
- RAMSAY, J. (2001). Purchasing's strategic irrelevance. In *European journal of purchasing and supply management* (pp. 257-263).
- ROCHA, J. A. (2001). *Gestão pública e modernização administrativa*. Lisboa: INA, instituto nacional de administração.
- ROCHA, J. A. (1997). *Cadernos de Estudos Municipais - O Futuro da Governação Local*. Braga.
- RODRIGUES, M. (2005). *A Nova Gestão Pública na Governação Local: O caso dos municípios dos distritos de Vila Real e Bragança*. Braga: Universidade do Minho.
- RODRIGUES, M., e ARAÚJO, J. (2005). A NOVA GESTÃO PÚBLICA NA GOVERNAÇÃO LOCAL. *Comunicação apresentada no 3.º Congresso Nacional de Administração Pública*, (pp. 1-12). Oeiras.
- ROMÃO, F. A. (2010). *e-Business: Estratégias e Modelos*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa .
- ROSENBLOOM, D. (1998). *Public administration: understanding management politics and law in the public setor*. New York: McGraw-hill international.
- RYAN, C. (2000). Public setor corporate governance disclosures: an examination of annual reporting practices in queensland. In *Australian journal of public administration* (Vols. 59, n. 2, pp. 11-23). Oxford.
- SANTOS, L., e LUÍS, A. (2003). *O e-government local em portugal - estudo da presença das câmaras municipais portuguesas na internet em 2002*. Obtido de <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/EstudoCamaras2005final.pdf>
- SANTOS, S. (2006). *Política de e-Government e Participação Política nos Municípios Portugueses*. Obtido de <Http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8266>
- SERRA, G. (2005). Compras Eletrónicas e Contratação Pública na Área das TIC. In INA, *A Sociedade da Informação e a Administração Pública* (pp. 189-222). Oeiras: INA.
- SINGH M., T. D. (2002). *eprocurement model for b2b exchanges: an australian example. 15th bled electronic commerce conference ereality: constructing the eeconomy*. s.l.
- SOPO. (1999). *Effective procurement for best value. Best value competition and procurement. Survey results*. s.l.
- STOKER, G. (1998). Cinq propositions pour une theory de la governance. *Revue internationale des sciences sociales* n.º 155 , pp. 19-29.
- THIMPHU, B. (2006). *Pilot course on e-business strategies*. Asian development bank institute .
- THIOLLENT, M. (2000). *Metodologia da pesquisa-ação*. São paulo: Cortez.

- TRIPODI, T., FELLIN, P., e MEYER, H. (1975). *Análise da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Francisco alves editora.
- TURTON, J. (1999). *Corporate finance. E-procurement can save you time and money*.
- UMIC. (2010). *A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL*. Obtido de [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/A\\_SI\\_em\\_PT\\_doc\\_trabalho\\_mai\\_o\\_2010.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/A_SI_em_PT_doc_trabalho_mai_o_2010.pdf)
- UMIC. (2007). *A sociedade da informação em portugal*. Obtido de <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200801/POSC.pdf>
- UMIC. (2006). *Utilização das TIC nas Câmaras Municipais - Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação*. UMIC.
- UMIC. (2003a). *Guia de operacionalização: cidades e regiões digitais*. Obtido de Unidade de missão inovação e conhecimento. Presidência do conselho de ministros: [http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200801/Guia\\_Cidades\\_e\\_Regioes\\_Digitais.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200801/Guia_Cidades_e_Regioes_Digitais.pdf)
- UMIC. (2003b). *Uma nova dimensão de oportunidades. Plano de ação para a sociedade da informação*. Obtido de Unidade de missão, inovação e conhecimento. Presidência do conselho de ministros.
- WEST, D. (2001). *e-government and the transformation of public sector service delivery. Comunicação apresentada na annual meeting of the american political science association*. San francisco.
- WEST, D. (2000). *Assessing e-government: the internet, democracy, and service delivery by state and federal governments*. . s.l.: World bank.
- YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso - Planeamento e métodos* (3.ª ed.). Porto alegre: Bookman.

## **Legislação:**

- DECRETO-LEI n.º 116-A/2006 de 16 de junho. *Diário da República, I Série-A*. N.º 115. 16 de junho de 2006.
- DECRETO-LEI n.º 153/2007 de 27 de abril. *Diário da República, I série*. N.º 82. 27 de abril de 2007.
- DECRETO-LEI n.º 18/2008 de 29 de janeiro. *Diário da República, I série*. N.º 20. 29 de janeiro de 2008. Ministério Das Obras Públicas, Transportes E Comunicações.
- DECRETO-LEI n.º 197/99 de 8 de junho. *Diário da República, I SÉRIE-A*. N.º 132. 8-6-1999.



DECRETO-LEI n.º 202/2006 de 27 de outubro. *Diário da República, I Série*. N.º 208. 27 de outubro de 2006.

DECRETO-LEI n.º 290-D/99 de 2 de agosto. *Diário da República, I Série-A*. N.º 178. 2-8-1999. Ministério da Ciência e da Tecnologia.

DECRETO-LEI n.º 6/96 de 31 de janeiro. *Diário da República, I SÉRIE-A*. N.º 26. 31-1-1996. Presidência do Conselho de Ministros.

DECRETO-LEI n.º 62/2003 de 3 de abril. *Diário da República, I SÉRIE-A*. N.º 79. 3 de abril de 2003.

DECRETO-LEI n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

DIRETIVA 2004/17/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 31 de março de 2004, JOUE 30.04.2004

DIRETIVA 2004/18/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 31 de março de 2004, JOUE 30.04.2004

LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2005 de 12 de agosto, *Sétima revisão constitucional*, Constituição da Republica Portuguesa.

LEI n.º 2/2007 de 15 de janeiro. Aprova a Lei das Finanças Locais, *Diário da República, I série*. N.º 10.

LEI n.º 42/98 de 6 de agosto. Lei das Finanças Locais. *Diário da República I SÉRIE-A*. N.º 180, 6-8-1998.

LEI n.º 46/2008, *Diário da República, I série*. N.º 165, 27 de agosto 2008.

LEI n.º 48/2006 de 29 de agosto. Quarta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto. *Diário da República, I série*. N.º 166. 29 de agosto de 2006.

Lei n.º 53-F/2006, *Diário da República, I série*. N.º 249, 29 de dezembro 2006.

PORTARIA n.º 551/2007 de 30 de abril. *Diário da República, I série*. N.º 83. 30 de abril de 2007.

PORTARIA n.º 701-A/2008 de 29 de julho. *Diário da República, I série*. N.º 145. 29 de julho de 2008. Presidência Do Conselho De Ministros E Ministérios Das Finanças E Da Administração Pública E Das Obras Públicas, Transportes E Comunicações.



PORTARIA n.º 701-H/2008, *Diário da República, I série*. N.º 145, 29 de julho de 2008, Ministério Das Obras Públicas, Transportes E Comunicações.

PORTARIA n.º 92/2010 de 12 de fevereiro. *Diário da República, I série*. N.º 30 — 12 de fevereiro de 2010. Presidência do conselho de ministros e ministério das finanças e da administração pública.

REGULAMENTO (CE) N.º 1422/2007 DA COMISSÃO de 4 de dezembro de 2007 que altera as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos. *Jornal Oficial da União Europeia*. L 317/34, 5.12.2007.

REGULAMENTO (CE) N.º 2151/2003 DA COMISSÃO de 16 de dezembro de 2003 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

RESOLUÇÃO do CONSELHO de MINISTROS n.º 53/2004. *Diário da República, I SÉRIE-B*. N.º 94. 21 de abril de 2004.

RESOLUÇÃO n.º 13/2007. *Diário da República, II série*. N.º 79. 23 de abril de 2007.

## **Outras Fontes:**

<http://ec.europa.eu/eures/home.jsp?lang=pt>, consultado em 12 de janeiro de 2010

[http://ec.europa.eu/europedirect/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europedirect/index_pt.htm), consultado em 2 de março de 2010

[http://ec.europa.eu/grants/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/grants/index_en.htm), acedido em 23 de fevereiro de 2010

<http://ec.europa.eu/ploteus/portal/home.jsp>, acedido em 10 de abril de 2010

[http://ec.europa.eu/youreurope/index\\_pt.html](http://ec.europa.eu/youreurope/index_pt.html), consultado em 14 de março de 2010

<http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>, consultado em 27 de janeiro de 2009

<http://Europa.eu>, consultado em 05 de março de 2009

<http://simap.eu.int> acedido em 23 de março de 2010

[http://simap.europa.eu/buyer/links-buyer/index\\_pt.htm](http://simap.europa.eu/buyer/links-buyer/index_pt.htm) consultado em 05 de junho de 2009

<http://www.ancp.gov.pt/> acedido em 3 de abril de 2010

<http://www.ceger.gov.pt/ceger/pt/> consultado em 15 de junho de 2010

<http://www.dgaa.pt>, acedido em 14 de julho 2009

<http://www.dgaa.pt/default.asp?s=12105> consultado em 25 de setembro de 2009  
<http://www.dgci.min-financas.pt>, consultado em 12 de março de 2009  
<http://www.dre.pt/> acedido em 23 de março de 2010  
<http://www.gns.gov.pt/gns/pt/assinatura/> consultado em 05 de março de 2009  
<http://www.inci.pt/> consultado em 05 de março de 2009  
<http://www.min-financas.pt>, consultado em 12 de março de 2009  
<http://www.moptc.gov.pt/> acedido em 23 de agosto de 2009  
<http://www.mtss.gov.pt>, acedido em 23 de agosto de 2009  
<http://www.pcm.gov.pt>, acedido em 23 de agosto de 2009  
<http://www.planotecnologico.pt/> consultado em 05 de março de 2010  
<http://www.portalautarquico.pt>, acedido em 14 de julho de 2009  
<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>, acedido em 23 de julho de 2010  
<http://www.simplex.gov.pt/>, acedido em 23 de agosto de 2009  
<http://www.tcontas.pt/>, consultado em 05 de março de 2009  
<http://www.unic.pt>, acedido em 23 de janeiro de 2010

## XI. Anexos

Os anexos que se seguem são referentes aos documentos e formulários criados aquando da reestruturação do setor de compras públicas, mencionados no ponto 7.4.2.

### Índice de Anexos:

Anexo 1: Elementos Preliminares .....	150
Anexo 2: Ficha Técnica de Empreitadas .....	151
Anexo 3: Informação Técnica .....	152
Anexo 4: Decisão de Contratar.....	153
Anexo 5: Convite / Programa .....	154
Anexo 6: Caderno de Encargos .....	156
Anexo 7: Projeto de Decisão de Adjudicação .....	171
Anexo 8: Audiência Prévia .....	172
Anexo 9: Relatório Final .....	173
Anexo 10: Despacho de Adjudicação .....	174
Anexo 11: Solicitação de documentos de Habilitação .....	175
Anexo 12: Minuta de Contrato .....	176
Anexo 13: Auto de Aceitação.....	178

## Anexo 1: Elementos Preliminares

### ELEMENTOS PRELIMINARES

DESIGNAÇÃO	
Prestação de Serviços	
Aquisição de bens móveis	
Empreitadas de Obras Públicas	
Valor Base	
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO	
Ajuste Directo <input type="checkbox"/> Uuma entidade <input type="checkbox"/> Várias entidades <input type="checkbox"/>	
Concurso Público <input type="checkbox"/>	
Concurso limitado por prévia qualificação <input type="checkbox"/>	
EMPRESA(S) A CONVIDAR (No caso do ajuste Directo)	
Caução	Sim <input type="checkbox"/> 5 % <input type="checkbox"/> / 10 % <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Retenção de 10 % nos pagamentos <input type="checkbox"/> ----- (Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a 200. 000, 00 € casos em que podem ser retidos até 10 % nos pagamentos); (Quando o preço da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução é de 10 %).

A preencher pelo departamento financeiro:

Classificação PPI:
Rub. Orçamental:
Ass. _____ Data: ____/____/____

**Anexo 2: Ficha Técnica de Empreitadas**

Nome da empreitada:	
Desagregação dos preços parciais por subcategorias do alvará atendendo às classes necessárias para a obra	
Critérios de adjudicação (Não aplicável para ajuste direto com convite a um empreiteiro)	
Prazos de execução	
Fórmula de revisão de preços	
Custo do caderno de encargos	
Valor Base:	
Observações:	

Data: \_\_\_\_\_ Ass. Técnico Responsável: \_\_\_\_\_

A preencher pelo departamento financeiro:

Classificação PPI:

### Anexo 3: Informação Técnica

#### INFORMAÇÃO

Inf. Técnica n.º-- /2009	Fornecimento	Nossa referência	Figueira de Castelo Rodrigo
		DTOU/2009	-- / --- / 2009

Destinatário: Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara

Assunto: Proposta para a aquisição de serviços por Ajuste direto: “-----”

Considerando o orçamento para o ano em curso, foi elaborado o processo para a contratação de serviços mencionada em epígrafe.

De acordo com o estudo orçamental elaborado, aquela contratação ascenderá ao valor total de ---- € mais IVA, prevendo-se que a despesa para o ano de 2009 seja de ---- €.

Mais se informa que se encontra inscrito no Orçamento a verba adequada para suportar a despesa.

Assim sendo, submete-se à consideração de V. Ex.ª a aquisição de serviços, nos termos da alínea a) do n.º do art.º --- conjugado com a alínea a) do n.º --- do art.º -- do C.C.P.

Certifico que a referida prestação de serviços se encontra inscrita e suficientemente dotada no Orçamento na rubrica:

Em     /     /2009

A Técnica Superior Principal

O Chefe de Divisão de Planeamento Urbanismo e Ambiente

(, Eng.)

#### Anexo 4: Decisão de Contratar

DESPACHO n.º ---- /2009

No uso de competência própria, conferida pela alínea f) do n.º1 do art.º68 da Lei n.º 169/99 de 18/9, na redação da Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do art.º 18 do DL.nº197/99 de 8/6; determino que se proceda à ----- “-----” com o valor base aproximado de ----- € através do procedimento de ----- nos termos da alínea a) ----- conjugado com a alínea ---) do n.º --- do art.º--do Código dos Contratos Públicos.

Aprovo em simultâneo as respetivas peças do procedimento ao abrigo do art.º 40 n.º 2.º do CCP.

Figueira de Castelo Rodrigo, ---- de ----- de 2009

O Presidente da Câmara

(-----)

## **Anexo 5: Convite / Programa**

### **“CONVITE”**

#### **I – Entidade Adjudicante:**

Município de Figueira de Castelo Rodrigo, com sede no Largo Dr. Vilhena nº 1, 6440 - 100 Figueira de Castelo Rodrigo (telefone 271 319 000 e Fax nº 271 319 009).

#### **II – Órgão que tomou a decisão de contratar:**

Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

#### **III – Fundamento da escolha do ajuste direto:**

Atendendo a que o valor previsto para o contrato não ultrapassa o montante constante da alínea a) do nº 1 do art.º 20 do C.C.P.

#### **IV – Prazo para apresentação da proposta:**

Até às \_\_\_\_ do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2009.

#### **V – O Modo de Apresentação das Propostas:**

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante acedendo ao site: [www.compraspublicas.com](http://www.compraspublicas.com), ou no seu impedimento através do email: [fornecimentos@cm-fcr.pt](mailto:fornecimentos@cm-fcr.pt) ou para o fax: 271 319 013.

#### **VI - Prestação da Caução:**

Não exigível, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos

#### **VII - Documentos de Habilitação:**



O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através do correio eletrónico: [fornecimentos@cm-fcr.pt](mailto:fornecimentos@cm-fcr.pt) ou para o fax: 271 319 013.

O prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º é de 5 dias úteis.

#### **VIII - Negociação:**

Não aplicável.

#### **IX - Preço Base:**

O valor base para a prestação dos serviços é de ~~~,~00 €

#### **X - Preço Anormalmente Baixo:**

40 % ou mais, inferior ao preço base fixado.

#### **XI - Critérios de adjudicação:**

Mais baixo preço

## Anexo 6: Caderno de Encargos

### CADERNO DE ENCARGOS

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de [●] *[identificar bem/bens a adquirir]*.

2<sup>1</sup> - O objeto do contrato abrange ainda serviços de [●]

##### Cláusula

##### 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos<sup>2</sup>.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º

desse mesmo diploma legal<sup>3</sup>.

#### Cláusula 3<sup>a</sup>

##### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de [●] OU [até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei]<sup>4</sup>, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### Capítulo II

##### **Obrigações contratuais**

##### Secção I

##### **Obrigações do fornecedor**

##### Subsecção I

##### **Disposições gerais**

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### **Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) [●].

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante [●] *[indicar a designação do contraente público]* por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em [●]<sup>5</sup>, no prazo de [●]<sup>6</sup>.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa]<sup>7</sup>, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor<sup>8</sup>.]

4 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega [e com a respetiva instalação]<sup>9</sup> são da responsabilidade do fornecedor.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Inspeção e testes<sup>10</sup>**

1 - Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de [●] dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre [●]<sup>11</sup>, sendo efetuada através dos testes que constam do anexo [●] ao presente

Caderno de Encargos.

3 - Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao [●] *[indicar a designação do contraente público]* toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

4 - Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2 - No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]*, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 - Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Aceitação dos bens**

1 - Caso os testes a que se refere a [Cláusula 7.<sup>a</sup>] comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de [●] dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do

fornecedor e do [●] *[indicar a designação do contraente público]*.

2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o [●] *[indicar a designação do contraente público]*, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3 - A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Garantia técnica**

1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de [dois]<sup>12</sup> anos a contar da [data da assinatura do auto de receção] OU [entrega dos bens]<sup>13</sup>, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo [●] ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em

falta, reparados ou substituídos;

f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

g) A mão de obra.

3 - No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o [●] *[indicar a designação do contraente público]* tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 - A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]* e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Garantia de continuidade de fabrico**

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo [estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis] OU [pelo prazo de (●)]<sup>14</sup>, a contar da [respetiva entrega] OU [assinatura do auto de receção respetivo].

#### Subsecção II<sup>15</sup>

##### **Serviços [●]**

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>[●]<sup>16</sup>

1 - O fornecedor fica obrigado a prestar serviços de [●]<sup>17</sup> durante o prazo de [●]anos a contar da data [da entrega dos bens] OU [da assinatura do auto de receção respetivo].

2 - Os serviços referidos no número anterior compreendem, designadamente:

a) [●];

b) [●].

### Subsecção III

#### Dever de sigilo

##### Cláusula 13.<sup>a</sup>

#### Objeto do dever de sigilo

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao [●] *[indicar a designação do contraente público]*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

##### Cláusula 14.<sup>a</sup>

#### Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de [●] anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### Secção II

#### Obrigações do [●] *[indicar a designação do contraente público]*

##### Cláusula 15.<sup>a</sup>

#### Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como



pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos<sup>18</sup>, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Remuneração dos serviços<sup>19</sup>**

1 - Os serviços previstos na Cláusula 12.<sup>a</sup> serão remunerados de acordo com os preços unitários correspondentes, nos termos da proposta adjudicada.

[2 - Os preços unitários a que se refere o número anterior são revistos anualmente, com efeitos a 1 de janeiro de cada ano, a pedido do fornecedor, por aplicação do índice de preços ao consumidor, sem habitação, para Portugal continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano anterior.]<sup>20</sup>

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Condições de pagamento**

<sup>121</sup> - As quantias devidas pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]*, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de [●] dias após a receção pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]* das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a [entrega dos bens objeto do contrato] OU [a assinatura do auto de receção respetivo]<sup>22</sup>.

3 - Em caso de discordância por parte do [●] *[indicar a designação do contraente público]*, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de [●]<sup>23</sup>.

### Capítulo III

#### Penalidades contratuais e resolução

##### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até [●];
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até [●];
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até [●];
- d) [●].

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até [●].

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - O [●] *[indicar a designação do contraente público]* pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o [●] *[indicar a designação do contraente público]* exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### Cláusula 19.<sup>a</sup>

### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento

das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o [●] *[indicar a designação do contraente público]* pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) [●].

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]*.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do fornecedor**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de [●] ou o

montante em dívida exceda [●]% do preço contratual, excluindo juros;

b) [●].

2 - O direito de resolução é exercido [por via judicial] OU [mediante recurso a arbitragem], nos termos da [Cláusula 26.<sup>a</sup>].

3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao [●] *[indicar a designação do contraente público]*, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que

houver lugar.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## Capítulo IV

### **Projetos de investigação e desenvolvimento<sup>24</sup>**

#### Cláusula 22.<sup>a</sup>

##### **Obrigação de elaborar projetos de investigação e desenvolvimento**

1 - O fornecedor obriga-se, através de si ou de uma entidade terceira, a elaborar e a executar um ou mais projetos de investigação e desenvolvimento, nos termos da proposta adjudicada, de valor correspondente a, pelo menos, [●]%<sup>25</sup> do preço contratual.

2 - Os projetos a que se refere o número anterior devem estar diretamente relacionados com as prestações que constituem o objeto do contrato de aquisição de bens e devem ser concretizados no território nacional.

3 - Para os efeitos do n.º 1, deve ser celebrado um contrato que regule a elaboração e execução dos projetos de investigação e desenvolvimento, na data da assinatura do contrato de aquisição de bens.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup>

##### **Acessoriedade do contrato de projeto de investigação e desenvolvimento**

1 - O contrato a que se refere a cláusula anterior, extingue-se em caso de extinção do contrato de aquisição de bens, por forma diferente do cumprimento.

2 - Quando a extinção do contrato de aquisição de bens, por forma diferente do cumprimento, for apenas parcial, esta implica apenas uma redução proporcional da obrigação de elaboração e execução dos projetos de investigação e desenvolvimento.

## Capítulo V

## **Caução<sup>26</sup> e seguros**

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Execução da caução**

1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]*, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades<sup>27</sup>, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 - A resolução do contrato pelo [●] *[indicar a designação do contraente público]* não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o fornecedor na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de [●] dias após a notificação do [●] *[indicar a designação do contraente público]* para esse efeito.

4 - A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos contratos Públicos.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Seguros<sup>28</sup>**

1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

a) [●]<sup>29</sup>.

2 - O [●] *[indicar a designação do contraente público]* pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo [●].

## **Capítulo VI**

### **Resolução de litígios<sup>30</sup>**

Cláusula 26.<sup>a</sup>

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de [●], com expressa renúncia a qualquer outro.

OU

Cláusula 26.<sup>a</sup>

**Arbitragem**

1 - Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

- a)* Sem prejuízo do disposto nas alíneas *b)* a *d)*, a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b)* O Tribunal Arbitral tem sede em [●] e é composto por três árbitros;
- c)* O contraente público designa um árbitro, o fornecedor designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d)* No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro- presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 - O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Capítulo VII

**Disposições finais**

Cláusula 27.<sup>a</sup>

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos

Contratos Públicos.

[OU, em alternativa, indicar as entidades para as quais a cessão da posição contratual de alguma das partes ou a respetiva subcontratação seja autorizada no Contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 318.º do CCP].

Cláusula 28.<sup>a</sup>

### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 29.<sup>a</sup>

### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## Anexo 7: Projeto de Decisão de Adjudicação

### Projeto de Decisão de Adjudicação

Após a análise da proposta apresentada pelo concorrente “-----.” relativamente à prestação de serviços supra mencionada, informa-se o Sr. Presidente que a mesma cumpre os requisitos formais e materiais exigidos, tanto no “**convite**” como no “**caderno de encargos**”, propondo-se assim, ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, nos termos do art.º 125.º do CCP, que a adjudicação seja efetuada à empresa “-----.”, pelo valor de ---.000,00 € + IVA.

Figueira de Castelo Rodrigo, ----de ----- de 2009

O Chefe de Divisão de Planeamento Urbanismo e Ambiente

---

(--)

## Anexo 8: Audiência Prévia

Exmo. (s) Senhor (es)  
Dr.  
Município de Almeida  
Largo do Município  
0000-00 Almeida

Sua Referência:  
2009/00/00

Sua Comunicação de:  
2009/00/00

Nossa Referência:

Data:

### Assunto: Audiência Prévia - Processo n.º

Junto remetemos em anexo, cópia do Relatório Preliminar para no caso de eventualmente querer pronunciar-se, o fazer por escrito até ao próximo dia ---- de ---- de 2009.

Mais se informa que o processo se encontra patente para consulta, dentro daquele prazo, na Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo (Departamento Técnico de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente).

Com os melhores cumprimentos,

O Júri de Procedimento,

\_\_\_\_\_  
(-----)

\_\_\_\_\_  
(-----.)

\_\_\_\_\_  
(-----.)

## Anexo 9: Relatório Final

### Relatório Final

“-----”

Ao ---- ---- dia do mês de ---- de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, reuniu o Júri de Procedimento, nomeado por deliberação de Câmara de dezoito de agosto de dois mil e oito, para elaborar o presente relatório.

Tendo decorrido o prazo da audiência escrita dos interessados do concurso, verificou-se que nenhum dos concorrentes apresentou qualquer reclamação.

O Júri deliberou propor ao Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, a adjudicação nos termos constantes do relatório preliminar à empresa -----, com a proposta de valor unitário por stand de -----.

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, redigido em uma página, o qual vai ser assinado pelos membros do Júri.

O Júri de Procedimento,

---

(-----.)

---

(-----.)

---

(-----.)

## Anexo 10: Despacho de Adjudicação

**DESPACHO n.º ---- - DTOU/2009**

António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, no uso de competência própria, conferida pela alínea f) do n.º1 do art.º68 da Lei n.º 169/99 de 18/9, na redação da Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do art.º 18 do DL.nº197/99 de 8/6, adjudico de acordo com o Projeto de Decisão de Adjudicação do Chefe de Divisão de Planeamento, Urbanismo, Habitação e Ambiente de -----, ao abrigo do art.º ---- do Código dos Contratos Públicos, a prestação de serviços por Ajuste Direto “-----”, pelo valor de 0000000 € + IVA à empresa -----, pelo período de -----.

Selecionar:

Dispensar a redução de contrato a escrito ao abrigo do n.º 1 alínea a) do art.º 95.º do CCP. (caso de aquisição de bens moveis e prestação de serviços até 10.000 €) \*

Dispensar a redução de contrato a escrito ao abrigo do n.º 1 alínea c) do art.º 95.º do CCP. (caso de aquisição de bens moveis e prestação de serviços que cumulativamente ver art.º 95.º) \*

Dispensar a redução de contrato a escrito ao abrigo do n.º 1 alínea d) do art.º 95.º do CCP. (caso de empreitadas até 15.000 €) \*

Dispensar a redução de contrato a escrito ao abrigo do n.º 2 alínea b) do art.º 95.º do CCP. (caso seja adotada um concurso publico urgente) \*

Aprovo em simultâneo a respetiva minuta de contrato, nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP. (casos em que não há caução. No caso de haver prestação de caução a minuta é aprovada após a sua apresentação e não deve ter qq menção aki) \*

Figueira de Castelo Rodrigo, --- de ----- de 200-

O Presidente da Câmara

## Anexo 11: Solicitação de documentos de Habilitação

Exmo. (s) Senhor (es)  
Dr.  
Município de Almeida  
Largo do Município  
0000-00 Almeida

Sua Referência:  
2009/00/00

Sua Comunicação de: 2009    Nossa Referência:

Data:

### **Assunto: Documentos de Habilitação**

Informo V. Ex<sup>a</sup>., que a prestação de serviços mencionada em epigrafe lhe foi adjudicado, por despacho do Sr. Presidente n.º ---/DTOU de ---- de ----.

Assim e para efeitos e em cumprimento do disposto no art.º 126.º e art.º 81.º do CCP, deve apresentar uma declaração conforme o “Anexo II” apenso a este ofício, bem como, toda a documentação de habilitação solicitada, tanto no Anexo II como no art.º 126.º do CCP, no prazo de 10 dias úteis. Essa documentação refere-se às declarações de não dívida às Finanças e Segurança Social e Registo Criminal.

Sublinho a necessidade de ser enviada, certidão do registo comercial, para confirmação dos documentos solicitados para efeitos do art.º 55 alínea i) do CCP.

Dispenso a redução de contrato a escrito ao abrigo do n.º 1 alínea c) do art.º 95.º do CCP.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara

(---)

## Anexo 12: Minuta de Contrato

### Contrato nº /2009

Aos --- dias do mês de - do ano dois mil e dez, nesta vila de Figueira de Castelo Rodrigo, perante mim, -----, exercendo funções de oficial público nesta Câmara, compareceram como outorgantes os senhores:-----

#### -----*Primeiro*-----

----- **Dr. -----**, -----, natural de Figueira de Castelo Rodrigo, e residente na mesma localidade, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, pessoa coletiva número 505.987.449., em nome da mesma outorgando no uso da competência que lhe advém da alínea a), número 1 do artigo 68.º da Lei 169/99 de 18 de setembro na redação da Lei nº5-A/02 de 11 de janeiro

#### -----*Segundo*-----

----- titular do bilhete de identidade n.º -----, residente na Rua ---, --- em ----- — -----, na qualidade de representante legal da empresa -----, pessoa coletiva n.º -----, matriculada na Conservatória de ----- sob o n.º ----- com o capital social de ----- € e com sede na Rua -----

-----Pelos outorgantes é celebrado o presente contrato de aquisição de serviços ao abrigo do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que se rege pelas seguintes cláusulas, que mutuamente aceitam:-----

-----**Primeira** – Pelo presente ato é formalizado o contrato de aquisição de serviços à empresa “---”, adjudicado por despacho n.º ----- de ----- de ----- de -----, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com aprovação da respetiva minuta. --

-----**Segunda** – O preço contratual é de (----- €), sendo de Imposto sobre o Valor Acrescentado, conforme proposta apresentada pelo adjudicatário.-----

-----**Terceira** – O prazo de duração do presente contrato será de ----- dias, a contar da data da assinatura deste. -----

-----**Quarta** – O objeto do contrato de acordo com as cláusulas do Caderno de Encargos, que fazem parte integrante deste contrato nos termos do n.º 2 do art.º 96.º do CCP, obriga a que o Adjudicatário -----

-----**Quinta** – A quantia devida pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo, nos termos do Caderno de Encargos, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo das respetivas faturas, as quais deverão ser emitidas mensalmente reportando-se ao mês precedente.. -----

-----**Sexta** - O encargo global resultante deste contrato será satisfeito pela dotação do Orçamento da CMFCR para ----, mediante a apresentação de faturas, nas condições descritas no Caderno de encargos, sob a rubrica orçamental na classificação orgânica: -----e económica: --

-----**Sétima** - Que na parte não especialmente prevista neste contrato se aplicarão as normas legais reguladoras deste tipo de situações, nomeadamente o regime previsto no Código dos contratos Públicos e demais legislação aplicável.-----

-----**Oitava** – Este contrato está isento de Visto do Tribunal de Contas nos termos do art.º 48.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto , conjugado com o art.º 84.º da Lei n.º 87-B/98 de 31 de dezembro.-----

-----**Nona** – O segundo outorgante tem a situação regularizada perante a Segurança Social conforme Declaração do Instituto da Segurança Social de --/--/----, e não é devedor à Fazenda Pública Nacional de quaisquer contribuições e impostos conforme declaração de --/--/----. Apresentou o Registo Criminal datado de -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho n.º ---- de ---- de ----- de 2009.----

-----Figueira de Castelo Rodrigo, ---- de ----- de -----

O Primeiro Outorgante

---

(-----)

O Segundo Outorgante

---

(-----Sr.)

O Oficial Público

---

(-----)

**Anexo 13: Auto de Aceitação****AUTO DE ACEITAÇÃO**

Prestação de Serviços	
Aquisição de bens móveis	
Adjudicatário	
Valor contratual	
Data Adjudicação/Consignação	

Pelo presente Auto se confirma que foi efetuada a verificação e entrega do(s) bem(s) ou da prestação de serviços objeto de contrato, orientada pelo Município, representado por um Técnico, bem como, por um representante do adjudicatário.

Responsável do Município	
Responsável da Empresa	

**Inspeção quantitativa e qualitativa**

Os bens / prestação de serviços correspondem às quantidades estabelecidas e reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos tanto no Caderno de Encargos como na proposta adjudicada Sim ☐ Não ☐  
 Verificação efectuada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

No caso de ocorrência de eventuais falhas ou deficiências detalhar:

Houve reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Sim ☐ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Não ☐

Aceita-se a entrega dos bens / prestação de serviços Sim ☐ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Não ☐

Observações:

Responsável do Município	
Responsável da Empresa	